

### MESA DIRETORA

#### FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

**FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**  
1ª VICE-PRESIDENTE

**GERSON CHAGAS**  
2º VICE-PRESIDENTE

**FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA**  
3º VICE-PRESIDENTE

**JALSER RENIER PADILHA**  
1º SECRETÁRIO

**REMÍDIO MONAI MONTESSE**  
2º SECRETÁRIO

**ERCI DE MORAES**  
CORREGEDOR GERAL

**MARCELO CABRAL**  
3º SECRETÁRIO

**NALDO DA LOTERIA**  
4º SECRETÁRIO

**GEORGE MELO**  
OUVIDOR GERAL

### Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

#### Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Ionilson Sampaio  
Deputado Flamarion Portela  
Deputado Jalsen Renier  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Chicão da Silveira  
Deputado Coronel Chagas  
Deputado Brito Bezerra

#### Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank  
Deputado Soldado Sampaio  
Deputado Coronel Chagas  
Deputado Dhiego Coelho  
Deputado Remídio Monai

#### Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz  
Deputado Marcelo Natanael  
Deputado Célio Wanderley  
Deputado Remídio Monai  
Deputado Gabriel Picanço

#### Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley  
Deputado Brito Bezerra  
Deputado Marcelo Natanael  
Deputado Marcelo Cabral  
Deputado Flamarion Portela  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Ivo Som

#### Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Ivo Som  
Deputado Coronel Chagas  
Deputado Jânio Xingú  
Deputado Mecias de Jesus  
Deputado Soldado Sampaio

#### Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Naldo da Loteria  
Deputada Ângela Águia Portella  
Deputado Brito Bezerra  
Deputado Marcelo Cabral

#### Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú  
Deputado Dhiego Coelho  
Deputado Jalsen Renier  
Deputado Soldado Sampaio  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Coronel Chagas

#### Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael  
Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Ionilson Sampaio  
Deputada Ângela Águia Portella  
Deputado Joaquim Ruiz  
*Suplentes:*  
1º - Deputado George Melo  
2º - Deputado Célio Wanderley

#### Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Marcelo Cabral  
Deputado Chicão da Silveira

#### Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra  
Deputado Jalsen Renier  
Deputado George Melo  
Deputado Jean Frank  
Deputado Ivo Som

#### Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela  
Deputado Remídio Monai  
Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Naldo da Loteria  
Deputado Marcelo Natanael  
Deputada Ângela Águia Portella

#### Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águia Portella  
Deputado Mecias de Jesus  
Deputado Jânio Xingú  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Dhiego Coelho

#### Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Soldado Sampaio  
Deputado Marcelo Cabral  
Deputado George Melo  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Flamarion Portela

#### Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho  
Deputado Ivo Som  
Deputado Mecias de Jesus  
Deputado Naldo da Loteria  
Deputado Remídio Monai

**Atos Legislativos**

Projeto de Lei Complementar nº 020/2013	02
Substitutivo ao Projeto de Lei nº 064/2013	02
Projeto de Lei nº 066/2013	02
Propostas de Moções de Pesar nº 036 e 037/2013	09
Resolução da Mesa nº 043/2013	09
Resolução da Mesa nº 044/2013	10
Requerimento de Pedido de Informação nº 007	10
Requerimento nº 080	10
Indicação nº 077/2013	10
Ata da 2259ª Sessão Ordinária - Sucinta	11
Atas de Reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final	11
Atas de Reuniões da Comissão Especial - Resolução nº 023/2013	12
Ata de Reunião Conjunta das Comissões Permanentes	15
Ata da 17ª Reunião - CPI da Telefonia	16
Relatório Circunstanciado - CPI da Telefonia	20

SUMÁRIO

**GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL**

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR  
**Telefone:** (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO  
**Gerente de Documentação Geral**

DAVID EUGENE REGO  
**Diagramação**

EXPEDIENTE

MATERIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

**ATOS LEGISLATIVOS**
**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**
**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
 Nº 020 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013**

“Dispõe sobre alterações na Lei Complementar nº 131, de 8 de abril de 2008, nos dispositivos que mencionam”

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA,**

Faço saber que a Assembleia aprovou e eu sanciono a seguinte Lei  
 Palácio Senador Hélio Campos, 14 de novembro de 2013

**JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR**  
 Governador do Estado de Roraima

\* Projeto de Lei Complementar encaminhado através da MENSAGEM GOVERNAMENTAL nº 064 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 2159, de 14/11/2013.

**PROJETO DE LEI**
**PROJETO DE LEI SUBSTITUTIVO  
 Nº 064 DE 14 DE OUTUBRO DE 2013**

“Altera a Lei nº 738/2009 que dispõe sobre a Política de Regularização Fundiária Rural do Estado de Roraima, altera o inciso XVIII do artigo 5º, acrescenta-se o inciso VIII ao artigo 11, acrescenta-se o parágrafo único ao artigo 13 e acrescenta-se o artigo 13-A, estes da Lei nº. 030, de 26 de dezembro de 1992, e dá outras providências”.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:**

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar”

Palácio Senador Hélio Campos, 14 de outubro de 2013

**JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR**

Governador do Estado de Roraima

\* Projeto de Lei Complementar encaminhado através da MENSAGEM GOVERNAMENTAL nº 057 DE 17 DE OUTUBRO DE 2013, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 2159, de 14/11/2013.

**GABINETE DO DEPUTADO GABRIEL PICANÇO**
**PROJETO DE LEI Nº 066/13.**
**“DEFINE AS ATIVIDADES DE IMPACTO AMBIENTAL LOCAL NO ESTADO DE RORAIMA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**
**O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA.**

Faço saber que a assembleia legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte lei.

**Art. 1º** Para os efeitos desta Lei considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

I – a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II – as atividades sociais e econômicas;

III – a biota;

IV – as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V – a qualidade dos recursos ambientais.

**Art. 2º** O ato de se definir a tipologia das atividades de impacto local no Estado de Roraima e de fundamental importância para a eficácia do processo de gestão ambiental integrada, descentralizada e participativa do licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos e níveis de poluição e/ou degradação ambiental.

**Parágrafo único.** A tipologia das atividades e impacto ambiental local prevista nesta Lei abrange as atividades/empreendimentos definidos no Anexo único, seu porte e potencial poluidor/degradador, com a magnitude dos impactos ambientais e não o da titularidade dos bens afetados.

**Art. 3º** A regularização ambiental das atividades de impacto ambiental local, somente será expedida, mediante apresentação, quando couber, da outorga de direito dos recursos hídricos ou da reserva de disponibilidade hídrica emitida pelo Estado ou pela União.

**Art. 4º** Serão implementadas ações de divulgação e educação ambiental, visando a conscientização dos responsáveis por atividades/empreendimentos de impacto ambiental local, a regularização ambiental junto aos órgãos competentes.

**Art. 5º** Os procedimentos que deverão ser adotados para o licenciamento das atividades/empreendimentos de impacto ambiental local, obedecerão as normas legais e requisitos técnicos estabelecidos na legislação vigente, inclusive as regulamentações impostas pela Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima – FEMARH-RR, do Estado de Roraima.

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Palácio Antônio Martins, 6 de Novembro de 2013.

**Gabriel Picanço**  
 Deputado Estadual

## ANEXO ÚNICO

ANEXO I A QUE SE REFERE O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 1º DO PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/13 DE \_\_\_\_\_/\_\_\_/20013

TOPOLOGIA	UNID	PORTE DO EMPREENDIMENTO	POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR
<b>01 – AGROSILO VILIPASTORIL</b>			
0101 – Ovinocultura e Caprinocultura	NCC	≤ 3.000	II
0102 – Suinocultura	NCC	≤ 1.000	III
0103 – Avicultura p/ postura com abate (frango, codorna e outros)	NA	≤ 6.000	II
0104 – Criação de Avestruz	NA	≤ 150	II
0105 – Bovinocultura e Bubalinocultura	AUH	≤ 200	II
0106 – Apicultura com ou sem beneficiamento	NCO	≤ 500	I
0107 – Equinocultura	AUH	≤ 500	II
0108 – Cunicultura	AUM	≤ 3.000	II
0109 – Cultura de ciclo curto	AUH	≤ 200	II
0110 – Cultura de ciclo longo	AUH	≤ 500	II
0111 – Malacocultura terrestre	AUM	≤ 1.000	I
0112 – Cultivo de plantas medicinais e aromáticas	AUH	≤ 500	I
0113 – Sistema agroflorestal e agrovilpastoril	ATH	≤ 3.000	I
0114 – Viveiro de mudas	AUH	≤ 5	II
0115 – Manejo de açaiçais	AUH	≤ 500	I
0116 – Extração de palmito (área plantada)	AUH	≤ 100	II
0117 – Reflorestamento / Agricultura / Pecuária em área alterada e/ou subutilizada	AUH	≤ 1.000	I
0118 – Projetos de assentamento rural	ATH	≤ 10.000	II
0119 – Manejo Florestal em regime de rendimento sustentável	ATH	≤ 3.000	I
0120 – Unidade de produção anual de manejo florestal	ATH	≤ 2.000	I
0121 – Exploração econômica de madeira e lenha em área de floresta plantada	ATH	≤ 500	II

TOPOLOGIA	UNID	PORTE DO EMPREENDIMENTO	POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR
<b>02 – COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS INFLAMMÁVEIS/QUÍMICOS E POSTOS DE SERVIÇOS/ ABASTECIMENTO</b>			
0201 – Comercio atacadista e armazenamento de álcool carburante, combustíveis derivados de petróleo e lubrificantes especificados (classificados) ou não.	CAM	≤ 50	III
0202 - Comercio atacadista e armazenamento de produtos químicos	AUM	≤ 50	III
0203 – Comercio atacadista e armazenamento de biocombustível	CAM	≤ 50	III
0204 – Comercio atacadista e armazenamento de gás	CAT	≤ 30	III
0205 – Posto revendedor e posto de abastecimento	CAM	≤ 90	III
0206 – Remoção / substituição de tanques e/ou equipamentos	AUM	≤ 60	II

TOPOLOGIA	UNID	PORTE DO EMPREENDIMENTO	POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR
<b>03 – AQUICULTURA</b>			
0301 – Carcinoculturanautica	AI	≤ 10	II
0302 – Carcinocultura exótica	AI	≤ 1	III
0303 – Malacocultura aquática (ostras, mexilhões e outros)	AUM	≤ 800	I
0304 – Laboratório de larvicultura	AUM	≤ 500	II
0305 – Produção de alevinagem	AUM	≤ 500	II
0306 – Piscicultura intensiva em tanques redes, inclusive áreas em parques agrícolas	AUM	≤ 7.200	I
0307 – Piscicultura semi-intensiva com espécies nativas	AI	≤ 10	II
0308 – Piscicultura semi-intensiva com espécies exóticas	AI	≤ 1	III
0309 – Piscicultura sistema intensivo com espécies nativas	AUM	≤ 1.000	I
0310 – Piscicultura sistema intensivo com espécies exóticas	AUM	≤ 250	III
0311 – Piscicultura sistema extensivo	AI	≤ 40	I
0312 – Ranicultura	AUM	≤ 2.000	II
0313 – Consórcio com piscicultura ou carcinocultura – espécie nativa	AI	≤ 10	II
0314 – Consorcio entre carcinocultura e piscicultura – espécie exótica	AI	≤ 1	III
0315 – Criação de peixe ornamental	AUM	≤ 500	I
0316 – Cultivo de algas	AUM	≤ 1.000	I
0317 – Outras atividades aquícolas não classificadas	AI	≤ 1	III

TOPOLOGIA	UNID	PORTE DO EMPREENDIMENTO	POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR
<b>04 – FUNILARIA E LATOARIA</b>			
0401 – Fabricação de artefatos de funilaria e latoaria em chapas de aço, ferro, cobre, zinco e folha de flandres	AUM	≤ 5.000	II
0402 – Fabricação de ferramentas e utensílios para trabalhos manuais/industriais (ex. ferramentas de corte, enxadas, foices, machados, pás, martelos, tarraxas, semelhantes, etc.)	AUM	≤ 5.000	II
0403 – Fabricação de artefatos de ferro, aço e metais não ferrosos trefilados e não trefilados	AUM	≤ 5.000	II

TOPOLOGIA	UNID	PORTE DO EMPREENDIMENTO	POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR
<b>05 – PESQUISA E LAVRA MINERAL</b>			
0501 – Pesquisa mineral com lavra experimental	AR	≤ 1.000	II
0502 – Pesquisa mineral	AR	≤ 5.000	I
0503 – Exploração de água mineral	VCL	≤ 10.000	II
0504 – Extração de areia e/ou cascalho em corpos hídricos	AR	≤ 10	III
0505 – Extração de areia/saibro/argila fora de recursos hídricos	AR	≤ 50	II
0506 – Lavra garimpeira	AR	≤ 50	III
0507 – Extração de minerais metálicos (ouro/cobra/ferro/etc.)	AR	≤ 50	III
0508 – Extração de minerais não metálicos (calcário/caulim/quartzito/etc.)	AR	≤ 50	III
0509 – Extração de gemas	AR	≤ 50	II
0510 – Extração de Rocha Ornamental (granito/basalto/etc.)	AR	≤ 10	III
0511 – Extração de rochas para uso imediato na construção civil (brita ou pedra de talhe)	AR	≤ 10	III
0512 – Descomissionamento de projetos de mineração (encerramento de minas)	AR	≤ 2.000	I

TOPOLOGIA	UNID	PORTE DO EMPREENDIMENTO	POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR
<b>06 – GERAÇÃO, TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>			
0601 – Usina hidrelétrica – UHE	AI	≤ 50.000	III
0602 – Usina termelétrica, inclusive móvel, parque eólico e solar	PK	≤ 3.000	II
0603 – Sistema de transmissão	CPK	≤ 20	III
0604 – Rede de distribuição rural – RDR	COM	≤ 4.000	II
0605 – Micro e pequena central hidrelétrica	P	≤ 10.000	II
0606 – Linha de transmissão	CPK	≤ 40	II
0607 – Subestação	P	≤ 6	II

TOPOLOGIA	UNID	PORTE DO EMPREENDIMENTO	POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR
<b>07 – INDUSTRIA DE COURO, PELES E PRODUTOS SIMILARES</b>			
0701 – Fabricação de artefatos de couro/peles/couro sintético e produtos similares	AUM	≤ 5.000	II
0702 – Preparação e curtimento de couros e peles	VPP	≤ 200	III
0703 – Salga de peles	VPP	≤ 500	II
0704 – Fabricação de cola animal	AUM	≤ 5.000	II

TOPOLOGIA	UNID	PORTE DO EMPREENDIMENTO	POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR
<b>08 – INDUSTRIA DE BORRACHA</b>			
0801 – Fabricação de calçados e artefatos para calçados de borracha	AUM	≤ 5.000	II
0802 – Fabricação de pneumáticos e câmara de ar	AUM	≤ 1.000	III
0803 – Recondicionamento/recuperação de pneumático	AUM	≤ 1.000	III
0804 – Beneficiamento de borracha natural	AUM	≤ 5.000	II
0805 – Fabricação de artefatos de borracha, inclusive látex	AUM	≤ 5.000	II
0806 – Fabricação de espumas de borracha	AUM	≤ 1.000	III

TOPOLOGIA	UNID	PORTE DO EMPREENDIMENTO	POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR
<b>09 – INDUSTRIA DE PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS</b>			
0901 – Aparelhamento de pedras para construção e execução de trabalhos em mármore, ardósia, granito e outras pedras	AUM	≤ 1.500	II
0902 – Britagem de pedras	AUM	≤ 1.500	II
0903 – Fabricação de artigos de grés e de material cerâmico refratário	AUM	≤ 1.500	II
0904 – Fabricação de cal virgem, hidratada ou extinta	AUM	≤ 1.000	III
0905 – Fabricação de cimento	AUM	≤ 1.000	III
0906 – Fabricação de material cerâmico	AUM	≤ 1.500	II
0907 – Fabricação de peças, ornatos e estruturas de cimento e gesso amianto	AUM	≤ 1.000	III
0908 – Envasamento de água mineral	VPL	≤ 5.000	I
0909 – Fabricação e elaboração de vidro e cristal	AUM	≤ 1.500	II

TOPOLOGIA	UNID	PORTE DO EMPREENDIMENTO	POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR
<b>10 – INDUSTRIA DE PAPEL E CELULOSE</b>			
1001 – Fabricação de papel e papelão	AUM	≤ 5.000	II
1002 – Industria de celulose	AUM	≤ 1.000	III
1003 – Reciclagem de papel	AUM	≤ 5.000	II

TOPOLOGIA	UNID	PORTE DO EMPREENDIMENTO	POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR
<b>11 – INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS</b>			
1101 – Abate de animais em matadouro	NDC	≤ 100	II
1102 – Beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares	VPK	≤ 2.000	II
1103 – Frigoríficos	AUM	≤ 5.000	II
1104 – Fabricação de caramelos, doces e similares	AUM	≤ 3.000	II
1105 – Produção de charqueados, conservas de carnes de origem animal	VPK	≤ 200	II
1106 – Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais e de doces	VPK	≤ 2.000	II
1107 – Fabricação de fécula, amido e seus derivados	VPK	≤ 2.000	II
1108 – Fabricação de fermento e leveduras	VPK	≤ 2.000	II
1109 – Beneficiamento de leite / produtos de laticínio	AUM	≤ 3.000	II
1110 – Fabricação de bebidas alcoólicas	VPL	≤ 500	III
1111 – Fabricação de bebidas não alcoólicas	VPL	≤ 3.000	II
1112 – Fabricação de vinagre	VPL	≤ 500	III
1113 – Fabricação de gelo	VPTD	≤ 200	I
1114 – Beneficiamento de pescado, marisco e outros	VPTD	≤ 30	II
1115 – Beneficiamento de frutas	VPTD	≤ 10	I
1116 – Fabricação de açúcar	VPTM	≤ 5	III
1117 – Refino/preparação de óleo e gordura vegetal	VPTD	≤ 5	III
1118 – Beneficiamento de palmito	VPTM	≤ 5	II
1119 – Abate de aves	NDC	≤ 30.000	II
1120 – Fabricação de ração balanceada e alimentos preparados para animais	VPTM	≤ 300	II

TOPOLOGIA	UNID	PORTE DO EMPREENDIMENTO	POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR
<b>12 – INDUSTRIA TEXTIL</b>			
1201 – Acabamento de fios e tecidos, não processados em fiações e tecelagens	AUM	≤ 5.000	II
1202 – Beneficiamento de fibras têxteis, vegetal, animal e sintéticas	AUM	≤ 5.000	II
1203 – Fabricação de artefatos têxteis produzidos nas fiações e tecelagens	AUM	≤ 5.000	II
1204 – Beneficiamento de fibra	AUM	≤ 5.000	II

TOPOLOGIA	UNID	PORTE DO EMPREENDIMENTO	POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR
<b>13 – INDUSTRIA MADEIREIRA</b>			
1301 – Desdobro de madeira em tora para madeiraserrada/laminada/faqueada	VC	≤ 10	
1302 – Desdobro de madeira em tora para produção de madeira serrada e seu beneficiamento	VC	≤ 40	
1303 – Desdobro de madeira em tora para produção de lâminas de madeira para fabricação de compensados	VC	≤ 15	
1304 – Beneficiamento de madeira	VMS	≤ 35	
1305 – Produção de compensados	VL	≤ 10	

1306 – Briqueteira		VPTD	≤ 200	
1307 – Produção de carvão vegetal		VPM	≤ 490	
1308 – Movelaria/marcenaria/carpintaria		AUM	≤ 5.000	
1309 – Secagem/bitolagem de madeira para comércio e/ou exportação		VMS	≤ 100	
1310 – Aproveitamento de aparas de madeira		VRM	≤ 100	

TOPOLOGIA		UNID	PORTE DO EMPREENDIMENTO	POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR
<b>14 – INDUSTRIA MECÂNICA</b>				
1401 – Fabricação de motores de combustão interna		AUM	≤ 5.000	II
1402 – Fabricação de embarcações e de peças e acessórios (estaleiro)		AUM	≤ 1.000	III
1403 – Fabricação de máquinas, aparelhos, peças e equipamentos não elétricos para transmissão e instalação hidráulicas, pneumáticas, térmicas, de ventilação, de refrigeração e outros		AUM	≤ 5.000	II
1404 – Fabricação de máquinas, aparelhos, peças e acessórios com/sem tratamento térmico e/ou tratamento de superfície e/ou fundição		AUM	≤ 5.000	II
1405 – Fabricação de aparelhos e equipamentos elétricos para utilização doméstica ou industrial		AUM	≤ 5.000	II
1406 – Fabricação de veículos de madeira para movimentação terrestre ou aquática, tração animal ou mecânica		AUM	≤ 5.000	II

TOPOLOGIA		UNID	PORTE DO EMPREENDIMENTO	POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR
<b>15 – INDUSTRIA DIVERSA</b>				
1501 – Fabricação de artefatos de serralheria artística		AUM	≤ 2.500	I
1502 – Fabricação de recipientes de aço para embalagem de gases, combustíveis, lubrificantes, latões, laticínio, tambores e outros		AUM	≤ 1.500	II
1503 – Co-processamento de resíduos		VPTD	≤ 10	II
1504 – Produção de concreto e argamassa		VPTD	≤ 50	II
1505 – Fabricação de artefatos em concreto		AUM	≤ 5.000	II
1506 – Usina de asfalto, inclusive móvel		VPTD	≤ 100	II
1507 – Prestação de serviços fitos sanitário com utilização de controle de pragas		CA	≤ 30	III
1508 – Preparação de fumo, fabricação de cigarros, charutos e cigarrilhas e outras atividades de elaboração do tabaco não especificados		AUM	≤ 1.500	II
1509 – Fabricação de tampas, latas, etc., utilizando folha de flandres		AUM	≤ 2.000	II
1510 – Todas as atividades da indústria editorial e gráfica		AUM	≤ 500	II
1511 – Aproveitamento de resíduos de pescado		AUM	≤ 500	II
1512 – Fabricação de lampadas		AUM	≤ 500	II

TOPOLOGIA		UNID	PORTE DO EMPREENDIMENTO	POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR
<b>17 – INDUSTRIA METALÚRGICA E SIDERÚRGICA</b>				
1701 – Fabricação de artefatos de metais ferrosos e não ferrosos		AUM	≤ 5.000	II
1702 – Metalurgia de materiais preciosos		AUM	≤ 5.000	II
1703 – Produção de soldas e anodos		AUM	≤ 5.000	II
1704 – Tratamento de metais		AUM	≤ 5.000	II
1705 – Metalurgia de outros metais não especificados		AUM	≤ 1.000	III
1706 – Fabricação de moveis tubulares		AUM	≤ 1.000	III
1707 – Fabricação de balsas e navios		AUM	≤ 1.000	III
1708 – Fabricação de artigos de funilaria, latoaria em folhas de chapas de aço, ferro, cobre, zinco e folhas de flandres		AUM	≤ 1.000	III
1709 – Reciclagem de metal		AUM	≤ 5.000	II
1710 – Produção de ferro gusa/aço/ferro/canos/tubos de ferro e aço		VPTD	≤ 80	III

TOPOLOGIA		UNID	PORTE DO EMPREENDIMENTO	POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR
<b>16 – INDUSTRIA QUÍMICA</b>				
1601 – Fabricação de adubos, fertilizantes e corretivos do solo		VPM	≤ 1.000	III
1602 – Fabricação de óleos brutos, de essências vegetais e de matérias graxas animais		VPM	≤ 500	III
1603 – Fabricação de preparados para limpeza, desinfetantes, inseticidas e afins		VPL	≤ 500	III
1604 – Fabricação de produtos derivados da destilação de petróleo, do carvão-de-pedra e da destilação de madeira, óleos essências vegetais e produtos similares		VPL	≤ 500	III

1605 – Fabricação de tintas, vernizes, impermeabilizantes, esmaltes, lacas, solventes, secantes e graxas	VPL	≤ 500	III
1606 – Fabricação de substâncias químicas e de produtos químicos inorgânicos e orgânicos	VPL	≤ 500	III
1607 – Fabricação de produtos farmacêuticos e medicinais	AUM	≤ 1.000	III
1608 – Fabricação de produtos veterinários	AUM	≤ 1.000	III
1609 – Fabricação de espuma de petróleo e derivados	VPK	≤ 1.000	III
1610 – Produção de gases em geral	AUM	≤ 5.000	III
1611 – Fabricação de produtos de perfumaria e cosméticos	AUM	≤ 5.000	II
1612 – Fabricação de sabões, detergentes e glicerina	VPK	≤ 2.000	II
1613 – Fabricação de velas	VPK	≤ 5.000	I
1614 – Todas as atividades industriais que produzem artigos diversos de material plástico, injetados, extrusados, laminados, prensados, em outras formas inclusive reciclados	AUM	≤ 5.000	II
1615 – Fabricação de explosivos, detonantes, munição para casa e desporto, artigos pirotécnicos, pólvora e fósforo de segurança	VPK	≤ 500	III
1616 – Produção de álcool	VPL	≤ 500	III
1617 – Fabricação de resinas plásticas e fibras artificiais	AUM	≤ 5.000	II
1618 – Fabricação de couro sintético	AUM	≤ 1.000	III
1619 – Produção de biocombustível	VPM	≤ 500	III

TOPOLOGIA	UNID	PORTE DO EMPREENDIMENTO	POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR
<b>18 – OUTRAS TIPOLOGIAS NÃO CLASSIFICADAS OU NÃO ESPECIFICADAS</b>			
1801 – Garagem de ônibus/transportadora e seus anexos	ATM	≤ 50	
1802 – Interceptores e emissários de esgotos industriais	COM	≤ 100	
1803 – Sistema/Estações de tratamento de efluentes industriais	ATM	≤ 500	
1804 – Sistema de tratamento de emissões atmosféricas	VSP	≤ 8	
1805 – Armazém para grãos/cereais/material de construção	AUM	≤ 800	
1806 – Armazém para grãos/cereais/material de construção c/ beneficiamento	AUM	≤ 400	
1807 – Oficina mecânica, lanternagem e pintura	AUM	≤ 100	
1808 – Lavagem de veículos, lubrificação, polimento, lava-jato e troca de óleo	AUM	≤ 100	
1809 – Telefonia celular	NSA	≤ 5	
1810 – Usina de co-geração de energia	PK	≤ 5.000	
1811 – Eclusas	ED	≤ 30	
1812 – Serviços de acabamento com tinturaria, tingimento e estamparia	AUM	≤ 1.000	
1813 – Prensagem de material reciclável	AUM	≤ 500	

TOPOLOGIA	UNID	PORTE DO EMPREENDIMENTO	POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR
<b>19 – PESCA</b>			
1901 – Entrepasto pesqueiro (terminal coletivo de pescado, público ou privado)	VPT	≤ 5	II
1902 – Empreendimento pesque e pague / pesque e solte	AUM	≤ 60.000	I
1903 – Área de camping especializada em turismo e/ou pesca esportiva	AUM	≤ 20.000	I
1904 – Infraestrutura de comercialização pública (mercados de pescados)	AUM	≤ 100.000	I
1905 – Área especializada em pesca e solte (área particular)	AUM	≤ 100.000	I

TOPOLOGIA	UNID	PORTE DO EMPREENDIMENTO	POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR
<b>20 – RECURSOS DE FAUNA SILVESTRE</b>			
2001 – Criadouros comerciais de aves (com ou sem abate)	CIC	≤ 80	II
2002 – Criadouros comerciais de quelônios e jacarés com ou sem abate	CIC	≤ 200	II
2003 – Criadouros comerciais de ofídios para petshops e soro antiofídico	CIC	≤ 80	II
2004 – Criadouros comerciais de pássaros comerciais de campo livre	CIC	≤ 80	I
2005 – Criadouros comerciais de mamíferos com ou sem abate	CIC	≤ 500	I
2006 – Criadouros científicos (projetos científicos com estrutura no campo)	NCC	≤ 20	II
2007 – Criadouros conservacionistas	NCC	≤ 200	I
2008 – Parque zoobotânicos	AUH	≤ 150	I
2009 – Jardim zoológicos	AUH	≤ 300	I

2010 – Centro de triagem e reintrodução de animais	AUH	≤ 300	I
2011 – Ambulatório para reabilitação de animais	AUH	≤ 150	II
<b>21 – SANEAMENTO</b>			
2101 – Captação/tratamento/distribuição de água potável	PA	≤ 50.000	II
2102 – Coleta, transporte, estação elevatória, tratamento e destinação final de esgotos sanitários	PA	≤ 25.000	III
2103 – Complexo de destinação final de resíduos sólidos urbanos	PA	≤ 5.000	III
2104 – Aterro sanitário	PA	≤ 50.000	II
2105 – Aterro controlado	PA	≤ 5.000	III
2106 – Reciclagem/compostagem	VPK	≤ 5.000	II
2107 – Aterro/reciclagem/compostagem	PA	≤ 50.000	II
2108 – Sistema de drenagem de águas pluviais	ATH	≤ 5	II
2109 – Aterro industrial	AUM	≤ 1.000	III
2110 – Remediação de áreas contaminadas por lançamento de resíduos sólidos urbanos	ACH	≤ 5	II
2111 – Interceptores e emissários de esgotos sanitários	PA	≤ 20.000	III

<b>22 – SUBSTÂNCIAS E PRODUTOS PERIGOSOS</b>			
2301 – Comércio de substâncias e produtos perigosos	AUM	≤ 500	
2302 – Prestação de serviços com substâncias e produtos perigosos	CA	≤ 30	
2303 – Transporte de substâncias e produtos perigosos	NV	≤ 5	
2304 – Depósito de agrotóxico	AUM	≤ 500	
2305 – Depósito de produtos e substâncias perigosas	AUM	≤ 500	
2306 – Depósito de explosivos	AUM	≤ 500	
2307 – Transporte de carvão digital	V	≤ 600	
2308 – Remediação de áreas contaminadas por hidrocarboneto e/ou substâncias e produtos perigosos	VMC	≤ 9.000	
2309 – Transporte de resíduos de serviços de saúde	NV	≤ 5	

**LEGENDA**

POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR
I – Pequeno
II – Médio
III - Grande
UNIDADE DE MEDIDA
ACH – ÁREA CONTAMINADA (Ha)
AI – ÁREA INUNDADA (Ha)
AR – ÁREA REQUERIDA NO DNPM (Ha)
ATH – ÁREA TOTAL (Ha)
ATM – ÁREA TOTAL (m <sup>2</sup> )
AUH – ÁREA ÚTIL (Ha)
AUM – ÁREA ÚTIL (m <sup>2</sup> )
CA – CLIENTELA ATENDIDA (Mensal)
CPM – COMPRIMENTO (Metro)
CPK – COMPRIMENTO (Km)
CQ – CAPACIDADE DE QUEIMA (Kg/h)
CIC – CAPACIDADE INDUSTRIALIZADA DE CRIA/RECRIA (Unid/Ano)
CAM – CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO (M <sup>3</sup> )
CAT – CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO (Ton.)
ED – ECLUSAGEM (Dia)
NA – NÚMERO DE AVES (Abate / Postura)
NCO – NÚMERO DE COLMEIAS (Unidades)
NCC – NÚMERO DE CABEÇAS / CRIAÇÃO (Unidade)
NDC – NÚMERO DE CABEÇAS (Unidade)
NL – NÚMERO DE LEITOS (Unidade)
NP – NÚMERO DE PESSOAS (Unidade)
NSA – NÚMERO SITE/ANTENA (Unidade)
NV – NÚMERO DE VEICULOS/EMBARCAÇÕES/AERONAVES (Unidade)

P – POTÊNCIA (Kw)
PA – POPULAÇÃO ATENDIDA EM NÚMERO DE HABITANTES (Unidade)
PK – POTÊNCIA (KVA)
VCL – VOLUME CAPTADO (l/dia)
V – VOLUME (m <sup>3</sup> )
VPC – VOLUME PRODUZIDO/CONSUMIDO (m <sup>3</sup> /dia)
VC – VOLUME CONSUMIDO (m <sup>3</sup> /tora/dia)
VPK – VOLUME DE PRODUÇÃO (Kg/mês)
VM – VOLUME DE MATERIAL MOVIMENTADO (m <sup>3</sup> )
VPM – VOLUME DE PRODUÇÃO (m <sup>3</sup> /mês)
VPTM – VOLUME DE PRODUÇÃO (t/mês)
VPTD – VOLUME DE PRODUÇÃO (t/dia)
VPL – VOLUME DE PRODUÇÃO (l/dia)
VPP – VOLUME DE PRODUÇÃO (peça/dia)
VRM – VOLUME DE RESÍDUO DE MADEIRA (m <sup>3</sup> /dia)
VL – VOLUME DE LAMINAS (M <sup>3</sup> /dia)
VMS – VOLUME DA MADEIRA SERRADA (m <sup>3</sup> /dia)
VTA – VOLUME DE PRODUÇÃO (t/ano)
VMC – VOLUME DE MATERIAL CONTAMINADO (m <sup>3</sup> )
VSP – VELOCIDADE DE SAÍDA DE POLUENTES ATMOSFÉRICO (m/s)
UFI - RR – UNIDADE FISCAL DO ESTADO DE RORAIMA
< - MENOR
> - MAIOR
≤ - MENOR OU IGUAL

**1. Biota**

Por Evônio Filho (PE) em 22-09-2008

**Biota** é o conjunto de seres vivos de um ecossistema, o que inclui a flora, a fauna, os fungos e outros grupos de organismos.

**biota** marinha e **biota** terrestre, ou, mais especificamente, **biota** lagunar, **biota** estuarina, **biota** bentônica.

### JUSTIFICATIVA

O licenciamento ambiental, instrumento da política pública nacional do meio ambiente, estabelecida pela Lei Federal nº 6.938/81, é um procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso (definição dada pela Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 237/97).

A resolução do CONAMA de nº 237/97 veio regulamentar a atuação dos membros do SISNAMA na execução do licenciamento ambiental e explicitar os critérios de competência para atuação de cada órgão que compõe o sistema com base nos impactos ambientais das atividades ou empreendimento.

A grande mérito desta resolução é fazer com que os Municípios se integrem e se comprometam efetivamente com o SISNAMA e passem a controlar atividades potencialmente poluidoras. Ainda, por intermédio do cumprimento desta Resolução, os Municípios precisam se capacitar, criar seus órgãos ambientais e os respectivos Conselhos de Meio Ambiente para assumir seu papel de licenciador ambiental, notadamente quando exigir interesse local. Segundo o Art. 6º da Resolução nº 237/97 do CONAMA, compete aos municípios o licenciamento de empreendimentos de impacto local.

A extensão e o significado de um determinado impacto depende não só do agente causador, mas também da vulnerabilidade do ambiente receptor. Nesse sentido, a legislação de alguns Estados contempla seu entendimento por empreendimentos e atividades de impacto ambiental local, como:

“*Empreendimento cujos impactos ambientais ocorrem dentro dos limites territoriais do município*” (Estado da Bahia); “*Qualquer tipo de empreendimento desde que tenha pequeno ou médio potencial poluidor*” (Estado de Santa Catarina);

“*Qualquer tipo de empreendimento desde que tenha características de impacto local, definidas por tipo de atividades, porte e o grau poluidor*” (Estado do Rio Grande do Sul);

“*Empreendimentos definidos com base no porte e potencial poluidor ou degradador*” (Estado de Minas Gerais); “*Empreendimentos definidos como pequeno e médio porte e potencial poluidor/degradador de impacto local*” (Estado do Ceará); “*Empreendimentos e atividades de pequeno potencial poluidor ou degradador*” (Estado de Pernambuco).

Considerando que os tipos de atividades sujeitas ao licenciamento são as previstas no anexo I da Resolução nº 237/97 do CONAMA outras disciplinadas por legislação estadual ou municipal.

Considerando que a repartição de competências deve ter como fundamento a abrangência e magnitude dos impactos ambientais e não o da titularidade dos bens afetados.

Considerando que grande parte dos processos de licenciamento ambiental conduzidos pelos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente referem-se a empreendimentos e atividades consideradas de impacto local, situação essa não condizente com a estrutura e o funcionamento do SISNAMA, instituído no contexto de responsabilidades compartilhadas entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Considerando que o Município é o competente para o exercício da gestão ambiental e que podem executar suas responsabilidades de órgão licenciador das atividades de interesse e impacto local, e ainda, se for o caso, receber, via instrumento pertinente, competência para licenciar empreendimentos, específicos, que são competência do Estado.

Considerando, ainda, as experiências desenvolvida pelo Estado, no apoio a descentralização da Gestão Ambiental, através da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima – FEMARH-RR e, em conformidade com o entendimento do Ministério do Meio Ambiente, de que:

“*Qualquer tipo de empreendimento/atividade pode ser licenciado pelos municípios desde que tenham características de impacto local, definido por tipo de atividade, porte e grau poluidor e cujos limites sejam definidos em legislação estadual*”.

Com base nas preleções procedidas, que demonstram a necessidade de se definir quais são as atividades de impacto local, decidi apresentar o presente Projeto de Lei, que defini a Tipologia das atividades de Impacto Local no Estado de Roraima.

A adoção da definição mencionada acima possibilitará que os municípios roraimense efetuem o licenciamento ambiental das atividades de impacto local, independente de celebrarem Termos de Descentralização/ Compartilhamento da Gestão Ambiental com o Estado, uma vez que, essas

atividades, estarão definidas legalmente no Estado de Roraima.

Assim, considerando a urgente necessidade de avançarmos nas questões ambientais em nosso Estado e, considerando que a definição da tipologia das atividades de Impacto Local é responsabilidade de cada Estado da Federação, apresentamos esta proposta para discussão e aprovação nesta casa legislativa e, posterior encaminhamento ao Governo do Estado de Roraima, para sanção.

### PROPOSTAS DE MOÇÕES

**PROPOSTA DE MOÇÃO DE PESAR Nº 036/2013**  
**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA** faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna pública a seguinte:

- **Moção de Pesar** aos familiares do Sr. Domingos Garcia de Lima, mais conhecido como **Parafuso**, ocorrido no dia 11 do corrente.

A Assembleia Legislativa, nos termos do art. 205 do seu Regimento Interno, em nome de seus membros, vem de público apresentar sentimentos de pesar aos familiares do Sr. Domingos Garcia de Lima (**Parafuso**).

Desejamos que o mesmo seja acolhido pela providência divina, com muita luz.

Palácio Antônio Augusto Martins, 12 de novembro de 2013.

**ERCI DE MORAES**  
 Deputado Estadual - PPS

**PROPOSTA DE MOÇÃO DE PESAR Nº 037/13**  
**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA** faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna pública a seguinte:

- **Moção de Pesar** aos familiares pelo falecimento do Senhor **Fernando Carlos dos Prazeres**, aos 87 anos, avô do servidor deste Poder, **Clenilton Carlos Correa**, ocorrido no dia 14 do corrente, no Hospital Geral de Roraima- HGR. A Assembleia Legislativa, nos termos do art. 205 do seu Regimento Interno, em nome de seus membros, vem de público apresentar sentimentos de pesar aos familiares do senhor **Fernando Carlos dos Prazeres**.

Desejamos que o mesmo seja acolhido pela Providência Divina, com muita luz.

Palácio Antônio Augusto Martins, 14 de novembro de 2013.

Célio Wanderley  
 Deputado

### RESOLUÇÕES DA MESA DIRETORA

#### RESOLUÇÃO Nº 043/13

**Cria Comissão Especial Externa para analisar e dar parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 017/2013 que “Dispõe sobre alterações na Lei Complementar nº 55, de 31 de Dezembro de 2001, nos dispositivos que menciona”.**

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 31, *caput* e art. 33, IX da Constituição Estadual, c/c art. 23, VI, “j”, e art. 43 do Regimento Interno deste Poder, promulga a seguinte Resolução:

**Art. 1º** Fica criada **Comissão Especial Externa**, para analisar e dar parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 017/2013 que “Dispõe sobre alterações na Lei Complementar nº 55, de 31 de Dezembro de 2001, nos dispositivos que menciona”, composta pelos seguintes Parlamentares:

- **Coronel Chagas;**  
 - **George Melo;**  
 - **Marcelo Natanael;**  
 - **Soldado Sampaio;**  
 - **Jânio Xingú;**  
 - **Jean Frank;**  
 - **Flamarion Portela.**

**Art. 2º** A Comissão a que se refere o art. 1º tem o prazo para funcionamento de 60 (sessenta) dias.

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 19 de novembro de 2013.

Dep. **CORONEL CHAGAS**

2º Vice-Presidente

Dep. **JALSER RENIER**

1º Secretário

Dep. **REMÍDIO MONAI**

2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 044/13**

**Cria Comissão Especial Externa para analisar e dar parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 018/2013 que “Altera dispositivos da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, de 16 de junho de 1994, e dá outras providências”.**

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 31, *caput* e art. 33, IX da Constituição Estadual, c/c art. 23, VI, “j”, e art. 43 do Regimento Interno deste Poder, promulga a seguinte Resolução:

**Art. 1º** Fica criada **Comissão Especial Externa**, para analisar e dar parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 018/2013 que “Altera dispositivos da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, de 16 de junho de 1994, e dá outras providências”, composta pelos seguintes Parlamentares:

- Aurelina Medeiros;
- Brito Bezerra;
- Erci de Moraes;
- Joaquim Ruize;
- Mecias de Jesus;
- Jalsér Renier;
- Remídio Monai.

**Art. 2º** A Comissão a que se refere o art. 1º tem o prazo para funcionamento de 60 (sessenta) dias.

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 19 de novembro de 2013.

Dep. **CORONEL CHAGAS**

2º Vice-Presidente

Dep. **JALSÉR RENIER**

1º Secretário

Dep. **REMÍDIO MONAI**

2º Secretário

---

**REQUERIMENTOS**


---

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 007, DE 2013.**

Com o objetivo do exercício da função fiscalizadora do Poder Legislativo, nos termos do inciso XXIX, do art. 33 da Constituição do Estado, c/c o *caput* do art. 84, o *caput* do art. 86 e seu respectivo inciso III, além do art. 196, tudo do Regimento Interno, aplicando-se o regime de prioridade previsto no inciso II, do art. 250 de mesma norma regimental, e, CONSIDERANDO os incisos I e II do art. 1º c/c o inciso II, do art. 9, tudo da Lei nº 12.527/2011, a democratizadora Lei de Acesso à Informação REQUEREMOS que seja oficiada a Excelentíssima Senhora LENIR RODRIGUES LUITGARDS MOURA, Secretária de Estado da Educação e Desportos (SEED) – para que preste, por escrito, as seguintes informações:

1. Quais as empresas terceirizadas e pessoas físicas que atualmente possuem contrato de execução de transporte escolar no Estado de Roraima?
2. Qual o nome, CPF e naturalidade dos representantes legais das referidas empresas partícipes de contrato de execução de transporte escolar?
3. Existe alguma pendência financeira do Estado para com algumas destes locatários? Qual a descrição da pendência? Qual o valor da pendência (R\$)?
4. Quais destas personalidades contratadas estão fornecendo seus serviços periódico e regularmente? Quais reduziram ou suspenderam os serviços?

**JUSTIFICATIVA**

Justifica-se o presente requerimento na prerrogativa do Poder Legislativo de fiscalizar os atos da Administração Pública, quanto aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, economicidade, razoabilidade, finalidade, motivação e atendimento ao interesse público.

A declaração do Direito à Educação é particularmente detalhada na Constituição Federal da República Federativa do Brasil, de 1988, representando um salto de qualidade com relação à legislação anterior, com maior precisão da redação e detalhamento, introduzindo-se, até mesmo, os instrumentos jurídicos para a sua garantia.

Nota-se que mesmo com dispositivos constitucionais que garantam o direito à educação e com um plano universal da referida garantia, algumas barreiras como recursos públicos disponíveis podem atrapalhar a difusão e aumento de cidadãos beneficiários.

Por outro lado, no que tange o problema aqui em destaque, a saber, “a eficiência, qualidade e pagamento dos transportes escolares terceirizados”, não pode-se dar desculpa em falta de verbas – por se tratar de contratos que foram orçados e licitados previamente – mas sim em problemas/desvios da administração pública que devem ser conhecidos, fiscalizados e coibidos

pelo Poder Legislativo. A ALE-RR precisa fiscalizar os pagamentos dos transportes escolares e gerenciar o efeito de possíveis desvios para que não se tenha prejuízos aos discentes.

As autoridades requeridas têm a obrigação de prestar as referidas informações pela via aqui pretendida (por escrito), pois do contrário incorrerá nas condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar previstas nos incisos I e V, do art. 65 da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

Dessa forma, requeremos integralmente as referidas informações, bem como a necessária aprovação em Plenário deste *petitio*, pois assim serão atendidos os fins de interesses gerais e coletivos.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2013.

**SOLDADO SAMPAIO**

Deputado Estadual

**REQUERIMENTO Nº 080, DE 2013.**

Com o objetivo do exercício da função fiscalizadora do Poder Legislativo, nos termos do inciso XXIX, do art. 33 da Constituição do Estado, c/c o *caput* do art. 84, o *caput* do art. 196 e seu respectivo inciso I, do Regimento Interno, aplicando-se o regime de prioridade previsto no inciso II, do art. 250 de mesma norma regimental, bem como os incisos I e II do art. 1º c/c o inciso II, do art. 9, tudo da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), REQUEREMOS que sejam convocados o Excelentíssimo Senhor LUIZ RENATO MACIEL DE MELO, Secretário de Estado da Fazenda (SEFAZ) e a Excelentíssima Senhora SHÉRIDAN ESTERFANY OLIVEIRA DE ANCHIETA, Secretária de Estado da Promoção Humana e Desenvolvimento (SEPHD) – para que prestem, pessoalmente, em Audiência Pública a ser realizada nesta Casa Legislativa, no dia 14 de novembro do corrente ano, às 10:00, informações sobre os seguintes assuntos:

1. A razão do não pagamento do salário das trabalhadoras participantes do “Programa Mães Merendeiras”.
2. O motivo do inadimplemento das empresas onde as “Mães Merendeiras” para com as referidas participantes do programa.
3. O porquê de outras empresas terceirizadas de outros setores, também atuantes no Estado de Roraima, terem histórico de dívidas com o seu corpo de trabalhadores.
4. A identificação das empresas terceirizadas, bem como seus representantes legais, os quais atuam no Estado de Roraima, que pagam seus trabalhadores em dias.

REQUEREMOS, também, que sejam convocados o Senhor Faradilson Reis de Mesquita, presidente da Federação das Associações de Moradores do Estado de Roraima (FAMERR), os representantes legais das empresas terceirizadas prestadoras de serviços no Estado de Roraima, e, especialmente, da comissão das trabalhadoras participantes do “Programa Mães Merendeiras”.

**JUSTIFICATIVA**

Justifica-se o presente requerimento na prerrogativa do Poder Legislativo de fiscalizar os atos da Administração Pública, quanto aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, economicidade, razoabilidade, finalidade, motivação e atendimento ao interesse público.

Se o direito ao salário digno é firmemente acolhido por dispositivos constitucionais que consagram aos cidadãos seus direitos sociais, por tratados da Organização Internacional do Trabalho, bem como demais estatutos supranacionais de aceitação declarada pelo Congresso Nacional e confirmada, por vezes, pela Suprema Corte pátria, maior ainda é a certeza de recebê-lo!

Digno ou não, o salário pago pelo Estado ou por seus entes substitutos devem ter sua periodicidade e regularidade que permita a sobrevivência do trabalhador. A vida, a saúde e a alimentação são os direitos violados quando isso não é cumprido.

O caso concreto e atual das trabalhadoras participantes do “Programa Mães Merendeiras”, somado à grande repercussão de outras categorias que estão sendo desrespeitadas por empresas terceirizadas que não honram o compromisso contratual de pagar os vencimentos de seus funcionários em dias – torna relevante e imperativa a manifestação do Poder Legislativo – sobretudo por se tratar de direitos humanos.

As autoridades convocadas têm a obrigação de prestar a referida informação pela via aqui pretendida (Audiência Pública), pois do contrário incorrerá nas condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar previstas nos incisos I e V, do art. 65 da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

Dessa forma, requeremos a convocação das autoridades junto à Assembleia, bem como a cortesia da presença dos convocados, pois assim serão atendidos os fins de interesses gerais e coletivos.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2013.

**SOLDADO SAMPAIO**

Deputado Estadual

---

**INDICAÇÕES**


---

**GABINETE DO DEPUTADO GABRIEL PICANÇO**  
**INDICAÇÃO Nº 077/2013**

O Deputado que esta subscreve, com amparo no art. 202, do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima, da seguinte indicação:

## RECUPERAÇÃO DA VICINAL 01 DO PROJETO DE ASSENTAMENTO BOM JESUS NO MUNICÍPIO DE AMAJARI. JUSTIFICATIVA:

Trata-se de indicação parlamentar objetivando a recuperação da Vicinal 01 do Projeto de Assentamento Bom Jesus no Município de Amajari, por não apresentar hoje boas condições de trafegabilidade de pessoas e a escoação da produção das outras Vicinais que interligam à mesma.

A grande flexibilidade e mobilidade dos transportes terrestres permitiram o maior distanciamento entre as áreas de residência e as áreas de trabalho, levando à expansão das cidades. Os transportes são muito importantes para o desenvolvimento das regiões. O aumento da mobilidade permitiu desenvolver o comércio e, conseqüentemente, as atividades produtivas, quer a nível regional, quer a nível internacional, diminuindo as assimetrias regionais e melhorando a qualidade de vida e o bem-estar da população.

As infra-estruturas de transportes como estradas e pontes têm contribuído para reduzir as distâncias, permitindo ultrapassar barreiras físicas como rios e serras, condicionando a acessibilidade das regiões e, por isso, o seu desenvolvimento econômico e social.

Atualmente, os transportes:

- São responsáveis pela crescente mobilidade das pessoas para os empregos, nas deslocações quotidianas, nas viagens de turismo, promovem o aproveitamento dos recursos endógenos (exploração dos recursos locais);
- Facilitam o desenvolvimento do comércio e das atividades produtivas;
- Permitem a difusão de idéias, de culturas e de técnicas;
- Estruturam o espaço urbano (crescem as cidades, os serviços, o comércio, etc.);
- Promove a troca de produtos, bens, pessoas, informação entre as diversas regiões;
- Promovem as atividades econômicas e sociais, permitindo a implantação da indústria, o alargamento dos mercados (intensificam as trocas comerciais) e o aumento da produção;
- Criam empregos;
- Quebram o isolamento das regiões desfavorecidas;
- Atenuam as assimetrias socioeconômicas regionais;

Logo, conclui-se que uma estrada, além de ligar um lugar a outro, é sinônimo de desenvolvimento econômico e qualidade de vida, mas no interior do Estado de Roraima, mais precisamente na Vicinal 01 do Projeto de Assentamento Nova Amazônia, tem sido motivo de muita preocupação, vez que a referida estrada se encontra quase que intrafegáveis apresentando um risco constante às pessoas que dela fazem uso.

Diante do exposto, faz-se necessário a recuperação da Vicinal 01 do Projeto de Assentamento Nova Amazônia, por ser direito do trabalhador rural e garantia constitucional.

Sala das Sessões, 11 de Novembro de 2013.

**GABRIEL PICANÇO**

Deputado Estadual

## ATAS PLENÁRIO - SUCINTA

ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA DUCENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO SEXTO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia quatorze de novembro de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima quinquagésima nona Sessão Ordinária do quadragésimo sexto período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente em exercício, Deputado **Coronel Chagas**, declarou aberta a Sessão, convidando o Senhor Deputado **George Melo** para atuar como Segundo Secretário *Ad hoc*. Em seguida, solicitou ao Senhor Segundo Secretário proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado **Naldo da Loteria**, proceder à leitura do Expediente. **RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:** Mensagem Governamental nº 62/13, de 07/11/13, encaminhando à deliberação, o Projeto de Lei que "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 054, de 31 de dezembro de 2001, alterada pelas Leis Complementares nº 216, de 29 de julho de 2013, e 217, de 28 de agosto de 2013, e dá outras providências". **RECEBIDO DOS DEPUTADOS:** Memorando nº 072/13, de 13/11/13, do Deputado Marcelo Natanael, justificando sua ausência à Sessão Plenária do dia 13/11/13. **GRANDE EXPEDIENTE:** o Senhor Deputado **Ivo Som** iniciou seu pronunciamento informando que já foi aprovado, na Câmara Federal por unanimidade, o Projeto que dispõe sobre o voto aberto, o qual, no Senado Federal, já foi aprovado em primeiro turno e, na próxima terça-feira, será votado em segundo turno. Prosseguindo, destacou a importância de esta Casa, a exemplo de outras Assembleias, votar o Projeto de Lei de

sua autoria, que extingue o voto secreto. Finalizou, ressaltando que o voto aberto serve para mostrar aos eleitores se o Parlamentar está votando a favor do povo. **ORDEM DO DIA:** o Senhor Presidente anunciou para a pauta da Ordem do Dia: Discussão e votação da Proposta de Moção de Pesar nº 037/13 aos familiares do Senhor Fernando Carlos dos Prazeres, pelo seu falecimento ocorrido no dia 14 do corrente. Em seguida, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação matéria, sendo aprovada. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** o Senhor Deputado **Ivo Som** manifestou o desejo de que esta Casa vote com urgência a PEC do voto aberto, que é de sua autoria. Em seguida, parabenizou a Mesa pela aprovação do projeto, também de sua autoria, que institui o Dia Estadual de Liberdade Religiosa, a ser comemorado, anualmente, todo dia 15 de novembro. Convidou todo o povo roraimense, especialmente os Deputados, a participarem de uma caminhada, cujo percurso terá início na Praça do Centro Cívico e encerrará na Praça Velha Coutinho, em comemoração à referida data, a qual marcará a segunda marcha de encontro de todas as religiões deste Estado. Finalizou, defendendo a liberdade religiosa, destacando que todo cidadão tem o direito de escolher a própria religião, e de modo algum deve ser discriminado por isso. O Senhor Deputado **Naldo da Loteria** reportou-se ao pronunciamento do Deputado Ivo Som, dizendo que o Congresso acaba de derrubar o voto secreto. Na opinião do Senhor Parlamentar, esse é um avanço para a democracia, mas é necessário fazer uma campanha junto ao TRE para que o voto do eleitor também seja aberto para poder cobrar. O Senhor Deputado **Jânio Xingú** informou ao Deputado Ivo Som que o direito à liberdade religiosa já está garantido na Constituição Federal. Em seguida, questionou sobre algumas matérias que já estão prontas, mas não são colocadas em pauta na Ordem do Dia para serem votadas, como o Projeto da UERR; da Defensoria Pública, do mandato do Defensor Público Stélio Dener, que já venceu há alguns dias; como também da FEMHR, que é um órgão extremamente relevante para o desenvolvimento do Estado, bem como, a ADERR. Finalizou, dizendo esperar que na próxima semana esses projetos possam entrar em pauta para serem deliberados. O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** manifestou sua preocupação por ainda não ter entrado nesta Casa, por votação, o Plano de Cargos e Salários da Saúde, que, na sua opinião, não pode mais ser protelado, pois a saúde precisa ter um tratamento diferenciado. Finalizou, dizendo que não só ele, mas vários parlamentares irão se posicionar para priorizar essa matéria, que é de suma importância para resolver o problema da saúde no Estado. A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** manifestou apoio ao Deputado Joaquim Ruiz com relação à urgência de se votar o Plano de Cargos e Salários da Saúde. Segundo a Senhora Parlamentar, se os Deputados tivessem o poder de decisão, não só o Projeto da Saúde seria analisado, mas vários outros que precisam. Finalizou, dizendo que é necessária a união de todos os parlamentares desta Casa para que esse projeto seja votado ainda este ano, assim como o projeto para criação do Instituto de Assistência Técnica do Estado, que, segundo a Senhora Deputada, já foi objeto de análise por parte do Governo do Estado. O Senhor Deputado **George Melo** parabenizou o Deputado Joaquim Ruiz e a Deputada Aurelina Medeiros por priorizarem o Projeto do Plano de Cargos e Salários da Saúde e disse que esta Casa contemplou, no topo, algumas categorias com salários astronômicos. Finalizou, dizendo esperar que os Parlamentares tomem consciência de que este Estado é um dos mais pobres da federação e afirmou que os Planos de Cargos devem ser analisados com bastante critério, pois há uma diferença de salário muito grande entre algumas categorias: enquanto umas ganham demais, outras são extremamente mal remuneradas. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente, Deputado **Chico Guerra**, declarou encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 19, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Diego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, George Melo, Ivo Som, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus e Naldo da Loteria.**

Aprovada em: 19/11/2013

## ATAS COMISSÕES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA DIA 07 DE NOVEMBRO DE 2013.

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às oito horas e trinta minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se, extraordinariamente, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, sob a Presidência do Senhor Deputado Flamarion Portela, Vice-Presidente desta Comissão, com a presença dos Senhores Deputados, Membros Titulares Aurelina Medeiros, Chicão da Silveira e Coronel Chagas. **Abertura:** Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a Reunião, registrou a ausência dos Senhores Parlamentares Jaiser Renier, Brito Bezerra e Ionilson Sampaio e em seguida solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A requerimento da Senhora Deputada Aurelina Medeiros, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão. **Expediente:** Dando continuidade à reunião,

o Senhor Presidente constatou em pauta as seguintes Matérias: **1) Proposta de Moção de Pesar nº 034/13**, de autoria da Deputada Angela Águida Portela, “Aos familiares, pelo falecimento da Senhora Terezinha Vasconcelos, servidora da ESCOLEGIS ocorrido no dia 06 de novembro do corrente, na cidade de São Paulo.” **2) Proposta de Moção de Pesar nº 035/13**, de autoria do Deputado Chicão da Silveira, “Aos familiares, do Deputado Joaquim Ruiz, pelo falecimento de seu cunhado, Senhor Severino Maciel de Lima, ocorrido no dia 07 de novembro do corrente.” O Senhor Presidente, no uso de suas atribuições legais, designou o Senhor Deputado Chicão da Silveira para relatar a Proposta de Moção de Pesar nº 034/13; e a Senhora Deputada Aurelina Medeiros para relatar a Proposta de Moção de Pesar nº 035/13. Após as designações, o Senhor Presidente suspendeu a reunião pelo tempo necessário para que os Senhores Relatores emitissem os Pareceres. Após o tempo estipulado, reabertos os trabalhos, o Senhor Presidente constatou na mesa dos trabalhos as Proposições com os respectivos Pareceres e os incluiu na ordem do dia desta Comissão. **Ordem do Dia:** 1) Proposta de Moção de Pesar nº 034/13. Relator, Chicão da Silveira. Parecer favorável. 2) Proposta de Moção de Pesar nº 035/13. Relatora Aurelina Medeiros. Parecer favorável. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou aos Senhores Relatores procederem às leituras individualmente das Proposições. Feitas as leituras o Senhor Presidente submeteu-os a discussão. Não havendo discussão, os Pareceres foram colocados em votação, sendo acatados na Comissão pelos Membros presentes na reunião. **Encerramento:** O Senhor Presidente, constatando não haver mais nada a tratar, encerrou a reunião às nove horas. E, para constar, eu, Mirele Salvadori, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

**Ionilson Sampaio**

Presidente da Comissão

**Aprovada em: 13/11/2013**

**CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL  
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA,  
REALIZADA NO DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2013**

Aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às oito horas e trinta minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se, extraordinariamente, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, sob a Presidência do Senhor Deputado Flamarion Portela, Vice-Presidente desta Comissão, com a presença dos Senhores Deputados, Membros Titulares Aurelina Medeiros, Chicão da Silveira e Coronel Chagas. **Abertura:** Havendo *quórum* regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a Reunião, registrou a ausência dos Senhores Parlamentares Aurelina Medeiros e Ionilson Sampaio e em seguida solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A requerimento do Senhor Deputado Jalsner Renier, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão. **Expediente:** Dando continuidade à reunião, o Senhor Presidente constatou em pauta a seguinte Matéria: **Proposta de Moção de Pesar nº 036/13**, de autoria do Deputado Erci de Moraes, “Moção de Pesar pelo falecimento do Senhor Domingos Garcia de Lima, ocorrido no dia 11 do corrente, nesta cidade de Boa Vista.” O Senhor Presidente, no uso de suas atribuições legais, designou o Senhor Deputado Jalsner Renier para relatar a referida Proposta de Moção de Pesar. Após a designação, o Senhor Presidente suspendeu a reunião pelo tempo necessário para que o Senhor Relator emitisse o Parecer. Após o tempo estipulado, reabertos os trabalhos, o Senhor Presidente constatou na mesa dos trabalhos as Proposições com os respectivos Pareceres e os incluiu na ordem do dia desta Comissão. **Ordem do Dia:** 1) Proposta de Moção de Pesar nº 036/13. Relator, Jalsner Renier. Parecer favorável. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou aos Senhores Relatores procederem às leituras individualmente das Proposições. Feitas as leituras o Senhor Presidente submeteu-os a discussão. Não havendo discussão, os Pareceres foram colocados em votação, sendo acatados na Comissão pelos Membros presentes na reunião. **Encerramento:** O Senhor Presidente, constatando não haver mais nada a tratar, encerrou a reunião às nove horas. E, para constar, eu, Mirele Salvadori, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

**Flamarion Portela**

Vice-Presidente da Comissão

**Aprovada em: 14/11/2013**

**ATA DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA CRIADA NOS  
TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 023/2012, REALIZADA  
EM DE 27 NOVEMBRO 2012.**

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, às quinze horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões, altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Parlamentar, sito a Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se a Comissão Especial Externa, criada nos termos da Resolução nº 023/12, criada para acompanhar equipe técnica que analisará e emitirá parecer aos relatórios apresentados pelo IPER. **Abertura:**

Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente Célio Wanderley, ao declarar aberta a reunião, registrou a presença dos Senhores Deputados Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Flamarion Portela, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Soldado Sampaio. Ausente os Senhores Deputado Ionilson Sampaio e Joaquim Ruiz. Prosseguindo, examinada a Ata da Reunião anterior, solicitou à Secretária proceder à leitura da mesma. A requerimento do Senhor Deputado Soldado Sampaio, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os Membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-se à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão. O Senhor Presidente comunicou aos senhores Deputados que esta reunião tem por objetivos traçar metas de trabalho junto aos técnicos do IPER: Senhor Roberto de Araújo de Moraes, Cleonice Pereira de Moura; senhores Auditores do Tribunal de Contas; Ferreira Leite e Valter Mariano de Moura, Alcebias Bruno Filho; e os companheiros da Assembleia que até o momento apenas um, esta presente, segundo acabei de falar com o Chiquinho, Julio César Mota que amanhã deverá integrar como membro desta Comissão. Portanto, teremos mais um membro desta Casa. Vou falar aos meus colegas, mas franquearei a palavra a cada um. Aos senhores companheiros que estão aqui para nos ajudar a encontrar uma solução para a questão do IPERR, para efetivamente darmos uma resposta à sociedade. A Comissão de Orçamento foi solicitada pelo Presidente da Casa em função das denúncias que constantemente chegam nesta Casa, pelos próprios colegas Deputados, também o Tribunal de Contas, através do relatório encaminhado a esta casa, solicitando o afastamento do senhor Presidente do IPER. Antes, tínhamos nos reunidos aqui, solicitamos a presença do Presidente do IPER junto com o Secretário da Fazenda para nos darem, uma explicação a respeito do que vinha acontecendo no IPER. Em função do relatório do Tribunal de Contas, ele foi afastado. Solicitamos tanto ao nosso Presidente quanto do Governo do Estado, para colocar à nossa disposição uma documentação necessária para que pudéssemos avaliar. Então, além do relatório que a Auditoria do tribunal de Contas encaminhou também uma Auditoria feita pelo INSS, mas foi assinada em abril. Também foi encaminhada toda a documentação de estratos bancários referentes às aplicações feitas desse fundo. Devido à falta de técnicos com conhecimento na área, a gente solicitou as vossas presenças, para que vocês, em conjunto, nos dessem uma noção mais clara de definitivamente. O próprio relatório do Tribunal de Contas diz que há uma perda em relação ao recurso do IPER, quando o próprio IPER diz que não houve perda. Pelo menos, é o que consta no relatório que eu recebi do IPER. Nós gostaríamos de uma solução definitiva para este caso. Acredito que todos os Deputados, tanto os Deputados de Situação, quanto os de Oposição estão imbuídos no pensamento, na boa vontade de trazer um relatório concreto, para dar à sociedade uma resposta que ela merece. Estes recursos são pertencentes aos funcionários do nosso estado, com os quais nós não podemos brincar em função disto. Informo ainda, que vou solicitar amanhã vou solicitar do Presidente que ele nos coloque, recursos necessários para que possamos solicitar. Para isso a casa vai ter que dispor de recursos, por enquanto, como vocês todos vieram aqui, o custo é zero para a Assembleia. A partir de amanhã, Flamarion, vou solicitar ao Presidente, que ele coloque à nossa disposição, através das pesquisas que já fizemos, técnicos de algumas instituições financeiras, os quais teremos que pagar, para que eles também possam nos auxiliar nesse processo. Comunicamos aos colegas que hoje a Assembleia está de luto pelo falecimento da genitora do nosso colega Joaquim Ruiz, que faz parte da Comissão. Em função da seriedade deste trabalho, não interrompemos. E tenho certeza que, a partir de amanhã, o Joaquim um pouco mais recuperado vai se integrar a este grupo, pois ele conhece bastante de Administração Pública, poderá assim colaborar com a Comissão. Por isso, desde já, agradeço a presença de todos, e dizer ainda, e são bem-vindos a esta casa para nos auxiliar. Quero franquear a palavra aos colegas Deputados, aqui está o Deputado Marcelo Cabral.

O Senhor Deputado Marcelo Cabral – Boa tarde a todos, Senhor Presidente e membros da Comissão. É importante lembrar que esta Comissão está sendo formada para fazer uma vistoria no levantamento dos documentos que o Braga entregou aqui na Assembleia, tendo o apoio do Tribunal de Contas, da Assembleia e do Ministério Público. É isso, Senhor Presidente? Tribunal de Contas, Assembleia e IPER, são estes os técnicos que irão se reunir e mostrar realmente o que foi entregue para Comissão, esclarecendo cada número, cada orçamento investido naquela instituição, os valores de hoje, o que foi feito, como foi o ganho durante este ano dentro do IPER, e em que foi investido o recurso do IPER? Na demonstração do Presidente Braga, mostrou que foi um avanço, que aumentou o rendimento, e todos acompanharam. Agora tivemos a honra de montar uma Comissão para fazer, e para variar, mostrando realmente com os técnicos, que estão preparados, qualificados para acompanhar e explicar para Comissão de Orçamento e membros da Comissão, como está hoje a realidade do IPER. A Comissão de Orçamento, tem trabalhado tanto junto com o Marcelo, com Célio, com todos vocês, visando esclarecer o mais rápido possível, isso que é fundamental para o Estado, para a Assembleia. O Presidente Célio, levantou algo muito importante, antes mesmo de ter uma CPI, passar pela Comissão, fazer uma Comissão Conjunta, como está sendo feita, depois, esclarecer todas as dúvidas nossas, suas e minhas, de todos os presentes aqui. Senhor Presidente, para assim, começar um trabalho onde serão resolvidos os problemas do IPER. É só isso, Presidente. Parabênico a equipe que se reúne

hoje, conheço todos, todos são preparados e qualificados, lógico, cada um na sua área. É importante o auxílio de vocês para mostrar o essencial, onde está, e como foi preparado para o IPER durante dois ou três anos, que o Presidente Braga está lá. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Deputado Sampaio.

O Senhor Deputado Sampaio – Boa-tarde, Senhor Presidente e demais Deputados, boa-tarde, senhores técnicos que compõem esta Comissão, membros do Tribunal de Contas desta Casa e também do IPER. Senhor Presidente, desculpas, terei que sair daqui a alguns minutos, tenho uma Audiência no Ministério Público. Reconheço a importância desta Comissão, fui um dos Deputados que mais cobrou a apuração nessa questão do IPER. Existem muitas dúvidas sobre os muitos números que estão sendo colocados na mesa, preciso ser esclarecido, e dar razão a quem tem razão. Sabemos que nesta questão é possível chegarmos a um entendimento, saber se houve ou não prejuízo, se houve ou não danos em honorário público. Essa é a pergunta que todos os servidores estão buscando, e esta Casa causou esta discussão em cima de um parecer do Tribunal de Contas, havendo uma pressão política, e hoje está aí afastado, o presidente do IPER. Acredito, até que estejam esclarecidas essas dúvidas. Então, Presidente, faço as minhas perguntas por escrito, vou encaminhar, me comprometo com a minha Comissão. Os meus questionamentos serão feitos por escrito, junto à Comissão. Somadas às indagações dos demais deputados. É a nossa contribuição. Agora eu gostaria de saber Senhor Presidente, quem são os técnicos que compõem essa Comissão, são quantos do Tribunal de Contas, qual a formação deles, são de Cargos Comissionados, são efetivos, assim também como os servidores do IPER e os servidores da casa. Preciso saber quem são essas pessoas, quem são estes profissionais que vão nos ajudar. Isso nos preocupa, sabendo que o nosso estado é muito pequeno, onde tem muita interferência política. Nós temos que criar mecanismo nesta Casa, para dar toda proteção política possível a esta Comissão para que se proceda dentro da profissão de cada um, dentro das questões técnicas, esteja com máximo de isenção para botar na mesa, e então esclarecer à sociedade tudo o que nós queremos saber, se foi aplicado como deveriam os recursos, se estes recursos correm sérios riscos, ou já tem algum prejuízo, e mensurar estes valores. Eu quero pedir a permissão para me retirar.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – A identificação, já que você vai sair, aqui não estamos para fazer perguntas para os técnicos, não. Estamos para instalar a Comissão, todas as sugestões, indagações, nós vamos fazer no decorrer dos trabalhos, quando estiver instalada a Comissão, fornecemos a documentação para eles para analisarem, disponibilizaremos onde devolverão o trabalho. Na medida em que surgirem necessidade nós todos vamos reunir, quer dizer, os que fazem parte desta Comissão aqui não está somente a Comissão de Finanças, estão todos os Deputados que se interessaram pelo assunto, não somente para fazer pergunta mas para trazer, auxiliar a Comissão. Concluído os pronunciamentos dos Deputados, franquearemos a palavra para que cada um possa se apresentar, contribuir efetivamente. Eu citei o nome dos técnicos que estão aqui à disposição. Quanto à formação deles, eles próprios falarão.

O Senhor Deputado Marcelo Natanael – Senhoras e Senhores, colegas Deputados, senhores do IPER, Tribunal de Contas e colegas aqui da Assembleia. O Deputado Sampaio colocou aqui senhor Presidente, quase que, as mesmas palavras minhas. Acho que a maioria de nós Deputados, tem a mesma dúvida quanto a esse assunto. Então, para reunir Comissão, às vezes o Deputado tem compromisso, até pode faltar um ou outro o que, pelo menos da minha parte, eu quero ficar à disposição para ir até vocês, ou chamar vocês até ao nosso Gabinete para questionamentos. Porque existem dados, que a gente não sabe do que se trata, então há necessidade de esclarecimento. Tendo em vista que temos a responsabilidade, não de fazer palanque em cima disso, a informação que eu tenho a grosso modo é que o Deputado Braga apresentou, aqui, a sua explanação, que foi meu colega de faculdade, foi como uma explicação de Monografia, e possa ser que ele realmente esteja correto, mas precisamos fazer uma avaliação da informação desses dados, se eles procedem, para que possamos levar à sociedade. Então, Deputado Célio, o propósito de colocar dentro desta Comissão, é que os Deputados, um se interesse mais do que o outro, que cada membro procure inteirar, não deixe para só aqui em uma reunião apresentar questionamentos, pedir esclarecimentos ou dúvidas. Nós vamos nos conhecer, ter essa seriedade, até em um momento de dificuldade de um amigo, mesmo assim a gente está aqui para instalar esta Comissão. Tem que ter resposta? Tem. Mas não podemos acelerar demais. A sugestão que eu coloco para agir individualmente, depois aqui em reunião estaremos mais íntimos da matéria. Uma sugestão para os colegas também. Foi colocado aqui de maneira indelicada por parte do Braga, mas ele tem razão. Acho que cada um individualmente pode contratar uma pessoa de sua confiança, eu contratei um economista para me auxiliar nas pesquisas que eu estou fazendo, pois o que foi colocado aqui, foi de uma maneira como se estivessem trabalhando o dinheiro público, a verba dos servidores, da maneira que se faz com o dinheiro privado. Essa é a minha preocupação, e podem ter certeza que eu vou cobrar, também me coloco à disposição de vocês para gente poder interagir.

O Senhor Deputado Célio Wanderley - Estamos na reunião exatamente para isso aí. Sabemos que os companheiros que estão vindo nos auxiliar, todos trabalham, têm suas funções. Então precisamos ver a disponibilidade de todos para montarmos um cronograma de trabalho aqui.

Determinaremos dias: uma ou duas vezes por semana. Enquanto deputados temos outras atividades fora, têm também dificuldade de estarem presentes, se a gente faz duas, ele pode fazer três ou quatro. Na medida em que houver necessidade, a gente elege entre os próprios técnicos de vocês, um responsável para ter um controle, porque efetivamente eu não vou poder estar presente em todas as etapas, para que possamos organizar os trabalhos, fazer um cronograma de trabalho de acordo com a disponibilidade também de vocês. Compreendo que vocês estão aqui para colaborar conosco, e às vezes, também indisponibilidade de tempo, não tão quanto todos estão imaginando aqui, que seria de ficar aqui direto, permanentemente, até dar uma solução como se fosse um Júri Popular, não podia nem pegar o telefone. Na realidade a gente tem que ouvir os companheiros que estão aqui, para que efetivamente a gente monte esse cronograma de trabalho, para dar uma sequência lógica nesse trabalho.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu peço desculpas pelo atraso, é que depois de velho eu voltei a estudar, às vezes, o tempo é curto. Dou boas-vindas a todos os técnicos: Bruno, técnicos do TCE; Valter, Udimar, obrigado pela presença de vocês, cuja a competência a gente conhece e também a certeza do grande trabalho que vocês irão fazer, com toda essa equipe em conjunto com Deputados que fazem parte dessa Comissão. Agradeço também o nosso técnico Julio, reconhecida a sua competência, também os servidores do IPER, Rigoberto que eu conheço há tantos anos, sei o quanto ele é competente, e quanto ele conhece de Administração Pública, também a doutora Cleonice, com quem eu não tenho nenhuma intimidade, que também faz parte do IPER. Esperamos que, conjuntamente, possamos esclarecer e clarear todas essas dúvidas da aplicabilidade os recursos do IPER. Então, damos as boas-vindas, e esperamos todos que este trabalho seja intenso, profícuo, e que redunda no trabalho satisfatório para o Poder Legislativo, para o IPER, para o conjunto da sociedade roraimense e todos os servidores que são os verdadeiros donos de um valor superior a um “bilhão de reais” que hoje tem o IPER. Portanto, agradecemos a presença de todos, esperando estar junto nesta jornada que não será fácil, mas nós vamos chegar a bom termo. Obrigado e abraços.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Brito Bezerra.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, senhora Deputada Aurelina Medeiros, senhores Deputados, Técnicos do IPER, do Tribunal de Contas e da Casa. Boa tarde à imprensa aqui presente, enfim, todos que fazem parte deste trabalho. O principal objetivo desta Comissão é responder algumas perguntas, não dos parlamentares, mas perguntas que ecoam por aí, da classe que é a detentora deste recurso que o IPER administra, ou seja, os servidores públicos estadual. O nosso recurso está realmente seguro? Os nossos recursos estão sendo bem aplicados? Os nossos recursos estão tendo a rentabilidade necessária para que nós possamos ter uma aposentadoria segura? A administração desses fundos de aplicações garante todo esse montante? Que o servidor trabalhou tanto, seu tanto, e sonha ter uma qualidade de vida melhor para ele e para os seus, com a sua aposentadoria? Enfim, é uma preocupação legítima porque dinheiro não é público, o dinheiro é desses servidores, e nós como representantes do povo, a partir de uma provocação popular, estamos aqui atentos, e buscamos dos senhores a colaboração, para que possamos juntos, como disse o Deputado Flamarion, conjuntamente responder essas indagações mais do que legítimas, que os servidores os proprietários desse recurso estão a indagar. Então, eu desejo, acima de tudo, que todos nós os Deputados e o corpo técnicos, nos debruçemos sobre essa matéria e trabalhemos juntos com muita imparcialidade, e sobretudo respeitando um princípio que ele norteia, não só o ordenamento jurídico do nosso país, mas norteia a vida social das pessoas que são dignas. Então, é o princípio da honestidade e da boa-fé. Então precisamos saber é o que nós devemos realmente aos proprietários desses recursos, que estão lá no IPER sob sua administração, sob a responsabilidade do Governo do Estado, porque não dizer sob a responsabilidade dos senhores que são técnicos que atuam no IPER, do Tribunal de Contas que fiscaliza, Assembleia Legislativa que é legitimada pelo povo para fiscalizar, enfim. É também responsabilidade nossa, devemos essa resposta ao povo. Portanto, boa-sorte, muito obrigado por todos estarem aqui.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Aurelina Medeiros.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Boa tarde, me desculpem pelo atraso, sempre andamos correndo. Célio, quanto ao nosso objetivo, o que a gente espera com essa comissão. Inclusive eu sou a mais chata, assim, cobrando a presença das pessoas que possam nos ajudar a responder uma série de questionamentos, que todo o dia escutamos. Vocês acompanham pela imprensa, e sabem que o IPER tem sido o alvo de toda hora estarem cobrando: vocês estão tendo prejuízo, cadê o recurso do servidor, o recurso servidor sumiu. Nós temos sido alvo dessas questões. Respondo constantemente que eu não tenho capacidade técnica para avaliar isso aqui. Eu sei o que é um fundo de investimento, que dá lucro, mas ir mais longe quanto à questão dos riscos, não deve existir, não é seguro, eu não sei se é porque a gente dorme com a bolsa de Nova York lá em cima, quando acaba já caiu. Nos documentos que chegam aqui, inclusive o do Tribunal de Contas não nos diz claramente que o dinheiro sumiu, para onde ele foi, qual o prejuízo que o IPER realmente teve. Vejo, através desses documentos que chegam aqui, que deram origem a esta Comissão, a gente tem ouvido só isso: a gente pode dar prejuízo ou não dá; ou deu ou não

deu; isso nos deixa muitas vezes nessas discussões olhando para o tempo, jurando que não tem problema, e muitas vezes será que tem? Então o objetivo desta Comissão é elaborar no final um documento, visando retirar a dúvida de vocês. Queremos discutir, queremos saber realmente, se até agora estas aplicações deram prejuízos. Não? Eu acho, como eu disse no início, há vários dias a gente escuta, tem sido alvo da imprensa com relação a isso. Houve determinações do Tribunal de Contas para o afastamento do Presidente. Eu não sei, mas quando li o documento não me convenceu o sumiço do dinheiro, não me convenceu ainda. Muito a gente escuta, mas não quero saber se a gente tem obrigação, estamos sugerindo discutirmos, para entender melhor essa situação, e discuti-las com mais base, essa é a minha intenção, e eu acho que da própria Comissão.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Bem, Aurelina, estamos justamente aqui para instalação; devemos ouvir os técnicos. Porque eu estava explanando aqui, você chegou depois. Mas falei que foram colocados dois técnicos da Casa à disposição, não menosprezando os colegas, mas eu tinha colocado só ele, agora que liguei para o Chiquinho, ele me disse que não tinha técnico disponível. E você, como a Vice-Presidente da Casa... eu conheço algumas pessoas que já trabalharam no Mercado Financeiro, têm experiência, moram neste estado, e poderiam nos auxiliar. Para isso, porém, a Assembleia teria que pagá-los. Você como Vice-Presidente, poderia nos ajudar como os demais colegas, para solicitarmos ao Presidente colocar à nossa disposição essas pessoas, e se vocês estiverem outras pessoas, poderiam sugerir, e os próprios técnicos aqui presentes dispostos também a nos auxiliar. A palavra está franqueada aos demais, vamos pela ordem na composição da mesa, para as apresentações. Informe também, Aurelina, você chegou depois, também o Flamarion, que precisamos saber também qual a disponibilidade de cada um para marcar com antecedência duas reuniões por semana, ou eles vão marcar três, ou quatro reuniões por semana, e, assim colocar uma sala disponível, quer dizer, oferecer as condições necessárias, para eles desenvolver esse trabalho, tendo em vista que nós não vamos estar permanentemente. Nem eu, nem você, nem o Flamarion. Mas, à medida que eles tiverem reuniões que pelo menos uma ou duas vezes por semana, pudéssemos nos reunir conjuntamente para tomarmos conhecimento do andamento do trabalho, das dificuldades encontradas as necessidades, enfim, interagirmos para poder resolver. Passo a palavra para o Bruno para sua apresentação, e posteriormente, na Sequencia, para Doutora Cleonice, Dudemir... Segundo o IPER recomendou, falaram que não poderiam ceder ninguém, eu interfeiri, pois o próprio Governador me falou, que diante de qualquer necessidade, que eu poderia chamar até o Papa, o ideal que eu pudesse resolver. Posteriormente, eu tornei a entrar em contato com eles lá, foi quando eles colocaram o Rigoberto e a Doutora Cleonice para nos auxiliar. Mas, a princípio, nos disseram que não havia disponibilidade na oportunidade. Não sei, qual seria esse tempo dele, do próprio Bruno e dos outros técnicos sobre a disponibilidade. Nós estamos justamente na fase de instalação, e o primeiro passo é montar um cronograma de trabalho para, efetivamente, quais os procedimentos daqui para frente.

O Senhor Bruno- Auditor do Tribunal de Contas-RR – Boa tarde a todos. Meu nome é Alcebis Bruno, mais conhecido como Bruno, sou funcionário efetivo do Tribunal de Contas, Auditor de Contas Públicas, tenho experiência na área bancária por 25 anos, efetivo no Banco do Brasil. Eu me sinto muito à vontade a me posicionar neste assunto. São duas áreas que eu domino bem. Entendo, quanto à questão de horário, o Tribunal ao disponibilizar já pensa em horário de expediente. Se não houver a necessidade de estarmos aqui todos os dias, será muito bom para o Tribunal onde temos muito serviço repesado. Se ficar à disposição aqui constantemente acarretará atraso no nosso trabalho. Mas se combinarem, uma ou duas vezes na semana, não teria problema.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Permita-me interferir. Nós vamos passar a documentação, e vocês é quem vão nos dizer qual o tempo necessário para analisar.

O Senhor Bruno- Auditor do Tribunal de Contas-RR– O Valter Mariano e eu vamos participar. Gilmar está aqui hoje, mas não vai participar. Eu não sei qual é o nível de documentos existente, mas pelo que a gente conhece, não tem muito mistério, nós temos apenas que indicar a posição atual dos investimentos, onde está esse dinheiro. Conforme apontado no relatório do Tribunal, houve uma exposição ao risco desnecessário, foi isso basicamente. Uma senhora diz que, não apontou prejuízo, por quê? Porque os investimentos ainda estão em andamentos, nós não podemos dizer que houve prejuízo, isso, pelo menos, até ontem. Hoje, dei uma olhada em uma determinada situação, acho que já está configurado. Mas assim, é só análise do próprio produto, tem um fundo de investimento, quanto ele rendeu num período. Nós temos acesso aos extratos.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Você já leu o relatório do INSS?

O Senhor Bruno- Auditor do Tribunal de Contas-RR– Eu conversei com o técnico.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Eu também conversei com o técnico dos auditores... No caso, por exemplo, o que seria mais seguro, e o que vinha sendo aplicado, seria na letra de tesouro, não era isso? Até do Banco do Brasil quanto da Caixa Econômica, e ele disse que ele não vinha atingindo a meta que o INSS estabelece para o metatorial.

O Senhor Bruno-Auditor do Tribunal de Contas-RR – Mas, veja bem, este assunto é melhor deixar pra discutir. Mas, quanto à questão de

disponibilidade, acho que o Tribunal nos pôs à disposição, se quiser, depois reunimos os técnicos.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Eu gostaria que depois vocês reunissem os técnicos que estão aí, colocasse a situação de cada um, entre vocês, vendo as disponibilidades, para se reunir.

O Senhor Bruno- Auditor do Tribunal de Contas-RR Queremos verificar o material existente.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – A partir de hoje, elas já vão ver o que temos na Comissão.

O Senhor Bruno-Auditor do Tribunal de Contas-RR – O Deputado Sampaio falou que vai deixar por escrito as colocações. Seria interessante apresentar as suas colocações por escrito, dizer o que realmente esperam. Como ele diz, vou fazer perguntas por escrito, para termos ideia da dimensão do trabalho.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – De acordo com o andamento do trabalho é que as coisas vão se encaixando. Só aqui na sua apresentação já surgiram vários questionamentos, indagações e que nós precisamos exatamente desses esclarecimentos. Doutora Cleonice.

A Senhora Dr<sup>a</sup> Cleonice-Funcionária do IPER – Meu nome é Cleonice, trabalho no IPER em cargo comissionado, sou contadora, trabalhei vinte e dois anos também em Banco, e atualmente no IPER, onde assumo o cargo de Gerente de Gestão de Recursos. Tudo aquilo que entra de recurso do IPER, a cobrança dos Órgãos quando deixam de pagar, quer dizer, todo controle da arrecadação é feito pelo órgão que eu Trabalho. Rigoberto e eu fomos colocados à disposição da Assembleia, ou seja, durante o nosso período de trabalho nós poderíamos ficar aqui para terminar esse trabalho. Não sabemos ainda quais os dias da semana, se de segunda a sexta, pois isso vamos determinar ainda, depende da extensão do trabalho a ser realizado.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Acredito que será de segunda a sexta, pois vamos precisar pedir documentos, vai demandar tempo. Se for segunda quarta e sexta, três vezes na semana ou, por exemplo, terça, quarta e quinta. É que vai demandar tempo. Então, se você vier todos os dias pode chegar um ponto que você não tem.

A Senhora Dr<sup>a</sup> Cleonice-Funcionária do IPER – E também o nosso trabalho lá vai ficar pendente, quero dizer, no período em que vamos ficar aqui certos trabalhos ficarão pendentes. Então, seria o caso de dividir lá e aqui.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Na realidade, propõe celeridade nas atividades, mas celeridade com responsabilidade, visando dar uma resposta. No início, me perguntaram, por que eu não convidei o Ministério Público. É que caso houver irregularidade, e vocês apontarem, e nós aprovarmos essas irregularidades, e depois encaminharemos ao Ministério Público a conclusão dos trabalhos dessa Comissão. Esse o motivo para o Ministério Público não entra nessa fase. Mas, poderá entrar numa posterior. Desculpe-me interrompê-la.

A Senhora Dr<sup>a</sup> Cleonice-Funcionária do IPER – Bom, é o que eu tinha para falar. Estamos aqui para colaborar.

O Senhor Dilmár-Auditor do Tribunal de Contas-RR – Meu nome é Dilmár, sou do Tribunal de Contas, trabalhei no Banco do Brasil por uns vinte anos, e tenho algum conhecimento nessa área. Talvez não na profundidade que será necessária. Tenho grande interesse porque eu sou contribuinte do IPER, na gestão inclusive. O Deputado que saiu há pouco, dirigiu duas perguntas que são interessantes: referem-se ao gestor que está entre a segurança e a rentabilidade. Essas duas realidades no mercado financeiro são conflitantes. No caso de buscar muito rendimento vai se perder a segurança, se você procurar muita segurança você perde o rendimento. Aí, é que precisamos buscar o equilíbrio: Meu dinheiro está na mão de quem? Quem escolhe a segurança? Quem escolhe a rentabilidade? Ou quem escolhe o equilíbrio? Tecnicamente nós só podemos falar depois que estudarmos os documentos todos, para evitar ser prematuro ou coisa assim.

O Senhor Rigoberto-Funcionário do IPER – Meu nome é Rigoberto Araújo, sou formado pela Universidade Federal de Roraima, trabalho no IPER há cinco anos, pude exercer diversos cargos. Já fui Diretor Administrativo, Diretor Financeiro. Atualmente sou Consultor de Planejamento, estou na área orçamentária. Tenho certificação CPA10 que é a certificação profissional pela ABIMA (Associação Brasileira de Identidade Mercado e Capital) série dez. Durante a minha gestão, eu garanto que todos os procedimentos foram os mais corretos e os mais adequados, visando a melhor aplicação dos recursos. Como Dilmár falou, na verdade uma aplicação financeira se constitui em um Tripé: Seria a segurança, rentabilidade e a solidez, que é necessário verificar como está formado este fundo. São vários os fatores que vão nortear a locação estratégica daquele gestor, não é você achar: olha existe aquele fundo, um banco. Não. Primeiro você tem que analisar a composição da carteira, ver o que tem dentro daquela carteira, se ela é crédito privado, se ela é Título Público, sabendo que Títulos Públicos são soberanos, que só existe o risco de mercado, um risco menor. Quanto aos Títulos Privados, é preciso saber o que consta no Título Privado, por exemplo, ali tem empresas, vai gerar um risco de crédito, então, são diversos fatores, e cabe a um bom analista analisar a composição das carteiras de fundo antes de alocar qualquer recurso. Apesar de, hoje termos uma situação muito boa no IPER, que é o horizonte. Então, dá para você ver, delinear aplicações de longo prazo que te dê rentabilidade, essa segurança e liquidez necessária para o custeio da Previdência. Estou

aqui para me somar, neste trabalho não tenho Partido. É assim, eu trabalho lá. Se for identificado algo estranho vai ser apurado. O meu papel aqui, como cidadão, a minha esposa é escritvã, é contribuinte para o regime, tenho diversos amigos e familiares também do Regime Previdenciário. Então, o meu papel aqui é como cidadão, como profissional que sou. Como Diretor Financeiro, antes de haver essa mudança, em dezembro foi feita a política de investimento, já estavam traçando metas. Janeiro eu saí de férias, retornei no dia trinta e um de dezembro fui sumariamente exonerado.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Colega da Assembleia.

O Senhor Julio Rôssio-Funcionário da Ale-RR – Boa tarde, Senhores, meu nome é Julio Rôssio, eu sou cedido do Governo do Estado para Assembleia, trabalho na Controladoria Geral, estou aqui indicado pela Casa para auxiliar nesse trabalho. Sou técnico em contabilidade e Administrador, tenho especialização em Gestão e Auditoria Pública pelo Tribunal de Contas, inclusive com o nosso colega Gilmar, Trabalhei por onze anos lá. Corroborando com as palavras deles, nós precisamos de Material, que tem disponível, ver os dois lados, a aplicação, o recurso, o que realmente está acontecendo. Estou aguardando o colega que vai ser indicado, precisamos trabalhar para evoluir e tentar chegar a um consenso, realmente o que ocorre.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – O que a gente precisa aqui, Flamarion, é que os meninos, a gente monte, semelhante à comissão desta Casa, quer dizer, aqui na comissão, alguém fique responsável entre vocês, para que possamos disponibilizar o necessário nesta questão. Nós vamos disponibilizar dois materiais para que vocês dividam em dois grupos. A casa não precisa pensar em economia, poderia fornecer para cada técnico o material completo. Muitos desses materiais o companheiro pode levar para casa, pois se ele dividir o material com o companheiro ele não pode. Não vamos pensar na economia de papel, sugiro que seja fornecido para cada técnico, pelo menos por equipe aqui do Tribunal, a do próprio IPER. É por que ela vai pegar o que veio do Tribunal, vai pegar o que é daqui, e o que a gente Captou de fora. Propomos fazer um planejamento de trabalho. Suponhamos que o grupo se reúna três vezes por semana, de manhã e a tarde, nos dois períodos, nós os Deputados deveremos nos reunir com a Comissão pelo menos uma vez na semana. Nessa primeira etapa, se houver necessidade, vamos supor, eu elegi o Bruno para ficar como responsável, se houvesse necessidade de consolidar, se reunir comigo ou com qualquer outro membro desta Comissão, basta solicitar para que esse trabalho possa fluir de uma forma organizada, para efetivamente concluí-lo. Se observarmos o material, folheá-lo poderão nos informar que trabalhando nas tardes de terça de quarta e de quinta, são os dias que os Deputados estão efetivamente aqui. Já segunda e sexta ficariam para vocês dar atenção ao andamento no trabalho de vocês. Mas se optarem trabalhar terça, quarta e quinta de manhã e à tarde, nós já com antecedência solicitaríamos à Vice-Presidente que faz parte da Comissão, disponibilizar uma sala, ou a própria sala aqui de reunião. Mas aqui como nós podemos efetivamente usar, colocar uma sala à disposição para que eles pudessem trabalhar desenvolver esse trabalho, para que nós efetivamente pudéssemos ter uma solução. Eu já te elegi sem votação democraticamente, mas vocês conversem. Eu tenho essa intimidade com ele porque ele foi meu vizinho por vinte anos. Então vocês conversem combinem para eleger um representante e a partir desta semana, quarta-feira, ou quinta-feira iniciar o trabalho. Portanto, ao observar o cronograma de trabalho, decidiremos sobre quais os dias da semana. Sugiro que sejam terça, quarta e quinta. Então vocês terão dois ou três expedientes. É que a princípio, este trabalho está com a documentação incompleta. Principalmente na questão dos fundos, quando vocês forem solicitar, quando vocês examinarem esses extratos, perceberão que coisas precisarão ser analisados individualmente cada aplicação. Acredito que teremos que ter a disponibilização de outros documentos. A ordem que eu tenho por parte do Governo do Estado, diante do necessário, solicitar a qualquer Órgão Poder Público do Estado, visando a celeridade do trabalho e, assim, dar uma resposta a sociedade em relação a essa questão. Como representante do Governo nesta Casa, eu não concordo com nenhum tipo de irregularidade. Isso falei a ele pela segunda vez. Ele me assegurou que não colocou nenhum desses representantes para fazerem coisas erradas e acrescentou: houver erros poderíamos meter o cacete e tocar os trabalhos adiante. Eu não estou aqui para dar cobertura. Ouvir colegas fazerem algumas observações, dizendo que gostariam que não houvesse interferência política. Eu os tranquilizo se depender da minha parte, vocês trabalharão com liberdade. Mas eu gostaria que fosse feito da mesma forma que estivemos colocando, com isenção, pois eu não quero sair depois cometendo alguma injustiça com algum servidor, pois vejo muito isso, e isso me dói muito quando eu vejo essas questões de tomada, a pessoa faz as prisões, e depois soltam, depois não tem mais como justificar o estrago. Eu gostaria que o relatório fosse elaborado com seriedade conforme se requer. Caso um servidor cometeu algum tipo de ilícito ou irregularidade, diante disso sempre digo: O bom juiz é aquele que sabe distinguir entre a maldade e a falta de conhecimento. Às vezes se cometem erros não por maldade, mas logo se percebe quando alguém comete determinado erro com objetivos maldosos. Deputado Flamarion colocou a questão da Assessoria da Lene, dos 147 é uma situação que a gente chama de “me engana que eu gosto”. Até para uma criança de Pré-Escolar não passa, não dá. Jamais assinaria uma coisa daquela. Até porque a Lei diz que tem que ter o menor preço, mas ele também diz que ter exato. Se houver algum companheiro que queira fazer alguma consideração, o espaço está à disposição.

A Senhora Deputada Aurelina – Quanto ao local de trabalho, tem uma sala em frente à minha próxima à sala de reuniões. Onde eles podem se instalar. Em frente à Vice-Presidência, com uma sala de reuniões, tem uma mesa grande, cadeiras. Vou pedir ao Chiquinho Brasília que tem experiência, acho que a Assembleia tem que ter mais gente, já que o Julio pode vir, vamos procurar ver outras pessoas. A Assembleia tem que ter outras pessoas que contrate. Contratar uma pessoa para fazer parte de uma equipe, aqui é um compromisso que a Assembleia não possa pagar. Entrarei em entendimento com o Chico Guerra, e até peço ao Júlio, a respeito a quem tem conhecimento. Pelo que eu li até agora, Célio, não consegui ver, nem mesmo no relatório do Tribunal de Contas consigo ver, é uma coisa do risco, risco é risco. O Banco mais seguro é o Banco do Brasil, ou mais seguros são os Bancos Oficiais, ou a Caixa Econômica, mas a Lei Permite que fique em 51% dos investimentos lá. Não é essa análise que eu quero. É como já me referi: Tem hora que a bolsa de Nova Iorque cai, tem mês que está lá em baixo, isso é muito sutil para mim, para minha capacidade técnica de entendimento. Saber que tem risco todo mundo tem, isso não me interessa, isso já foi dito pelo Tribunal de Contas, todos sabem disso. Interessa saber, Célio, onde é que está o prejuízo, que foi dado para o Estado, inclusive tem que afastar o presidente, que o dinheiro sumiu. É o que escuto todo dia aqui. Então quero uma resposta para isso. É injusto, aí você colocou a questão do servidor ser injustiçado, ninguém está aqui para passar a mão, porque se eu entendesse não estariam aqui criando uma Comissão. Eu não sei, vou até o limite. Mas saber se o Banco do Brasil e a Caixa Econômica também, isso também eu sei, isso não me interessa, isso já está dito em todo o canto. O nível de discussão que chegou aqui, o nível de providência que foi mandado tomar. Portanto para tudo que se escuta todo dia, merece resposta que a sociedade dá, pois todo o dia somos vaiados aqui no Plenário. Quer dizer, a gente está passando a mão na cabeça do Governo, e dos ladrões do Estado. O dinheiro sumiu, onde é que está o meu dinheiro, do servidor, e de minha aposentadoria? Para esses questionamentos precisamos dar resposta, pois dizer que tem risco isso já está dito. (Inaldivel).

Encerramento: As dezesseis e quarenta e cinco, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, e, para constar, eu, Edelvânia Silva de Oliveira, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Célio Wanderley

Presidente

Aprovada em: 29/10/2013

**ATA DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA CRIADA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 023/2012, REALIZADA EM DE 29 OUTUBRO 2013.**

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às onze horas e dez minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Parlamentar, sito a Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se a Comissão Especial Externa, criada nos termos da Resolução nº 023/12, criada para acompanhar equipe técnica que analisará e emitirá parecer aos relatórios apresentados pelo IPER. **Abertura:** Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente Célio Wanderley, ao declarar aberta a reunião, registrou a presença dos Senhores Deputados Aurelina Medeiros, Ionilson Sampaio, Flamarion Portela, Brito Bezerra, Marcelo Natanael, e Soldado Sampaio. Ausente os Senhores Deputados Joaquim Ruiz e Marcelo Cabral. Prosseguindo, solicitou à Secretária proceder à leitura da Ata. A requerimento do Senhor Deputado Ionilson Sampaio, foi dispensada a leitura da mesma, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os Membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros da Comissão, submeteu-se à votação, sendo aprovada. **Ordem do Dia:** O Senhor Presidente constatou na Ordem do dia Relatório Conclusivo do Senhor Relator, Deputado Ionilson Sampaio, ao Processo de Acompanhamento da Equipe Técnica que analisou e emitiu Parecer aos Relatórios apresentados pelo IPER, nos termos da Resolução nº 023/12. Prosseguindo o Senhor Presidente da Comissão, Deputado Célio Wanderley solicitou ao Senhor Relator que procedesse a leitura do seu Relatório Conclusivo. Após a leitura do Relatório, o Senhor Presidente colocou em votação nominal. Votaram os Senhores Parlamentares, Aurelina Medeiros, Ionilson Sampaio, Brito Bezerra, Flamarion Portela, Marcelo Natanael e Soldado Sampaio. Após a votação, o Senhor Presidente anunciou que por cinco votos favoráveis e um contrário da Senhora Deputada Aurelina Medeiros, o Relatório Conclusivo foi aprovado e determinou a assessoria da Comissão o encaminhamento do Relatório Conclusivo à Superintendência Legislativa. **Encerramento:** Às onze horas e trinta minutos, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, e, para constar, eu, Márcia Brito Wanderley, Secretária, lavrei a presente Ata que será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Célio Wanderley

Presidente

**REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE: CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL; ADMINISTRAÇÃO, SEGURANÇA E SERVIÇOS PÚBLICOS; E ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO**

**FINANCEIRA, TRIBUTAÇÃO E CONTROLE**

**REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 2013**

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às dez horas e quarenta e cinco minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito a Praça do Centro Cívico, 202,

reuniram-se, extraordinariamente, as Comissões em Conjunto, conforme preceituam os artigos 50 e 56 do Regimento Interno desta Casa de Leis. Assumiu a Presidência da Comissão o Senhor Deputado Gabriel Picanço, Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural. **Abertura:** O Senhor Presidente solicitou à Secretária desta Comissão proceder à verificação de *quórum*, constatada a presença de 08 Deputados, portanto, número regimental suficiente para declarar a abertura dos trabalhos. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. Conforme Requerimento verbal do Senhor Deputado Coronel Chagas, foi dispensada a leitura, cujo teor já era do conhecimento dos Senhores Deputados devido à distribuição de cópias, com antecedência, a todos os Membros da Comissão. Acatada a questão de ordem, a Ata foi submetida à discussão e, como não houve nenhuma retificação por parte dos Membros, foi submetida à votação, sendo aprovada pelos Membros presentes na Comissão. **Expediente:** Dando continuidade à reunião, o Senhor Presidente constatou na mesa dos trabalhos a seguinte Proposição: **Projeto de Lei Complementar n.º 014/13**, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei Complementar n.º 194, de 13 de fevereiro de 2012, a Lei n.º 346, de 27 de setembro de 2002 e acrescenta na Lei Complementar n.º 052, de 28 de dezembro de 2001 as alíneas “a” e “b” ao inciso III do art. 56, e dá outras providências.” O Senhor Presidente, no uso de suas atribuições legais, designou o Senhor Deputado Coronel Chagas, para relatar a referida Matéria. Após a designação, o Senhor Presidente suspendeu a reunião pelo tempo necessário para que o Senhor Relator emitisse o parecer. Transcorrido o tempo estipulado, reabertos os trabalhos, o Senhor Presidente constatou na mesa dos trabalhos a Proposição, o qual a incluiu na ordem do dia da Comissão. **Ordem do Dia: Projeto de Lei Complementar n.º 014/13.** Relator, Deputado Coronel Chagas. Parecer Favorável com emendas com as seguintes redações: **Modificativa** ao Inciso IX, do artigo 1.º, da Lei n.º 346, de 27 de setembro de 2002 - IX – Quadro Especial de Praças Bombeiros Militares (QEPBM); Sub Tenente MN 10; 1.º Sargento BM 18; 2.º Sargento BM 24; 3.º Sargento BM 30 Cabo BM 35; **Modificativa** ao art. 7.º - Revogam-se os incisos V e VI da Lei n.º 346, de 27 de setembro de 2002, o § 3.º do art. 12, § 1.º ao 12 do art. 56, da Lei Complementar n.º 052, de 28 de dezembro de 2001, o § 21, do art. 56, da Lei Complementar n.º 136, de 17 de junho de 2008, e as disposições em contrário; **Modificativa** ao § 3.º do Artigo 22, da Lei Complementar n.º 194, de 13 fevereiro 2012 - O Quadro de Oficiais (QOS) da Polícia Militar será formado pelos profissionais de curso superior nas áreas de saúde, reconhecido ou autorizado pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), inscritos no Conselho Regional respectivo de sua formação, aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos, e promovidos pelo Governador do Estado ao posto de 1.º Tenente, após a conclusão, com aproveitamento, do curso de habilitação para oficial de saúde – CHOS, podendo alcançar até o posto de Tenente-Coronel, de acordo com a Lei de Promoção de Oficiais; **Modificativa** ao § 2 do Artigo 22, da Lei Complementar n.º 194, de 13 de fevereiro de 2012 - O Quadro Complementar de Oficiais (QCO) da Polícia Militar de Roraima será formado pelos 2.º Tenentes, 1.º Tenentes, Capitães, Majores e Tenentes-Coronéis, cujo acesso ao primeiro posto dar-se-á mediante mérito intelectual, de acordo com a classificação final no curso de habilitação de oficiais, cujo ingresso, no curso, dar-se-á entre os subtenentes combatentes pelo critério de antiguidade; **Modificativa** ao § 2 do Artigo 22, da Lei Complementar n.º 194, de 13 de fevereiro de 2012 - O Quadro Complementar de Oficiais (QCO) da Polícia Militar de Roraima será formado pelos 2.º Tenentes, 1.º Tenentes, Capitães, Majores e Tenentes-Coronéis, cujo acesso ao primeiro posto dar-se-á mediante mérito intelectual, de acordo com a classificação final no curso de habilitação de oficiais, cujo ingresso, no curso, dar-se-á entre os subtenentes combatentes pelo critério de antiguidade; **Modificativa** ao § 6.º do Artigo 22, da Lei Complementar n.º 194, de 13 de fevereiro de 2012 - O Quadro de Praças de Saúde (QPS) da Polícia Militar será formado pelos militares aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos, que possuam curso de nível superior ou curso técnico nas áreas de saúde, reconhecido ou autorizado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), inscritos nos respectivos conselhos regionais de sua área, e que tenham concluído, com a graduação de 3.º Sargento do quadro de Praças de Saúde, podendo alcançar a graduação de subtenente, de acordo com a Lei de Promoção de Praças; **Aditiva** aditando o § 12 ao Artigo 22, da Lei Complementar n.º 194, de 13 de fevereiro de 2012 - O Quadro Complementar de Oficiais (QCO) do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima será formado pelos 2.º Tenentes, 1.º Tenentes, Capitães, Majores e Tenente-Coronéis, cujo acesso ao primeiro posto dar-se-á mediante mérito intelectual, de acordo com a classificação final no curso de habilitação de oficiais, cujo ingresso, no curso, dar-se-á entre os subtenentes combatentes, até 04 (quatro) vezes o número de vagas existentes para a promoção de 2.º Tenente; I – O Curso de Habilitação de Oficiais para o quadro Complementar de oficiais (QCO) do Corpo de Bom-

beiros Militar reger-se-á por normas editadas pelo Comandante Geral; II – Poderão realizar o Curso de habilitação de Oficiais (QCO) do Corpo de Bombeiros Militares os Subtenentes que possuam curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura; III – O curso de nível superior a que se refere o inciso anterior será obrigatório depois de 05 (cinco) anos da aprovação e publicação em Diário Oficial desta Lei Complementar; **Aditiva** aditando § 13 ao Artigo 22, da Lei Complementar n.º 194, de 13 de fevereiro de 2012 - O Quadro de Oficiais de Saúde (QOS) do Corpo de Bombeiros Militar será formado pelos profissionais de curso superior nas áreas de saúde, reconhecido ou autorizado pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), inscritos no Conselho Regional respectivo de sua formação, aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos, e promovidos pelo Governador do Estado ao posto de 2.º Tenente, após a conclusão, com aproveitamento, do curso de habilitação para oficial de saúde – CHOS, podendo alcançar até o posto de Tenente-Coronel, de acordo com a Lei de Promoção de Oficiais, ou ainda, mediante a conclusão do CHOS, pelos subtenentes do Quadro de Praças de Saúde (QPS) que possuam curso superior na área de saúde, reconhecido ou autorizado pelo MEC, desde que devidamente inscritos no Conselho Regional respectivo de sua formação, e desde que exista a previsão de vagas na sua especialidade; **Aditiva** aditando o § 14 ao artigo 22 da Lei Complementar n.º 194, de 13 de fevereiro de 2012 - O quadro de Praças de Saúde (QPS) do Corpo de Bombeiros Militar será formado pelos militares aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos, que possuam curso de nível superior ou curso técnico nas áreas de saúde, reconhecido ou autorizado pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), inscritos no Conselho Regional respectivo de sua formação, e que tenham concluído, com aproveitamento, o Curso de Formação de Soldados do Quadro de Praças de Saúde, iniciando com a graduação de Soldado do Quadro de Praças de Saúde, podendo alcançar a graduação de subtenente, de acordo com a Lei de Promoção. I – A composição inicial do Quadro de Praças de Saúde (QPS) do Corpo de Bombeiros a Militar é facultada às praças que, além do parecer favorável do Comandante-Geral, atendam as seguintes exigências: a) Façam opção, mediante requerimento, para composição inicial do QPS, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei Complementar; b) Apresentar Certificado ou Diploma de nível superior reconhecido ou autorizado pelo MEC, nas especialidades elencadas no artigo 2.º desta Lei, na entrega de seu requerimento; **Aditiva** aditando o § 15 ao Artigo 22, da Lei Complementar n.º 194, de 13 de fevereiro de 2012 - Para realização do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS) do Quadro de Praças Combatentes Bombeiros Militares (QPCBM), do Quadro de Praças Especialistas Bombeiros (QPEBM) Militares e do quadro de Praças de Saúde (QPS) e o Curso de Habilitação de Oficiais (CHO) de todos os quadros do Corpo de Bombeiros Militar, será obrigatório a realização do exame de saúde e do teste de avaliação física (TAF), todos de caráter eliminatório; **Aditiva** aditando o § 16 ao Artigo 22, da Lei Complementar n.º 194, de 13 de fevereiro de 2012 - Para realização do Curso de Formação de Sargentos e de Cabos, do Quadro Especial de Praças (QEP), do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS) de todos os quadros e o Curso de habilitação de Oficiais (CHO) de todos os quadros da Polícia Militar, será obrigatório a realização do exame de saúde, de caráter eliminatório. Não houve discussão. Submetido à votação, o Parecer com Emendas, do Relator, foi aprovado pelos Membros presentes na Reunião. **Encerramento:** O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerrou a reunião às onze horas. E, para constar, eu, Mirele Salvadori, Secretário, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

**Gabriel Picanço**

Presidente da Comissão

**Aprovada em: 13/11/2013**

ATA 17ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CRIADA NOS TERMOS DAS RESOLUÇÕES Nº 013 E 14/13, DENOMINADA CPI DA TELEFONIA, PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS

Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às dez horas, na Sala de Reuniões, altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico 202, realizou-se, extraordinariamente, a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, criada nos termos da Resoluções n.ºs 013 e 014/13, destina a “Apurar como fato determinado a responsabilidade por danos ao Consumidor na prestação inadequada de serviços de Telefonia Móvel oferecidos pelas operadoras que atuam no Estado de Roraima, nos termos do art. 24, VIII da Constituição Federal”. Composta da seguinte forma: Presidente: Deputado Coronel Chagas; Vice-Presidente: Deputado Erci de Moraes; Relator Deputado Flamarion Portela e Membros: Deputados, Ivo

Som e Brito Bezerra. Havendo Quorum Regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a reunião, solicitou à Secretaria proceder à leitura da Ata da reunião anterior. Feita a leitura da Ata, o Senhor Presidente Coronel Chagas colocou-a em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão. Por determinação da Presidência da Comissão, a Ata será transcrita na íntegra. O Senhor Presidente Deputado Coronel Chagas – Senhores Deputados na Ordem do Dia desta Comissão Parlamentar de Inquérito temos Relatório Final, Circunstanciado desta CPI. Elaborado pelo Senhor relator deputado Francisco Flamarion Portela, solicito ao Senhor Relator que proceda a leitura ou apresentação do seu relatório. O Senhor deputado Flamarion Portela - Senhor Presidente, senhores deputados, assessoria, eu queria de primeiro plano senhor presidente fazer um agradecimento formal de modo que fique consignado na ata e consequentemente nos anais desta Casa a toda equipe de servidores que trabalharam na CPI, quando eu pensei em fazer este agradecimento, adotei algo que li de um dos maiores desportistas do planeta um dos maiores jogadores de basquetebol norte-americano que é o Michael Jordan, ele disse certa vez, deputado Erci, que talento ganha jogos e equipe ganha campeonato e essa equipe foi muito eficiente e com essa expressão de Michael Jordan eu quero agradecer a todos e vou começar nominá-los, quero agradecer aqui o doutor Marcelo Bruno, doutora Bruna Carolina, Consultores Jurídicos; O Cel. Marcondes Mota que funcionou eficientemente como escrivão; A Márcia Wanderley, Mirele Salvadori, Edelvânia Oliveira e Debora Navarro, secretárias da Comissão; As taquígrafas, Mara Cristina, Marilyn Fernandes, Lucineide Coutinho, Cintia Caroline, Saete Soares, Jucineide Aparecida, Ana Rita e Eliane Leite; Do PROCON/ALE, a doutora Anna Carolina e Lindomar Coutinho e os funcionários que trabalharam nas Audiências Públicas tanto aqui na Capital como no interior do Estado que são, do Cerimonial, Sílvia Maria Macedo e Pedro Pereira (Tutti); da Comunicação, Andreia Melo, João Alves Pereira, Jonas Trindade, Rafael Filho, Rafael Saldanha, Rondinele da Silva e Lindomar Garcia; Da segurança Orgânica, Ricardo Pedrosa que também acompanhou a Comissão, então a todos estes os nossos mais efusivos agradecimentos por tudo que fizeram dentro desse espírito de equipe. Também senhor presidente quero lamentar algo que também quero que fique consignado em ata, quando durante semanas íamos com a equipe olhar o relatório, discutir o que seria e o que se incluiria até sintetizar, dessa forma começamos a imprimir o nosso relatório e para nossa surpresa na casa falta cartucho, procuramos saber se tem cartucho em nosso almoxarifado, constatamos que não tem, fui até a sala do nosso superintendente administrativo, peço providências, para não haver atrasos, simplesmente me diz que vai providenciar, nosso pessoal coloca no pendrive entrega para ele que manda rodar fora e no dia seguinte chega impresso frente e verso para economizar papel ou não sei qual outra razão, é lamentável que um trabalho tão longo e tão árduo e que cobrou de todos nós tanta dedicação, na hora final a Assembleia mostra que não tem infraestrutura mínima para se consolidar um Relatório. Quero deixar esse fato registrado em ata, porque CPI é algo tão nobre e importante para qualquer parlamento e isso nos mostra que Assembleia esta com sua infraestrutura operacional deficiente. Procuramos sintetizar o Relatório o máximo que pudemos, mas procuramos deixar os depoimentos importantes, fizemos uma seleção de modo que isso fosse demonstrado, deputados Ivo Som, Erci de Moraes, Brito Bezerra e Presidente deputado Coronel Chagas, como prova que as pessoas ao longo desses anos manifestaram o que sentem sobre a telefonia. Inicialmente começamos fazendo um Relato que mostra os depoimentos das pessoas nas cidade do interior do Estado, depoimentos prestados pelas empresas de telefonia fizemos um histórico de depoimentos que corresponde a muitas páginas deste documento, contando os fatos por nós detectados, como os senhores já fizeram uma previa leitura do Relatório não é necessário fazê-lo novamente. Demonstramos o enquadramento legal da Comissão Parlamentar de Inquérito, mostrando a competência, a atribuição e a legalidade da Assembleia para tanto. Nas constatações extraídas das premissas que relatamos, vou lê um trecho: “Após vasta investigação realizada por esta CPI de telefonia em Roraima, constatou-se de forma cristalina a insatisfação dos consumidores roraimenses com os serviços prestados pelas empresas de telefonia com a consequente apuração de danos ao consumidor roraimense, isto é, constatou-se a violação do interesse coletivo dos consumidores do Estado de Roraima. Tais conclusões foram alcançadas com base em diversos meios de provas colhidas durante os trabalhos e atividades realizados por esta CPI em todo o estado de Roraima.” Tivemos oportunidade de ouvir o PROCON da Assembleia, o Poder Judiciário, o Ministério Público a OAB enquanto instituições que também lidam com essas questões. Ouvimos fortes depoimentos como o do doutor Ademir Teles de Menezes, promotor da

Promotoria de Defesa do Consumidor que no seu dia a dia vivencia essas problemáticas que se referem a nossas operadoras. Dos problemas encontrados podem ser resumidos nos pontos a seguir alinhados: Problemas Detectados: Ausência de cobertura na capital e principalmente no interior; Quedas frequentes nas ligações; Cobranças indevidas de serviços não contratados; Roming internacional município de Bonfim e Pacaraima; Dificuldade na resolução dos problemas relacionados a prestação de serviço; Ausência de lojas físicas no interior e dificuldade de obter ligação para os call center. Origem dos Problemas: Falta de Infraestrutura; Sobrecarga das atuais ERB's (número de ERB's obtidas junto a ANATEL), ouvindo os representantes e após confirmamos junto a ANATEL e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município de Boa Vista; Aumento de número de linhas por ERB's, a ultima vez que houve pedidos de instalação de novas torres, e isto esta consignado nos altos, foi no ano de dois mil e onze. Imaginem, Vossas Excelências de dois mil e onze até a presente data quantas novas linhas foram vendidas principalmente no sistema dos Pré pagos, oitenta e dois por cento de nossas linhas são pré pagas e se observa que por mais que eles tentem se modernizar, a infraestrutura física esta deixando a desejar; Falta de novos pedidos de instalação de ERB's; Baixos investimentos em relação aos lucros obtidos; Falta de Informação ao Consumidor, de produtos e serviços; Falta de informação decorrente da portabilidade. A portabilidade foi uma conquista de cidadania. Não podemos negar isso. A pessoa ter a liberdade de mudar de operadora, mas é o que já detectamos a nível Nacional. A pessoa, às vezes inconscientemente esta ligando para “A” e esta em “B” e seu crédito some em uma velocidade muito grande que ela se assusta. Esse é um problema que os órgãos de controle vão ter que discutir com as operadoras e encontrar uma solução para tanto; Falta de detalhamento mais claro sobre o consumo dos créditos pré-pagos. O senhor deputado Erci sempre levantou essa questão bem como o senhor Presidente deputado Coronel Chagas. A pessoa comprar um determinado valor de créditos e quando observa já acabou, é essencialmente em função disso. Das Provas Colhidas, temos depoimentos de Vereadores, de Prefeitos da sociedade começando por Rorainópolis, depois São João do Baliza. O Ministério Público vai receber cópias do Relatório e é legal que vá no bojo do Relatório um conjunto de provas, para caso deseje promover alguma Ação Cível Pública responsabilizando as operadoras, tenham um embasamento legal. A Comissão detectou nos Municípios aquilo considerado como mais relevante no sentido de consubstanciar o Relatório. Temos demonstrado no relatório o grau de insatisfação por outros meio de prova, dentre as quais as próprias informações oficiais bem como do PROCON/ALE. Consta ainda as notificações expedidas, depoimentos como do Senhor Lindomar do PROCON/ALE, assim mostrando o quanto foi detectado pela sociedade organizada e pelos órgãos de fiscalização e controle. Observamos uma semana de conciliação realizada pelo doutor Rodrigo Furlan e fizemos questão de mostrar no Relatório o número de atendimentos feito por ele, o número de Audiências realizadas bem como o número de conciliações. Das duzentas e quatorze audiências conseguiu conciliar em cento e cinco quase na metade dos casos, em um esforço concentrado do judiciário, ele conseguiu resolver questões. Isso mostrar que foi algo positivo porque se tem demanda jurídica e nessa semana concentrada de audiências foi resolvido a metade das pendências temos que elogiar essa atitude e desde já agradecemos o doutor Rodrigo Furlan pelo trabalho realizado naquela semana. Temos o depoimento do doutor Ademir Teles de Menezes que é bem forte, no seu relato. Mostrar, sua vivencia do dia a dia na sua promotoria e isso também é importante que sirva de subsidio ao Ministério Público ou a ele mesmo como membro do Ministério Público juntar seu sentimento com as demais provas entrar com ação que o caso requer. Dos problemas detectados temos: Falta de infraestrutura; Sobrecarga das atuais ERBs; Aumento de número de linhas por ERBs; Falta de novos pedidos de instalação de ERBs; Falta de investimento dos Lucros obtidos. Procuramos explicar dentro do conceito da ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicação estabelece, qual o significado de ERB's tecnicamente, procuramos explicar para quem lê o relatório puder entender, Estação Rádio Base – É a estação fixa do serviço móvel especializado usada para radiocomunicação com estações móveis, isto é, são as torres que servem de estação para a radiocomunicação com os aparelhos móveis. Fizemos um paralelo, da mesma forma que foi mostrado nas aberturas de nossas reuniões de depoimentos e de Audiências Públicas, de quantas linhas por ERB's existem nos Estados Unidos que algo em torno de mil, na Espanha quatrocentos e sessenta e Japão quatrocentas linhas e aqui no Brasil temos, como foi demonstrado pela operadora VIVO, se fizermos cruamente o que ela tem de ERB's dividido pelo número de linhas vamos obter um resultado em torno de dez mil linhas por ERB's, claro que existe tecnologia e foi aprimorado somente um pouco, é a realidade. Na semana passada além do

problema da operadora OI onde um cabo de fibra ótica foi rompido em uma cidade da Venezuela, nós vivemos momentos difíceis na nossa telefonia móvel, cada vez mais nos ressentimos de ligações que caem, pelos sinais que não são completados, percebe-se a olho nú que o sistema esta subdimensionado com relação ao número de linhas. Foi colocado no relatório as receitas líquidas por celular e de serviço, procurando dá uma robustez a essa questão. Foi citado ainda a falta de informação adequada ao consumidor; Ausência de Lojas das Operadoras no Interior do Estado; Dificuldade Obter Informações e Reclamação Junto a Operadora. Procuramos enquadrar, observando no Código de Defesa do Consumidor no art. 6º os direitos básicos do consumidor: procuramos classificar os direitos essenciais e fundamentais estabelecidos nesta legislação, procuramos citar matéria divulgada no Jornal Estado de São Paulo onde diz: “Sem informação suficiente para escolher o plano mais adequado de telefonia fixa, os consumidores correm o risco de pagar até 72% a mais por mês, de uma operadora para outra, fazendo o mesmo número de ligações”. Começamos a perceber que mesmo as Empresas de Comunicação do Brasil tendo um acesso muito forte, porque se observarmos durante as transmissões de futebol ou algo que tenha um maior destaque promovendo uma maior audiência, lá estão com certeza a Coca-Cola, alguma das cervejarias do Brasil e sempre uma ou duas Operadoras de telefonia. Hoje essas Operadoras têm um investimento muito forte na área de comunicação e isso não só nós como as outras C.P.I.’s no Brasil dizem que infelizmente a Imprensa Nacional não tem dado eco a essas reclamações tão fortes da sociedade no que concerne a este distrato com o consumidor, então quando vemos algum jornal a nível nacional, como o Estado de São Paulo, divulgando essa matéria, fizemos questão de destacar para mostrar que começa a surtir efeito. Lembro-me, senhor presidente, que naquela reunião que estive presente juntamente com o deputado Erci de Moraes na UNALE, os deputados da C.P.I. do Paraná que foi a primeira C.P.I. a ser concluída, disseram que a sociedade começou a questionar muito a Imprensa e que dessa forma a Imprensa começou a se envolver mais na defesa do consumidor, mesmo em um Estado onde a cidadania é muito elevada eles encontraram muita dificuldade aos meios de comunicação para fazer a devida divulgação do trabalho efetivo realizado por eles inclusive regionalizado já que é um estado bem mais prospero. Sobre a ANATEL, destacamos a Lei que a criou e qual o seu papel. Na realidade, conclui que a ANATEL estar mais a serviço das Empresas de Telefonia do que da Defesa do Consumidor Na quinta feira passada eu, minha esposa, Senadora Angela Portela e o Senador Mozarildo Cavalcante fomos jantar com um Senador do Mato-Grosso que veio fazer parte da Comissão para analisar as questões dos marcos na fronteira na cidade de Pacaraima, sobre as proximidade dos marcos das calçadas, do asfalto, das praças, de residências Essa pode ser uma questão que pode ser resolvida diplomaticamente pelos dois países. Dessa forma o Senado criou uma comissão. Eu estava conversando com esse Senador e falei sobre nossa C.P.I. disse que uma das questões que mais me impressionou é o fato da ANATEL defender os interesses das operadoras e de pronto ele concordou. Disse o que ele esta vendo no Senado no seu Estado e que realmente há uma constatação em nível de Congresso é de que a ANATEL não esta cumprindo o seu papel. Eu pergunto porque o Congresso Nacional não cria uma C.P.I. ou realiza esse trabalho que tem que ser feito? Existe um LOB forte, a Senadora observou que em uma determinada época foi aprovada pelo plenário da Comissão de Ciência e Tecnologia um convite para operadora Oi comparecer e até o líder do PT questionou porque estavam chamando a presidência da Oi. Ficou claro que existe uma resistência em darem explicações. Na realidade há muita ajuda das operadoras a determinados políticos e nessas horas a turma faz corpo mole e o Congresso não cumpre seu papel. A poucos dias assistindo a TV Senado, vi o Senador Handolfo fazendo um desabafo muito forte, dizendo que ia presidir uma Comissão, em substituição ao Senador Braulio Maggi e nesse evento o Presidente da ANATEL mandou um comunicado dizendo que não iria comparecer e que iria mandar um Diretor e ele disse que se o Diretor fosse não teria assento à mesa dos trabalhos, porque era um desrespeito com o Senado e com aquela casa e que os nomes dos representantes das instituições eram aprovados por aquela Casa e que na hora de vir prestar quaisquer esclarecimentos não o faziam e mandavam sempre um substituto. Estou querendo que os senhores sintam o clima que esta começando a pegar para ANATEL. O processo é lento mas, a ANATEL vai ter que cumprir o seu papel de defender minimamente aquilo que é direito e legítimo do consumidor que afinal é quem paga a conta, dessa forma consta no relatório o depoimento na íntegra daquele senhor que veio a esta Comissão representando a ANATEL que ao final se recusou assinar. Citando algum trecho: “O que se extrai do depoimento prestado pelo representante da ANATEL verificou-se o completo desconhecimento da realidade vivida pela população roraimense. Devo observar que em seu

depoimento não especificou qualquer fiscalização realizada pela agência neste estado. Observou-se ainda que o representante da ANATEL não apontou qualquer problema detectado junto a empresas de telefonia em Roraima. Limitou-se a informar que a ANATEL cumpre seu papel fiscalizador, com indicadores de qualidades”. Notamos que eles vão tangenciando, se esquivando e não encaram o problema, parece que para eles a realidade é uma, e que para o usuário a realidade é outra. Continuando: “No entanto, tais ferramentas apresentadas e as quais estão inseridas no site da entidade estão dispostas de maneira genérica e não específicas as regiões apontadas, o que por si só mostra as falhas no seu fíto fiscalizador”. Outro dado importante é que segundo o depoente o número de funcionários é suficiente para atender, quando sabemos que esse número de servidores aqui em nosso Estado, como no Brasil inteiro, já vi essa questão ser debatida, a ANATEL, infelizmente não tem o número de funcionários suficiente. Não seria falta de recursos, porque sua arrecadação é necessária, mas o que me parece é que ocorre, não tenho provas, é que o Tesouro Nacional represa parte desse dinheiro, que, efetivamente, seria para fiscalização e aprimoramento dessa arrecadação fica que por vezes retida no Tesouro para fazer superavit primário. Essa é uma questão que o Congresso Nacional, quando receber a somatório desses relatórios vai juntar algo mais no sentido de fazer com que seja demonstrado efetivamente, presidente, quanto do montante desses recursos fica no Tesouro e que não são transferidos para a Agência desenvolver suas atividades com competência. Fiz questão de dar destaque juntamente com a equipe. Foram os problemas detectados no que concerne a constante oscilação da nossa energia. Eu digo porque em minha casa já perdi um ar-condicionado e tive que trocar uma placa de minha geladeira porque ela tem um sistema sensível que queimou exatamente pela oscilação da energia. Quando isso ocorre volta com sobrecarga, isso foi dito por algumas das operadoras que por conta dessas ocorrências esta reduzindo o tempo de vida útil dos aparelhos pela metade. Acho que os senhores se lembram que alguns disseram isso e que tem procedência porque tem sido muito frequente essa oscilação da energia, a empresa que presta serviço que foi dar assistência aos meus aparelhos, afirmou que é impressionante o número de refrigeradores que chegam para concerto em função dessa instabilidade de energia. Dessa forma recomendamos o encaminhamento à Eletrobrás aqui da cidade de Boa Vista, que tente fazer algo para aprimorar esse sistema dando estabilidade evitando essas oscilações abruptas que geralmente causam os danos. Por fim, as conclusões comisso finalizaremos o Relatório: Esta Comissão Parlamentar de Inquérito, de cunho eminentemente investigativo, buscou aprofundar o conhecimento naquilo que constitui o seu objeto central – a responsabilidade por danos ao consumidor na prestação inadequada se serviços de telefonia. Para tal, dividiu sua atuação em duas vertentes: a colheita de depoimentos da população, de autoridades e representantes das empresas, bem como a coleta de documentos oficiais para traçar a situação atual da telefonia em Roraima. Não há dúvidas, como já era o sentimento, desde o início dos trabalhos, que existe, sim, inadequação na prestação de serviço de telefonia de modo a causar danos a coletividade. No entanto, no decorrer dos trabalhos restou mais que comprovado a má prestação de serviço, e os percalços que atravessam a população de Roraima. Foram detectados diversos problemas, dentre as quais a sobrecarga das ERB’s instaladas perante o número de linhas ativas, falha nas informações prestadas ao consumidor pela ausência de lojas da empresa de telefonia no interior e capital, a dificuldade de obter uma ligação aos call center, ausência de fiscalização adequada da Anatel das empresas de telefonia e instabilidade do sistema elétrico de Roraima. Sugestões da C.P.I. de caráter genérico: Sugerir a limitação ou a sustação temporária da comercialização de novas linhas de telefonia, enquanto não houver a expansão da infraestrutura e a capacidade de atendimento ao consumidor roraimense; Sugerir a todos os municípios de Roraima a criação de legislação uniforme que permita a instalação de novas antenas sem burocracia. Nessa questão especifica, a C.P.I. do Estado do Paraná criou uma especie de Sugestão de Legislação, mas como sabemos que ao sugerir estamos milindrando porque é papel das Câmaras Municipais da capital e interior não estamos tendo a ousadia de propor essa uniformização mas estamos sugerindo que os municípios façam, para que acabe a desculpa das empresas que existe um obces enfrentados pelas Secretarias Municipais de Meio Ambiente, dificultando a instalação de novas torres. Dessa forma estamos recomendando que os municípios assim o façam. Temos que ver uma forma, senhor presidente, de sugerir com muito cuidado ao Município de Boa Vista e aos demais municípios do Estado de Roraima para que se procure criar essa Legislação e de preferência, que ela tenha uniformidade que os mesmos critérios adotados aqui na capital, tenha similaridade aos demais para que as empresas não fiquem enfrentando exigências variadas, continuando: Recomendar a empresa Eletronorte energia e companhia elétrica de

Roraima que possa fornecer e garantir estabilidade na rede de transmissão elétrica, considerando as constantes quedas de energia que prejudicam a vida útil dos equipamentos das operadoras; Ampliar a rede de atendimento das empresas de telefonia no interior do Estado de Roraima, possibilitando aos consumidores dessas localidades acesso a informação dos produtos e serviços, bem como facilitar as resoluções dos problemas dos consumidores. Melhorar o acesso dos consumidores do interior do Estado de Roraima aos call center. Sugerir a ANATEL a adequada fiscalização das empresas de telefonia e a divulgação dos resultados regionalizados as autoridades locais e a população em geral; Remeter o presente relatório final a mesa diretora da casa a fim de encaminhar as constatações ao Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de Roraima, Ordem dos Advogados do Brasil seção Roraima e União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (UNALE), com o fito de subsidiar eventuais inquéritos civis instalados e eventuais ações judiciais ou administrativas procedidas pelas mesmas. Lido o Relatório, senhor Presidente. O senhor Presidente Deputado Coronel Chagas – O relatório está em discussão. O senhor Relator Deputado Flamarion Portela – Senhores Deputados, existe o relatório claro que ele não é perfeito e ainda cabe aqui na Comissão, após a discussão, a inserção de algo mais ou a supressão de qualquer coisa que qualquer membro julgue, quando levamos a Plenário. Esse é meu sentimento, levemos, pelo menos em nível de Comissão, algo absolutamente consolidado sem ter que em Plenário sugerir algum reparo. O Relatório ainda esta em aberto, os senhores receberam um cópia para uma análise prévia. Se tivermos que fazer alguma modificação é importante fazermos aqui para no Plenário somente esclarecermos e explicarmos aos nossos pares e não mais fazer qualquer alteração, fica aqui a sugestão, esse é o momento ideal, obrigado. O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Coronel Chagas – Senhores Deputados quero inicialmente parabenizar o Deputado Flamarion Portela e a equipe da assessoria desta Comissão pelo excelente trabalho elaborado por conta da confecção desse Relatório Final muito bem circunstanciado. O Relatório de qualquer trabalho tem que ter das ações desenvolvidas pela Comissão e isso consta no Relatório, as Audiências realizadas que também constam no Relatório, as oitivas, os ofícios encaminhados enfim toda essa documentação foi trazida para o Relatório. O elemento probatório, também esta aqui e ao final as conclusões e ainda as sugestões para serem realizadas tanto por esta Casa, após aprovado em Plenário, como também encaminhamentos a outras esferas de poder e a outras autoridades enfim, fico feliz em lê esse Relatório e vê o compromisso de todos com o resultado. Então era a única observação que eu tinha a fazer, fico satisfeito com o Relatório apresentado tenho certeza que ele exprime o sentimento que conseguimos colher em todas essas ações realizadas ao longo de mais de seis meses, era isso que eu tinha a passar. O Senhor Deputado Erci de Moraes, Vice-Presidente da Comissão – Senhor presidente, eu não vou discutir propriamente o Relatório porque aproveitei o fim de semana e fiz uma análise embora não muito aprofundada e fiquei plenamente satisfeito com o que li. Constatei. Acho que o cuidado final deverá ser com a revisão no aspecto redacional, para que depois não sirva de crítica ou coisa que o valha porque é um documento que vai parar no Congresso Nacional. Queria sobretudo cumprimentar o senhor Deputado Flamarion pelo trabalho laborioso que conseguiu produzir com o apoio evidentemente da equipe da qual quero também, não vou citar todos, mas vou me valer da lista dita pelo colega Flamarion, agradecer a todos e a nós quanto membros da Comissão procuramos atender os reclames da sociedade. Meu papel inicial, tendo em vista que naquele momento estava mais ligado a UNALE, de trazer a ideia e em seguida procurei o deputado Chagas por entender que ele tinha um perfil talhado para trabalharmos sobre esse assunto e assim como todos os escolhidos que foi excelente e podemos dar cabo de trabalho que nos meus três mandatos de Parlamentar é a primeira vez que participo de uma C.P.I. e não ficou no esquecimento, todos se empenharam tiveram consciência da nossa responsabilidade para com a sociedade e ai está, se o Congresso não fez o que devia ter feito, mas como deputados que estamos mais próximo da Base, procuramos contribuir com o que nos foi solicitado pela UNALE, dando os nossos subsídios para fazer com que tenha eco no Congresso. Concordo plenamente com o que o deputado Flamarion falou aqui quanto ao papel da ANATEL, ela está totalmente desviada da função para a qual foi criada, está muito mais a serviço das operadoras do que na defesa dos usuários mas acredito que estaremos dando uma contribuição expressiva para que essa coisa comece, ainda que lentamente, a mudar e conscientiza. Eram essas as considerações que gostaria de fazer e dizer aos colegas que me senti muito honrado em participar desta Comissão Parlamentar de Inquérito, vendo que todos tiveram sua participação. Outro aspecto que gostaria de salientar no Relatório é a isenção do nosso colega, Relator deputado Flamarion Portela em primar por enfatizar aquilo que diz respeito essencialmente ao objetivo da Comissão Parlamentar de Inquérito sem

nenhum estrelismo de nossa parte já que entendemos que nosso papel é este mesmo, ficar mais no anonimato e produzir um trabalho consistente que possa sensibilizar. Era isso que gostaria de acrescentar e, mais uma vez parabenizando o Deputado Flamarion e a equipe. O Senhor Deputado Ivo Som – Bom dia senhor presidente e toda assessoria da C.P.I. também só quero parabenizar. Houve um trabalho que partiu de Vossa Excelência, nesta questão da C.P.I. da telefonia, seguindo exemplo de todas as Assembleias do Brasil, diferente do que fez o Senado como enfatizou a pessoa ideal que foi escolhida para ser o Relator que é o Senhor Deputado Flamarion, pelo conhecimento que tem, já que foi Governador deste Estado, sua esposa Senadora Angela Portela, a gratidão e o reconhecimento a toda equipe, isso é primordial não desmerecendo a mim e aos demais. Lembro de quando o Senhor relator Deputado Flamarion era Governador e vi muitas quedas de braço quando ele puxava as responsabilidades para o Estado. Eu vi e pensava: esse governador não tem medo, sera se daqui a pouco a empresa não vai conversar com ele? Mas na época vi muitas explicações. Quando a Oi era aqui na antiga Telemar, ali conheci, verdadeiramente as posições. Então a pessoa mais indicada a falar dessa Relatoria seria do conhecimento de Vossa Excelência e do Senhor Presidente, cabendo a mim, ao Deputado Brito Bezerra e ao Deputado Erci de Moraes observar os cuidados com as finalizações para que esse documento possa chegar ao seu fim com clareza e respeito e com reconhecimento desta Casa para com essa C.P.I. que no meu conhecimento foi uma das primeiras que começou e chegou ao fim, como a da Eletrobras da qual participei, da Energia Elétrica com a Deputada Angela fui a Brasília e rodei por todo o Brasil e esta começando em casa e terminando em casa, fazendo o dever de casa. Acho que isso é transparência, é credibilidade e confiança. Erros temos, mas acho que nesse ponto acertamos em noventa e nove por cento, parabenizando a todo corpo técnico que nos tem dado acima de tudo o apoio necessário sem eles nada disso seria realidade. No mais muito obrigado, Para mim é motivo de orgulho, estarei sempre firme e convicto de que esta C.P.I. não terminou como as demais numa tal de “pizza” e sim foi finalizada com vergonha e transparência, obrigado. O Senhor Deputado Brito Bezerra – Bom dia a todos quero cumprimentar o Senhor Deputado Coronel Chagas Presidente desta Comissão, parabenizando pela sua iniciativa louvável, porque essa questão da telefonia móvel em nosso Estado, bem como a fixa e a internet são problemas cruciais que enfrentamos, além de ser uma barreira para o desenvolvimento econômico. Hoje a telefonia e a internet, não são meramente um instrumento informativo e sim um instrumento de trabalho. Os empresários precisam, as empresas precisam, as pessoas precisam, enfim é necessário que tomemos as providências necessárias para que esses serviços públicos e privados melhorem em nosso Estado, digo público quando me reporto as questões das agências reguladoras e aqui mais especificamente a que tem por incumbência fiscalizar a questão das telefonias em nosso país. Agradecer e parabenizar a toda equipe técnica que nos acompanhou o pessoal do PROCON/ALE, nosso presidente doutor Lindomar Coutinho, grande amigo, trabalhando muito pelo nosso povo na questão do consumidor a Doutora Anna Carolina Carvalho, sempre presente, parabéns pelo trabalho, nosso amigo doutor Marcelo Bruno e a Bruna Carolina que também estiveram presentes diversas vezes e a Márcia Wanderley que esta aqui sempre conosco um trabalho muito importante da C.P.I. Gostaria de agradecer a todos os demais da equipe técnica que conosco estiveram, parabenizar o deputado Erci de Moraes, Deputado Ivo Som, que estiveram presentes em quase em todas as oitivas realizadas tanto aqui como no interior do Estado, parabenizar o deputado Flamarion Portela pelo Relatório e a equipe técnica conjuntamente com ele na construção do Relatório tão bem informado e o que esperamos é o resultado final senhor Presidente desta C.P.I. ou seja, nossa parte fizemos, sei que não fica por ai, sei que vai ser enviado para Brasília e, conjuntamente, com outros Estados da Federação e sobre a influência da UNALE poderemos pleitear no Congresso Nacional um novo marco regulatório na questão da telefonia em nosso país e que possamos trazer resultados efetivos para os nossos cidadãos para que possamos ter a satisfação de que a C.P.I. não foi um movimento meramente politiquês e sim um movimento que teve a incumbência de trabalhar para o melhoramento da telefonia móvel e acontecer em nosso Estado e no restante do país essas melhoras tão necessárias. Portanto parabéns ao senhor e a todos que aqui participaram e vamos buscar a efetivação dessas demandas que trouxe o Relatório tão bem construído pelo Relator deputado Flamarion Portela, obrigado. O Senhor deputado – Coloco o Relatório Circunstanciado, Final do senhor Relator deputado Flamarion Portela em votação. A votação será Nominal. O deputado que aprovar o Relatório apresentado pelo Relator vota sim e se não concordar vota não. O Senhor Presidente Deputado Coronel Chagas procedeu a chamada nominal dos membros da Comissão: Deputado Flamarion Portela - Sim; Deputado Erci de Moraes – Sim; Deputado Brito

Bezerra – Sim; Deputado Ivo Som – Sim, como não houve empate, eu, como Presidente não precisaria votar, mas mesmo assim, informo meu voto favorável ao Relatório por todas as questões aqui elencadas por nós, por uma introdução muito bem preparada, com todas as informações, o elemento probatório, o Relatório Final com suas conclusões e sugestões. Então fica registrado meu voto Sim. Dessa forma declaro o Parecer foi aprovado por unanimidade dos membros desta Comissão o Relatório apresentado pelo Senhor Relator deputado Flamarion Portela. Na qualidade de Presidente determino a assessoria que encaminhe, conforme incisos I, II, III e IV do § 9º e § 10º do Regimento Interno deste Poder, cópias do relatório circunstanciado à Mesa Diretora, ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público Estadual, ao Poder Executivo, à Comissão de Defesa do Consumidor, evidentemente, após sua aprovação em Plenário, e ainda a União Nacional dos Legislativos e Legisladores Estaduais a UNALE, que está recebendo os relatórios dos dezoito Estados, para que até o dia quinze de Novembro chegue as mãos da UNALE, antes de encerrar quero agradecer inicialmente ao Presidente da Casa Deputado Francisco de Sales Guerra Neto, pelo apoio dados aos trabalhos desta Comissão, a todos os Senhores Deputados pelas ações realizadas, pela participação efetiva em todas as reuniões não só nas administrativas e internas desde a primeira reunião para elaboração da agenda de trabalhos. Foram mais de seis meses e meio de trabalho, nas oitivas realizadas, nas audiências públicas, enfim a participação de todos os Senhores Deputados foi importante para que conseguíssemos chegar ao objetivo de votar hoje esse Relatório. Quero agradecer a todos os membros da assessoria técnica da Comissão, através da Márcia Wanderley, Doutor Marcelo Bruno, Doutora Anna Carolina, Doutor Lindomar, enfim a equipe técnica, taquígrafas, seguranças cada um deu sua contribuição inequívoca para que os resultados fossem alcançados. Quero agradecer aos meios de comunicação que informaram e divulgaram todas as ações realizadas por esta C.P.I. Dizer que para mim foi um desafio no primeiro mandato receber essa incumbência da Casa e dos Senhores que me designaram presidente. Ealmente é uma experiência nova participar de uma C.P.I., aprendi muito com os senhores espero que tenha atendido as expectativa e acredito que a C.P.I. alcançou seu objetivo com um Relatório muito bem preparado e que com certeza vai subsidiar os trabalhos da UNALE junto ao Congresso Nacional, ao Ministério das Comunicações na busca de um novo Marco Regulatório para as comunicações. Tudo isso com o objetivo maior que é melhorar a telefonia fixa, móvel a internet em Roraima e no Brasil. Esse é o objetivo maior ter uma telefonia de qualidade a um preço justo e que todos os cidadãos deste Estado e deste País tenham acesso a esse serviço que é fundamental na vida, no cotidiano da sociedade contemporânea. Antes de concluir, com a palavra ao Senhor Deputado Brito Bezerra - Senhor presidente quero fazer justiça, agradecer minha assessora Val que acompanhou todas as reuniões no interior, meu assessor Genário que esteve junto e ao meu gabinete. Nós esquecemos os de casa que são tão importante e participaram tanto conosco. Obrigado Val e a todo meu gabinete e a Taís que esta aqui e ajudou tanto o nosso trabalho na C.P.I. e aos órgãos de Imprensa, em nome do meu amigo Carvilho agradeço toda a Imprensa que é mais que importante é essencial porque divulga nosso trabalho, obrigado. O Senhor Presidente deputado Coronel Chagas – Bom então para finalizar, quero informar aos meios de comunicação e a assessoria de comunicação da Casa que o Relatório, além das conclusões que se chegou com esse sentimento que já permeia a todos da necessidade da melhoria dos serviços de telefonia. O Relatório apresentou sete sugestões de caráter geral foi aprovado e que com certeza sendo acatadas iremos ter o que queremos que é um serviço de qualidade a um preço mais justo. Assim sendo agradeço mais uma vez do fundo do coração a todos que contribuíram para realização dos trabalhos da C.P.I. da Telefonia. **Encerramento:** E nada mais havendo a tratar dou por encerrada a presente reunião e para constar, eu Márcia Brito Wanderley, secretária lavrei a presente Ata, que após assinada será publicada no Diário Oficial Desta Casa.

Dep. Coronel Chagas  
 Presidente da C.P.I. da Telefonia  
 Dep. Erci de Moraes  
 Vice- Presidente  
 Dep. Flamarion Portela  
 Relator  
 Dep. Brito Bezerra  
 Membro  
 Dep. Ivo Som  
 Membro  
**Aprovada em: 11/11/2013**

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RORAIMA**  
**C.P.I. DA TELEFONIA**

**Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a responsabilidade por danos ao consumidor, pela inadequação dos serviços prestados pelas empresas de telefonia.**

**RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO**

**Presidente: Deputado CORONEL CHAGAS Relator: Deputado FLAMARION PORTELA**  
**BOA VISTA-RR NOVEMBRO DE 2013**  
**APRESENTAÇÃO**

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi criada nos termos das Resoluções nº 13 e 14/13, propostas pelo Requerimento nº 10/13, que designou os Parlamentares componentes.

A referida comissão tem sua criação e funcionamento fulcrada nos termos do artigo 45 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa de Leis e artigo 24, inciso VIII, da Constituição Federal, bem como no artigo 31, §2º, da Constituição do Estado de Roraima.

Com a conclusão dos trabalhos, a relatoria, em vista dos fatos ocorridos e das investigações realizadas, recomenda algumas providências que, quando adotadas, certamente suprirão a ausência do poder público, quanto à responsabilidade dos danos causados aos consumidores, decorrentes da prestação inadequada de serviços de telefonia oferecidos pelas operadoras que atuam no Estado de Roraima.

**SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO .....	4
1 RELATÓRIO .....	6
2 DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITO (CPI). DA COMPETÊNCIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE RORAIMA NA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANOS AO CONSUMIDOR. DOS SERVIÇOS DE TELEFONIA. DELIMITAÇÃO DO TEMA .....	45
3 CONSTATAÇÕES - PREMISSAS INICIAIS .....	49
3.1 Problemas Detectados .....	50
3.2 Origem dos Problemas .....	50
3.2.1 Falta de Infraestrutura .....	50
3.2.1 Falta de Informação ao Consumidor .....	50
3.3 Das Provas Colhidas .....	51
RELATÓRIO DA SEMANA DA CONCILIAÇÃO DA TELEFONIA .....	56
4 DOS PROBLEMAS DETECTADOS .....	61
4.1 Falta de Infraestrutura; Sobrecarga das Atuais ERBs; Aumento de Número de Linhas Por ERBs; Falta de Novos Pedidos de Instalação de ERBs; Falta de Investimento; Lucros Obtidos .....	61
4.2 Falta de Informação Adequada ao Consumidor. Ausência de Lojas das Operadoras no Interior do Estado. Dificuldade para Obter Informações e Reclamação Junto à Operadora .....	66
4.3 Da Ausência de Fiscalização Efetiva da Anatel no Estado de Roraima .....	68
4.4 Da Instabilidade do Sistema Elétrico no Estado de Roraima. Da Diminuição da Vida Útil dos Equipamentos .....	72
5 DAS CONCLUSÕES .....	73
6 DAS SUGESTÕES DE CARÁTER GERAL .....	74

**INTRODUÇÃO**

Nós Parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado do Roraima tivemos a honra de recepcionar a obrigação advinda do soberano Plenário desta Casa de Leis, de cumprirmos a missão de investigar, na forma de inquérito, os serviços de telefonia móvel no âmbito territorial roraimense.

Os membros da CPI, acompanhados por uma equipe técnica, realizaram um trabalho de coletas de dados por meio de diversas audiências públicas, relatando sobre as maiores dificuldades enfrentadas pela capital e municípios do Estado de Roraima, com atenção aos consumidores do SMP - Serviço Móvel Pessoal.

Além disso, criamos e executamos vários planos estratégicos de trabalho e abalizamos regimes de metas, a fim de coletar, nos 15 municípios, opiniões, sugestões, reclamações e denúncias concernentes

à telefonia móvel.

Temos convicção de que alcançamos os objetivos, conseguindo realizar um “Raio-X” dos problemas enfrentados pelos usuários e aferir o grau de satisfação da população e dos consumidores. Nessa esteira, produzimos um Relatório Final, embasado num banco de dados com vários documentos.

Antecipadamente, agradecemos à Comissão Executiva, na pessoa de sua Excelência o Deputado Presidente, Coronel Chagas, que atendeu aos preceitos regimentais, em especial os contidos no §2º do artigo 31 da Constituição do Estado de Roraima, oferecendo atendimento preferencial às demandas da CPI.

Agradecemos também, a todos os Deputados integrantes da CPI; ao Presidente da CPI, Deputado Coronel Chagas; ao Vice-Presidente, Deputado Erci de Moraes; e aos Deputados Membros, Ivo Som e Brito Bezerra, pelo brilhantismo, apoio e coragem, que muito colaboraram para o bom desempenho do inquérito e principalmente, pelas conclusões integralmente expressas neste documento.

Não podemos deixar de ressaltar que todas as operadoras, sem exceção, mesmo exercendo a defesa de seus interesses, em momento algum desmereceram os trabalhos da CPI, corroborando com relevantes informações, demonstrando respeito ao Poder Legislativo do Estado de Roraima.

Deputado Flamarion Portela  
 Relator da CPI

## 1 RELATÓRIO

Na data de 21 de março de 2013, vinte e dois senhores Deputados subscreveram documento de Plenário endereçado ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, solicitando a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, nos termos do §2º do artigo 31 da Constituição do Estado de Roraima, coadunado com os dispositivos 41, inciso II, 45 e 196, inciso XV, todos do Regimento Interno da Casa Legislativa do Povo Roraimense, pugnando pela Constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 05 (cinco) membros, tendo como escopo “Apurar como fato determinado a responsabilidade por danos ao consumidor na prestação inadequada de serviços de Telefonia Móvel oferecidos pelas operadoras que atuam no Estado de Roraima”. Sobre a justificação (fls.5 a 7):

[...] o serviço de telefonia é serviço público. Pode ser prestado diretamente pelo Poder Público Federal ou mediante delegação previamente licitada. É regulado e fiscalizado pelo Poder público por agências reguladoras, como a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Contudo, como foi dito acima, trata-se de algo novo no Brasil e que em termos de mentalidade há ainda muito que evoluir por parte das operadoras de serviços públicos, mais preocupadas em ganhar dinheiro do que prestar um serviço adequado. Assim, os usuários são as grandes vítimas do poder econômico e ficam indefesos pela inércia do Estado para proteger os seus direitos desrespeitados. Na Câmara de deputados foi protocolado requerimento para criação de CPI. Contudo, até o momento, não se efetivou. Diante da urgência e gravidade do assunto, a União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (UNALE) está capitaneando um momento nacional de CPIs estaduais. Apesar de o Parlamento Roraimense ainda não ter tradição em CPIs espera-se com a CPI da telefonia possamos prestar um bom serviço à sociedade roraimense [...]

Nesse liame o requerimento nº 010/2013 sofreu deliberação (discussão e votação) na data de 21 de março de 2013, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes em Plenário, como faz prova às fls.7 a 9 dos autos do processo da presente Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Por ato da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, publicado no Diário Oficial do Estado nº 1554, de 12 de abril de 2013, tendo objetivo, “*verbis*” (fls. 10):

[...] Investigar a responsabilidade por danos ao consumidor da prestação inadequada de serviços de telefonia oferecidos pelas operadoras que atuam no Estado de Roraima, nos termos do art. 24, VIII da Constituição Federal [...]

Ademais, no dia 02 de abril de 2013, a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, mediante

as resoluções nº 13 e 14/13 (fl. 11) criou e designou os nomes dos parlamentares estaduais que iriam compor a Comissão Parlamentar de Inquérito, como sendo:

- Deputado Coronel Chagas (PRTB)
- Deputado Flamarion Portela (PTC)
- Deputado Brito Bezerra (PP)
- Deputado Erci de Moraes (PPS)
- Deputado Ivo Som (PTN)

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) se reuniu no dia 23 de abril de

2013, no Plenário desta Casa Legislativa, contando com a presença de todos os seus integrantes, sendo os trabalhos iniciais conduzidos pelo Deputado Erci de Moraes, onde procedeu a instalação para os cargos da Comissão da seguinte forma: Deputado Coronel Chagas; como Presidente; Deputado Erci de Moraes, Vice Presidente; e o Deputado Flamarion Portela, Relator, como prova o documento de fl. 22 do processo da CPI.

O Presidente da CPI, Deputado Coronel Chagas, encaminhou vários ofícios às diversas autoridades deste Estado, conforme vejamos:

1. Ofício de nº 001/2013 (fl. 30), ao Eminentíssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, Deputado Francisco de Sales Guerra Neto, solicitando Consultor Jurídico, Consultor do PROCON, Superintendência de Comunicação, Superintendência Legislativa e Superintendência Administrativa, para permanecer à disposição da CPI;
2. Ofício de nº 003/2013 (fl. 58), direcionado ao Procurador Geral de Justiça de Roraima, informando a existência da CPI, ademais foi informado a composição parlamentar;
3. Denota-se o ofício de nº 004/2013 (fl. 56), pelo qual foi levado ao conhecimento da Excelentíssima Presidenta do Tribunal de Justiça de Roraima, Doutora Tânia Vasconcelos Dias de Souza Cruz, a existência da CPI, informando em tempo sobre as oitivas de todas as pessoas e autoridades, bem como as audiências públicas que realizaria nos municípios do Estado de Roraima;
4. Às fls. 55 trata-se de ofício de nº 007/2013, enviado com intuito de dar conhecimento ao Excelentíssimo Governador do Estado José de Anchieta Júnior, sobre a criação da CPI - TELEFONIA, informando ainda que seriam realizadas oitivas de testemunhas relacionadas ao tema, inclusive audiências públicas em diversos municípios do Estado de Roraima.
5. O Ofício nº 008/2013, às fls. 75, tem a finalidade de informar sobre a existência da CPI da telefonia e que realizaria a oitiva de testemunhas ligadas ao tema ao Excelentíssimo Senhor Valter Leonel Coelho Seixá, Juiz Federal, Diretor da Sessão Judiciária de Roraima.

Foram também expedidos ofícios a diversas autoridades estaduais, federais e municipais, a fim de dar ciência sobre a criação da CPI da telefonia, seu objetivo, e os termos em que aconteceria as oitivas das testemunhas arroladas.

Ofício de nº 002/2013 (fl. 54) foi levado ao conhecimento do Presidente da Ordem dos Advogados de Roraima, relatando sobre a existência da CPI, bem como foi solicitado sua presença para que arrazoasse sobre o assunto.

No dia 25 de maio de 2013, às 15h, no Plenarinho desta Casa Legislativa (fls.

157 a 161), aconteceu a terceira Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, na qual foi ouvido o representante da OAB/RR Doutor Rawlins Coelho da Silva, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB/RR.

[...] Depoente disse QUE: sentia-se honrado com a oportunidade, saudando os presentes. QUE ao assumir a Comissão que preside na OAB, solicitou reunião como os representantes das operadoras de telefonia celular, tendo comparecido todas, com exceção da operadora OI. QUE naquela ocasião, fez vários questionamentos quanto à prestação dos

serviços prestados a população. QUE realizou um levantamento em todos os PROCONs do país e as Operadoras de Telefonia Móvel lideram o ranking de reclamações. QUE na reunião questionou se as Operadoras estavam ampliando sua capacidade de operação quando ofereciam mais serviços e crescia o número de usuários e naquela ocasião tomou conhecimento não, pois alegaram que teriam dificuldades junto aos órgãos públicos de instalação das antenas, precisamente a Secretaria Municipal de Gestão Ambiental, que é o órgão competente para conceder as licenças ambientais para instalação das ERBs – Estação de Rádio Base, o nome técnico que eles denominam. QUE expediu ofício àquela secretaria municipal, ao Senhor ALDEMAR BRITO e estar aguardando as informações para tomar novas medidas. Na sequência o Senhor Presidente passou a palavra para o Senhor Deputado Relator **Famarion Portela** PERGUNTOU ao depoente quanto tempo está à frente da Presidência da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB. RESPONDEU QUE está à frente da Comissão há 2 meses. PERGUNTOU ao depoente se a Comissão de Defesa do Consumidor da OAB tem estatísticas nos últimos anos relacionadas à questão da telefonia no Estado de Roraima e se havendo demandas, quais as providências que a OAB através dessa Comissão de Defesa do Consumidor, adotou para atender ou resolver esses problemas juntos as autoridades públicas e empresariais envolvidas com o problema no Estado de Roraima. REPONDEU QUE a Comissão não tem esses dados levantados porque começou na gestão do Presidente da OAB, Dr. Jorge Fraxe, e desde então, está à frente da Comissão há apenas 2 (dois) meses e lá não constam registros nesse sentido. PERGUNTOU o Senhor Relator, ao depoente se afirma que já buscou perante a Comissão a qual ele preside, e não foi encontrada nenhuma demanda no sentido de defender perante a Justiça ou mesmo perante essas empresas, o direito do cidadão, as reclamações recebidas, se foi encontrado algo que corresponda efetivamente a um encaminhamento após ser demandado pela sociedade. RESPONDEU QUE os trabalhos foram iniciados agora e que partindo dessa premissa, a OAB ouviu no mês passado os representantes das Operadoras de Telefonia Móvel e que os mesmos atribuíram responsabilidade a entraves burocráticos do Poder Público Municipal, especificamente à Secretaria Municipal de Gestão Ambiental, em contrapartida foi lançado ontem (27/05), na Sede da OAB/RR, um Formulário de identificação de problemas e avaliação da qualidade dos serviços, lá estará elencado vários problemas enfrentados pelos usuários, será lançado pela Comissão, para que os usuários se manifestem, participem e identifiquem quais os principais problemas que são enfrentados por eles. E com base nisso, serão tomadas todas as medidas necessárias que este caso requer e que tanto aflige a Sociedade Roraimense. PERGUNTOU se quando o depoente assumiu a Comissão de Defesa do Consumidor na OAB se a mesma já existia, de gestões anteriores, a não sendo criada agora na administração do Dr. Jorge Fraxe, e mesmo que não tenha feito cobranças, demandas judiciais se ela já existia e se o depoente está dando continuidade ao trabalho que já existia há algum tempo. RESPONDEU QUE até onde vai seu conhecimento, a Comissão foi instalada há 2 (dois) meses, inclusive foi nomeado com mais 18 membros [...].

Noutro giro, a CPI - Telefonia convidou por meio do ofício nº 199/2013, fl. 59, o Promotor de Defesa do Consumidor e da Cidadania, Doutor Ademir Teles de Menezes, para participar da reunião da

Comissão. No dia 29 de maio de 2013, às 15h, no Plenarinho desta Casa Legislativa, Excelentíssimo Promotor respondeu às diversas perguntas e esclareceu algumas dúvidas pertinentes quanto ao direito do consumidor (fls. 181 a 188), senão vejamos:

[...] Inicialmente agradeceu o convite e elogiou a iniciativa da Casa que se junta a vários órgãos do Brasil e que é um problema nacional. QUE tem participado de reuniões no Ministério da Justiça e com outros órgãos de defesa do consumidor e nessa reunião a impressão que o depoente teve foi que o Promotor do Rio Grande do Sul, o Promotor da Bahia, o Promotor da Paraíba, do Rio de Janeiro, todos estavam no mesmo lugar, porque as reclamações e os problemas são exatamente os mesmos, as mesmas dificuldades no Brasil inteiro. QUE espera colaborar com a CPI prestando algumas informações e, para adiantar, afirma que a ANATEL tem uma legislação um tanto quanto bondosa para as empresas e isso acaba facilitando com que as empresas prestem um serviço criticável e ruim. QUE no caso de Roraima temos um problema relacionado com a posição geográfica por encontra-se no centro do globo e sofremos interferências, que eles chamam de “telúrica”, influencias eletromagnéticas que dificulta a telefonia móvel. QUE as telefônicas são verdadeiras campeãs em reclamação no Brasil inteiro. Nesse momento o depoente passou a mostrar gráficos e informações projetadas na tela existente no local. QUE o SINDEC é o Sistema de Informação Nacional da Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor que unifica as informações e 396 (trezentos e noventa e seis) órgãos do sistema em todo o país, dando dados estatísticos que revelam a importância dessa questão que esta sendo debatida. QUE nos dados SINDEC temos as 10 (dez) piores empresas do Brasil, a primeira delas é a OI, que é de telefonia; segundo Banco Itau; terceira a Nokia que não é empresa de telefonia mais tem relação com o nosso tema; Sony Ericson; TIM; LG; CLARO; Samsung; VIVO e Lojas Americanas. QUE das 10 piores contamos as quatro grandes operadoras, OI, TIM, CLARO e VIVO e contamos mais quatro de aparelhos de telefonia das dez, oito estão diretamente ligadas com a questão de telefonia móvel nesse país, disse, mostrando tabela de reclamação no ano de 2009/2010. QUE diante desses números talvez possamos fazer um questionamento se um oligopólio de quatro grandes empresas no setor tão importante quanto a telefonia foi um bom negócio para o Brasil, com a aprovação, inclusive, do Conselho de Defesa Econômica, do CADE. QUE a participação das reclamações no total em 2009, vamos verificar que com telefonia foram quase quarenta por cento do total das reclamações dos consumidores, sendo 39,45% a telefonia, de cada cem reclamações registrada, fundamentadas pelo sistema, praticamente quarenta delas se referia à telecomunicação. QUE em 2010 mudou um pouco o quadro 32,26% do total de cada 100 reclamações 32 se referiram a telecomunicações, disse mostrando gráfico semelhante ao anterior. QUE de 1º de janeiro a 30 de junho de 2012 na compilação parcial do Ministério da Justiça que quase oitenta mil reclamações só foram de telefonia, nos temos ali (apontando gráfico) primeiro lugar telefonia celular; segundo lugar cartão de crédito; terceiro banco comercial; telefonia fixa; financeiras; aparelho celular de novo as empresas aparecem; TV por assinatura, no caso de algumas operadoras como a CLARO, ela também explora a TV por assinatura; energia elétrica; micro computador e produtos de informática e, por fim, Internet que também está presente com vinte mil reclamações em apenas seis meses. QUE esses números refletem o que está

acontecendo a nível nacional, dessa forma, o problema enfrentado em Roraima é enfrentado em todo o país. QUE de 1º janeiro a 30 de junho a mais reclamada foi a CLARO, disse mostrando novo gráfico, depois, nós tivemos a VIVO, a TIM e a OI, em todo a Brasil. QUE em Roraima a que têm mais reclamações é a TIM, seguida da vivo, depois vem a OI e a CLARO. QUE no que diz respeito aos temas das reclamações nesse período 1º de janeiro a 30 de junho de 2012, (mostrando novo gráfico) vamos ver que não foi a qualidade do serviço, a maior a reclamação foi a cobrança indevida e abusiva e, ainda, dúvidas sobre cobrança, valor e reajuste. QUE a grande reclamação esta relacionada com cobrança de valores acima do que foi contratado pelo cliente, no segundo momento a maior reclamação é a relação contratual, dessa forma o cliente contrata um serviço e a empresa não presta o serviço ou presta um serviço diferente do contratado, onde a empresa faz uma alteração unilateral desses contratos, sendo essa a segunda maior reclamação. QUE a terceira maior reclamação é de serviço não fornecido e vícios de qualidade, por fim outros problemas, relacionados a garantias do aparelho entre outros. QUE para abordar o tema temos que conhecer a legislação da ANATEL e, o depoente vai abordar quatro temas referentes ao assunto. QUE a legislação da ANATEL, referente a COBERTURA as empresas por obrigação contratual devem cobrir no mínimo 80% (oitenta por cento) da área urbana, dessa forma se 20% da área urbana não for atendida pela empresa, ainda assim ela estará dentro das exigência da ANATEL, QUE várias razões são alegadas pelas empresa, sendo a primeira dela a existências de “sombras” que chamam de “handoff”, são pontos geográficos onde o sinal não é recebido ou é recebido mas, não tem força suficiente para conectar uma ligação, por conta de diversas questões, que fogem ao controle, tais como: área baixa, ondas eletromagnética concentrada, em fim uma séries de complicações técnicas e da própria natureza. QUE a telefonia se utiliza de um sistema de frequência modulada, sendo a mesma de uma rádio FM, sendo que tem autorização para a transmissão de dados que é utilizada por todos nós, no entanto o sistema de transmissão é o mesmo que se ver em uma torre de rádio FM. QUE a onda eletromagnética de frequência modulada é diferente de uma AM, que é Amplitude Modulada. QUE a Frequência Modulada esta numa faixa bastante alta no campo das ondas eletromagnéticas e é mais rápida do que a AM. QUE a Amplitude Modulada é uma onda que bate e volta na ionosfera, ela atinge partes mais baixas, por essa razão que podemos sintoniza em AM uma rádio da Rússia, por exemplo, pois a AM por sua característica circula por todo o planeta, em quanto que com a FM não acontece isso, ela é uma onda que tem rapidez, sendo pequena não tem a mesma capacidade da AM, dessa forma em lugares mais profundo ou distante não podemos captar uma rádio FM ou a captamos com interferência. QUE as ERBs são Estação Radio Base que são essas antenas que trabalham FM dentro da frequência estabelecida pela ANATEL, dessa forma, temos dificuldades técnicas que trazem argumentos para não se exigir uma cobertura de 100%. QUE se, por exemplo, eu estiver no Distrito Industrial, que é uma área que tem bastante handoff ou sombra, não funciona, isso não que dizer, necessariamente ou obrigatoriamente, que a VIVA presta um mau serviço. Por quê? Porque se a VIVO cobrir 80% da área urbana ela está dentro do padrão exigido pela ANATEL, ela vai esta prestando, segundo a ANATEL, um bom serviço, mesmo que eu, usuário VIVO, não tenha conseguido me conectar

dentro de uma área urbana. QUE em 2010 recebeu informação da VIVO que quatro bairros existem as “sombras”, sendo Nova Cidade, Distrito Industrial, Hélio Campos e Paraviana. QUE quanto as Ligações Completas (novo slide) no dia a dia a ANATEL exige um mínimo de 95% (noventa e cinco por cento) das ligações devem se concretizar, ou seja, tem que ser completada, se 5% (cinco por cento) das ligações não se completarem o serviço atende ao padrão estabelecido pela ANATEL, e nós não podemos afirma que essa empresa presta um mau serviço ao consumidor. Se por exemplo uma empresa tiver 150.000 clientes e que cada um deles faça apenas uma ligação por dia e se dessas 7.500 não se completarem, não se pode afirmar, segundo a ANATEL, que essa empresa presta um mau serviço a população. QUE no tocante a Ligações sem queda, essas ligações pipocaram pelo Brasil em relação à TIM, no plano Infinit, onde ao ligar o usuário não paga pelo pulso, mas, apenas pela ligação, a ANATEL exige mínimo de 98% (noventa e oito por cento) das ligações não podem deixar de ser completadas. QUE em razão das reclamações do plano Infinit, no ano passado a ANATEL fez uma alteração na norma estipulando que se o cliente fizer uma nova ligação para o mesmo número de uma ligação que caiu em até cento e vinte segundos (dois minutos) a operadora não pode cobrar como uma nova ligação, essa regra já esta valendo. QUE essa aqui, (mostrando novo slide), Senhores Deputados é a maior vergonha na legislação da ANATEL. Até novembro de 2013 no tocante a INTERNET se você contrata 10 megas de uma empresa, a empresa esta obrigada a te entregar 2 megas, só vinte por cento. É como se você fosse ao supermercado e comprasse 10 quilos de batata e o supermercado está obrigado a lhe entregar só 2 quilos. QUE isso é regulamentado pela ANATEL, ou seja, a ANATEL assina embaixo que as empresas podem lhe entregar um péssimo serviço de Internet que está tudo certo. QUE do total contratada a empresa é obrigada em entregar 20% da medição instantânea e 60% na média mensal. QUE a partir de novembro de 2013, vai melhorar (mostrando novo slide) 100% contratado, as empresas serão obrigadas a entregar 30%. QUE a partir de 2014 dos 100 eles vão entregar 40 de medição instantânea e 80 para medição média mensal. QUE depois dessa data não existem previsão da ANATEL para ver em qual data eles serão obrigados a entregar os 100%. QUE tudo isso demonstra que temos que rediscutir essa legislação a nível nacional, pois, o oligopólio formado pelas empresas de telefonias acabam tendo um poder de fogo e nos impõe os serviço que são oferecido. QUE a legislação de telefonia, bem como, as regras contratuais são extremamente benéfica as empresas e prejudiciais aos usuários. Na sequencia o Senhor Presidente, **Deputado Coronel Chagas**, agradeceu e elogiou as explicações e demonstração de profundo conhecimento da questão e passou a palavra para o **Deputado Erci de Moraes** QUE afirmou ter ficado estarecido com a moleza que a ANATEL esta dando para as operadoras. QUE é uma satisfação constatar que o Ministério Público, representado pelo depoente, está perfeitamente entrosado com o tema e outro fato é que o problema não é só em Roraima. QUE tem esperança que, ao final, essa CPI colha resultados satisfatórios e agradeceu a colaboração do depoente. Na sequencia o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Deputado Relator **Flamarion Portela**. QUE inicialmente elogiou o depoente que apenas com a sua fala inicial já prestou uma contribuição significativa para todos os Membros dessa Comissão e PERGUNTOU ao depoente quanto tempo o depoente esta a frente da Promotoria de Defesa do Consumidor

e Cidadania. RESPONDEU QUE oficialmente desde julho de 2009 e de fato deste setembro de 2009. O **Deputado Flamarion Portela** PERGUNTOU se, estando à frente da Promotoria de Defesa do Consumidor por tanto tempo, o Depoente já conversou em algum momento com as empresas prestadoras de serviço de telefonia móvel e fixa. RESPONDEU que conversou diversas vezes. PERGUNTOU se, nessas ocasiões, as empresas já apresentaram algum plano de ação no sentido de melhorar o serviço, efetivamente. RESPONDEU QUE plano de ação detalhado, não. O que se ver, por exemplo, em uma oitiva que procedemos da TIM, no final do ano passado, apenas promessas sem números efetivos que serão investidos alguns milhões aqui no Estado. QUE tanto a TIM quanto a VIVO nessas oitivas fizeram promessas no tocante a novos investimentos. QUE considera importante para complementar o que poderia ser feito para melhorar. Primeiro o Aumento das capacidades das Estações Radio Bases, pois que elas têm uma capacidade máxima de conexão de ligações, imaginemos que uma Estação Rádio Base aqui no centro tenha a capacidade de fazer mil ligações de uma única vez, a forma de melhoria seria de aumentar esse número de fazer ligações simultâneas. QUE a outra forma de melhoria seria trazer novas tecnologias, por exemplo, a TIM em Boa Vista em suas antenas tem a tecnologia 2G e 3G e tem 21 antenas na cidade, dessa forma a melhoria seria trazer novos equipamentos, trazer novos sistemas e aumentar a capacidade das ERBs. QUE, nós temos, segundo reclamou a VIVO, uma legislação municipal nova, do ano passado, que limitou a instalação de novas ERBs e sua expansão, com base na atuação da Promotoria do Meio Ambiente que teria entrado na justiça contra as operadoras, ocasionado essa dificuldades. QUE a vivo alega que não participou da regulamentação que limitou a possibilidade de aumentar a capacidade das ERB's, bem como, a criação de novas ERB's, impossibilitando a melhoria do sistema. QUE precisamos verificar se de fato essas dificuldades legais são efetivas. O **Deputado Flamarion Portela** recordou que no dia de ontem o **Doutor Rawlins** ao prestar seu depoimento informou sobre as dificuldades da teriam as operadoras com a Secretaria de Gestão Ambiental do Município de Boa Vista, bem como, o depoente, confirma essa reclamação em Boa Vista, PERGUNTOU se ouviu reclamação das operadoras sobre dificuldade de expansão e melhorias dos serviços causadas pelas prefeituras do Interior do Estado. RESPONDEU QUE das empresas que procedeu a oitiva, nenhuma delas reclamou sobre esse problema. QUE, aproveitando a oportunidade, no interior o problema é a capacidade de transmissão da ERB. QUE em 2010 nas eleições pessoalmente quando em viagem ao Caroebe, onde atende a operadora OI, comprou um chip OI e não funcionava, pois, tentava falar com outros municípios próximos e não conseguiu completar as ligações e ao chegar à boa Vista, procurou se informar do problema e tomou conhecimento que a ERB do Caroebe tem a capacidade de efetivar apenas 15 (quinze) ligações simultâneas, dessa forma estando 15 ligações sendo feitas ninguém mais consegue conectar. QUE depois disso entendeu porque comprou um chip, colocou crédito e não funcionava o chip. QUE muitas empresas tem um plano junto a ANATEL de expansão e o que elas fazem é colocar uma ERB dessas que comportam apenas 15 ligações e chegam junto a ANATEL e dizem: cumpri o plano, em total desrespeito a sociedade [...].

Às fls. 73, o ofício de nº 005/2013, informou sobre a criação da CPI da telefonia e convidou para participar da reunião

da Comissão, o Juiz Titular do 3º Juizado Especial Cível, Doutor Rodrigo Furlan. No dia 13 de junho de 2013, nesta Casa Legislativa, aconteceu a 5ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, onde foram esclarecidos algumas dúvidas pertinentes ao tema (fls. 213 a 216):

[...] O primeiro órgão de defesa do consumidor foi a SUNAB. QUE a Constituição do país foi idealizada para os dias atuais, tendo o direito do consumidor, como princípio maior, atribuindo-o como cláusula pétrea, portanto, não pode ser mudado. QUE a sociedade capitalista coloca para a população a necessidade de comprar para estar satisfeito, com grande influência da mídia. QUE hoje nós temos a vulnerabilidade psicológica, pois, as pessoas então cada vez mais expostas a necessidade de consumo e influenciada pelas técnicas de venda do mercado. QUE na relação de consumo a telefonia celular, talvez, seja o maior exemplo para a análise do jurista, porque se um celular estragar, não há assistência técnica. Como pode se admitir, mesmo existindo um direito constitucional imutável, que uma empresa coloque no mercado um produto que não tem assistência técnica. QUE há um apelo psicológico para comprar outro aparelho ou mandar para conserto em outro Estado, Manaus ou São Paulo e o aparelho nunca mais volta. QUE pergunta qual o respeito ao consumidor, se ele paga pelo aparelho e pelo serviço e ao tentar mandar uma mensagem, não consegue. QUE essa situação vai contra todas as conquistas, desde a SUNAB, pois, hoje o consumidor tem acesso ao crédito e parcelamento de suas compras. QUE fez uma pesquisa no judiciário, pois recentemente, foi designado para ser o coordenador dos juizados especiais, constatando que as filas que se formam estão relacionadas com telefonia e bancos. QUE em razão do aumento da demanda relacionadas a telefonia, idealizou fazer a Semana de Conciliação da Telefonia, e do dia 17 a 21 do corrente mês, e somente serão atendidos as questões ligadas a telefonia. QUE buscará sensibilizar tanto as empresas quanto os consumidores, pois, o consumidor não vai para resolver o problema, ele quer dano moral. QUE faz um elogio ao trabalho do Deputado Coronel Chagas pelo trabalho realizado junto à defesa do consumidor. QUE tem intenção de se reunir com os PROCONs, para dar maior autonomia aos órgãos, viabilizar a validade jurídica dos acordos realizados pelos PROCONs junto ao judiciário, dando efetividade ao órgão. QUE a aplicação de multa por parte do PROCON as empresas é uma realidade na França e na Alemanha. QUE sugere a inclusão do tema que é a falta de assistência técnica dos telefones vendidos no Estado de Roraima, nos tópicos de investigação da CPI da Telefonia. QUE participou em Brasília de uma reunião tratando do super endividamento da população em razão do comprometimento dos salários com empréstimos consignados. QUE a legislação estabeleceu o gasto de até 30% dos salários com esse comprometimento. QUE em Roraima esse endividamento chega a mais de 50% dos salários em razão de legislação anterior ao próprio endividamento. QUE, após a semana de conciliação e a Resolução para dar mais força ao PROCON, com a participação das autoridades envolvidas, poder executivo, promotoria e, mais, destinar uma sala dentro do juizado para a realização de acordos prévios das operadoras com o PROCON, para que não haja os litígios judiciais [...].

Verifica-se que na fl. 74 dos autos que foi solicitado a presença do Defensor Público Geral de Roraima, Dr. Stélio Denner de Souza Cruz, para ser ouvido no dia 04 de junho de 2013, às 15h, no Plenarinho da Assembleia Legislativa de Roraima, para participar da 6ª Reunião da CPI. Todavia, foi enviado um membro representante, Defensor Público Doutor Ernesto Halt, falando da atuação da Defensoria Pública do Estado de Roraima (fls. 232 a 235).

[...] QUE no que diz respeito ao fato que os investimentos deveriam ter acompanhado o crescimento da demanda, acredita que fica claro que as Operadoras não estão fazendo os investimentos adequados, pois, que o crescimento de utilização da telefonia móvel e internet é muito expressiva. QUE tem conhecimento da existência de alguns Termos de Ajustamento de Condutas do Ministério Público, bem como, ações cíveis públicas que são impetradas e as empresas se comprometem com alguns investimentos e acabam não fazendo ou fazendo muito aquém do que foi realmente acordado. QUE o consumidor é o maior prejudicado com a falta de investimento. QUE atribui como causa para a falta de investimento a forma como o judiciário julga os danos aos consumidores, pois os valores das indenizações acabam ficando muito aquém do efetivo dano que o consumidor sofreu, sendo dessa forma um estímulo para que as operadoras continuem a fazer uma má prestação do serviço. QUE é mais vantajoso para a empresa pagar as indenizações com valores irrisórios que são fixados do que fazer os investimentos que possam melhorar a prestação do serviço. QUE quanto a Internet no caso de mudança de endereço do usuário é comum as empresas alegarem não haver portas disponíveis para a nova instalação. QUE em vários setores da cidade e, também, no interior o problema é maior, onde várias pessoas ficam sem acesso as informações, inclusive no judiciário, nos Órgão Público e a própria Defensoria fica sem o acesso e demais informações relacionadas à internet. QUE realmente a telefonia é uma das campeãs em reclamações e finalizou. Nesse momento, a Presidência dos trabalhos foi assumida pelo Senhor Vice Presidente, **Deputado Erci de Moraes**. Na sequência, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Deputado Relator, **Flamaron Portela**. QUE inicialmente agradeceu a presença e PERGUNTOU quanto tempo o depoente esta à frente dessa Defensoria Pública atuando junto ao Juizado Especial. RESPONDEU QUE sempre atuou no juizado especial e há a cinco anos atua na titularidade dos Juizados Especiais e, ainda, pertencendo ao Núcleo da Capital acaba atuando como substituto ou assessor em todas as áreas de Boa Vista. PERGUNTOU se o depoente tinha como informar de memória quantas ações foram demandas perante os Juizados Especiais referente ao tema dessa CPI. RESPONDEU QUE não tem esse levantamento, que poderia ser feito pela central do próprio juizado. PERGUNTOU qual o tempo de duração das ações judiciais do início da ação até a sua sentença, qual seria o período médio. RESPONDEU QUE o tempo é muito variável entre 60 e 120 dias. QUE dependendo do caso em até 15 dias. QUE antes é feita uma tentativa de conciliação extra-judicial, normalmente as empresas não fazem esse acordo, dessa forma vai para o litigioso. QUE essas ações que são matérias de direitos, poderiam ser julgadas mais rapidamente sem a necessidade de oitivas, pois sendo matérias de direitos, com documentos juntados, poderiam ser julgados antecipadamente. QUE um dos grandes problemas que os Defensores enfrentam é que as empresas sabendo que se o consumidor juntar documentos para provar os danos que ele sofreu, o juiz pode julgar antecipadamente com base nas provas existente, por esse motivo, as Operadoras não fornecem as documentações ou dificultam a sua obtenção. QUE as Operadoras gravam as ligações com os consumidores e utilizam essas gravações em juízo, como provas. QUE o Código de Defesa do Consumidor determina a inversão do ônus da prova, porém, nem sempre

é aceito pelo Poder Judiciário, pois bastaria o consumidor descrever o dano que sofreu e a empresa seria compelida a provar que aquilo não aconteceu. PERGUNTOU qual a avaliação da justiça na opinião do depoente na questão da agilidade. RESPONDEU QUE não é uma questão de justiça. QUE o grande problema é da legislação que oferece vários recursos. QUE as empresas em geral utilizam de um recurso extraordinário para o Supremo Tribunal para resolver uma causa simples. PERGUNTOU se a Defensoria tem contato direto com as empresas ou se isso somente ocorre nas audiências. RESPONDEU QUE a Defensoria na defesa do consumidor tenta um contato direto com a empresa, solicita documentos para instruir o processo, dessa forma a Defensoria intermedia essa relação com o consumidor, porém, nem sempre as empresas estão dispostas a isso [...].

Nesta esteira, às fls. 60, o Diretor do ROCON/ALE/RR, senhor Lindomar Coutinho, foi convidado para participar da 7ª Reunião da Comissão que fora realizado, no dia 05 de junho de 2013, nesta Casa Legislativa, no qual o mesmo prestou as informações quanto os serviços e reclamações feitas pelos consumidores no PROCON- Assembleia que utilizam os serviços das telefônicas (fls. 249 a 251). Vejamos:

[...] CPs relacionadas a telefonia, disse QUE no PROCON ASSEMBLEIA dos registro relacionado a telefonia na ausência de sinal a OI lidera o “ranking” de reclamações, depois a VIVO. QUE nas cobranças indevidas a OI lidera novamente, a VIVO, a TIM e a CLARO. QUE no serviço de internet, basicamente a OI, a VIVO e a CLARO. QUE referente à venda casada de serviço tem a OI, a VIVO e a TIM. QUE no cancelamento de serviços tem a OI, a TIM, a VIVO e a CLARO. QUE a má prestação de serviço se enquadra nas ligações interrompidas, pois, uma resolução da ANATEL regulamentou que toda ligação interrompida entre 120 segundos, ou seja, dois minutos, a próxima chamada para o mesmo número, dentro desse tempo, não será cobrada. QUE na negociação de dívidas tem a OI, a TIM, a CLARO e a VIVO. QUE as notificações expedidas são aquelas em que o consumidor não consegue resolver o problema por telefone com a empresa, nesse caso é gerado um processo que é passado para a conciliação do PROCON, sendo feita uma notificação e encaminhada para que no prazo de 10 dias a prestadora de serviço compareça até o PROCON ASSEMBLEIA. QUE durante o prazo de 10 dias é realizado contato com a empresa objetivando verificar se houve o recebimento da notificação e se já existe uma proposta de conciliação que possibilite a resolução do problema sem a necessidade de realizar a audiência de conciliação. QUE o prazo de retorno ao consumidor é de 10 dias e por vezes não chega há cinco dias. QUE na má prestação de serviço, incluindo as ligações interrompidas, problemas no “Call Center”, recarga de celulares, cancelamento de serviço e faturas em atraso, a operadora OI é a mais reclamada, seguida de muito perto pela TIM. QUE nas cobranças indevidas tem a OI e a TIM. QUE no serviço de internet tem a VIVO e a OI. QUE na troca de produtos o problema se restringe, até o momento, a operadora VIVO. QUE no cancelamento de serviços tem a OI e VIVO. QUE o PROCON ASSEMBLEIA tem atuado, também, nos municípios do Estado por intermédio do programa **Assembleia Cidadã**, onde são administradas palestras sobre os direitos do consumidor e são apresentados pelos consumidores reclamações sobre telefonia e internet. QUE no município do Bonfim, por exemplo, houve a reclamação de que o sinal de telefonia na localidade sofria interferência do sinal do país

vizinho, sendo cobrado na fatura a cobrança de tarifa internacional. QUE quanto a esse problema o PROCON ASSEMBLEIA entrou em contato como a gerente de relações institucionais da TIM e foi detectado, pela operadora, um problema técnico nas baterias e nas antenas daquele Município. QUE o problema foi sanado e não houve mais reclamações sobre essa questão no Bonfim. QUE no sul do Estado existe uma carência enorme de sinal de internet. QUE a resposta ao problema do consumidor é rápida, pois as operadoras atendem ao chamado do PROCON ASSEMBLEIA e nos acordos firmados na conciliação a maioria dos problemas são sanados, chegando a 95% de solução do problema apresentado que é resolvido no próprio órgão. QUE desde a sua criação, pouco mais de um ano, o órgão realizou 2.085 atendimentos, emitidas 459 notificações e dessas 56 foram para operadoras de telefonia. QUE dentre os serviços que o órgão presta ao consumidor e que estão relacionados ao tema da CPI.(...)PERGUNTOU qual é a empresa que é campeã em reclamação aqui no nosso PROCON. RESPONDEU QUE faria uma ênfase em todo o Brasil onde as campeãs são as telefônicas móveis e no Estado de Roraima tanto as telefônicas móveis quanto os empréstimos consignados aparecem em 1º lugar, estando estes um pouco acima das telefônicas em reclamação, atualmente. PERGUNTOU qual o grau de resolutividade dentre os atendimentos consolidados no órgão referente à rapidez, os resolvidos no órgão e os que resultaram em ações judiciais. RESPONDEU QUE o órgão recebe uma demanda significativa em relação à telefonia e que o retorno ao consumidor é imediato, pois, o prazo que o código estabelece é de 10 dias para notificação para as empresa comparecerem para conciliação e em razão da técnica empregada pelo PROCON ASSEMBEIA que, dentro desse prazo, entra em contato com as operadoras e busca uma solução antecipada para o problema e que, normalmente, ocorre esse acordo prévio e, caso não ocorra, na conciliação é resolvido o problema do consumidor. QUE não teve nem um caso, ainda, que tivesse a necessidade de encaminhar para o judiciário. QUE o consumidor ao procurar atendimento no órgão de defesa do consumidor já vem com a ideia de ter um ganho financeiro mediante danos morais, sendo que por vezes o nexo da causalidade não se refere ao dano moral, dessa forma tem sido realizado com sucesso um esclarecimento ao consumidor que por essa razão o problema apresentado não chega ao judiciário e o percentual de resolução do problema mediante acordo realizados no PROCON é de 95%. PERGUNTOU se há algum mecanismo de comunicação e acesso aos dados entre o nosso órgão e os demais órgãos de defesa do consumidor que atual no Estado. RESPONDEU QUE o PROCON ASSEMBLEIA realizou o treinamento dos funcionários que atuam no PROCON Municipal e que tem um contato muito próximo com a Dra. Maria Helena, diretora daquele órgão, e está em constante comunicação com a mesma. QUE com relação ao DECON – Departamento de Defesa do Consumidor tem recebido parte da demanda relacionada à telefonia, daquele órgão, e, ainda referentes aos empréstimos consignados, pois que aquele órgão não tem um canal de comunicação como o que dispõe o PROCON ASSEMBLEIA. QUE desconhece os motivos desse fato, não sabendo dizer se é a falta de estrutura daquele órgão [...].

Em ato contínuo, foram expedidos diversos ofícios às autoridades dos Municípios de Boa Vista, Bonfim, Caracará, Rorainópolis, São João da Baliza e Pacaraima, locais que foram realizadas

audiências públicas, a fim de coletar as maiores dificuldades enfrentadas pela população que possuem serviços das telefônicas celulares.

Sendo assim, a primeira audiência pública realizou-se no Município de Rorainópolis (fls. 323 a 347), no dia 7 de junho de 2013, no Auditório da Universidade Estadual de Roraima. Foram entregues ofícios convidando várias autoridades do Município. Relataram os problemas que ocorrem referentes aos serviços de telefônicas prestados. Ressalta-se que O Senhor Vice-Prefeito do Município de Rorainópolis, Adilson Soares de Almeida, “Pinto Louco”, às fls. 324, frisou que:

[...] problemas ocorridos sobre a telefonia móvel em nossa região, quero informá-los que em Nova Colina passa um cabo de fibra ótica que se estende até Manaus, passando por dentro do nosso Município. No entanto, não temos um serviço de boa qualidade em nosso Município. Para vocês verem a união do povo, os índios colocaram como condição para passar o cabo de fibra ótica lá, terem banda larga e telefonia de qualidade para eles lá dentro, melhor do que a nossa. Então, demonstram que estão unidos em prol de um direito. Aqui, em Rorainópolis, nós temos a TIM, a OI e a VIVO [...].

Em continuidade da Audiência, às fls. 325, o Senhor Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Rorainópolis, Vereador Márcio Rodrigues Moreira, relatou que:

[...] Aqui, em Rorainópolis, Deputados, não é diferente das demais localidades que enfrentam os muitos problemas dentro do Estado de Roraima. Nós temos, aqui, muitos problemas em se tratando de telefonia, de comunicação e, estávamos pensando em como iríamos fazer para darmos um pontapé inicial para resolvermos esses problemas. Ainda bem que surgiu essa ideia. Acho que agora essa será uma briga de todos nós aqui e, tenho certeza, que vamos chegar ao nosso objetivo que é tentar fazer com que melhore, realmente, a nossa telefonia. Aqui, falta comunicação constantemente e, quando falta, é por problema da própria torre, da operadora. Também falta quando não há energia. Então, se constata que, constantemente, falta o serviço de telefonia. E esses são dois problemas que aqui estão caminhando juntos. Nós sabemos que sem comunicação fica difícil podermos desempenhar um bom trabalho. Esse problema gera um custo maior para nós, moradores do Município [...].

Nesse liame, o Senhor Vereador do Município de Rorainópolis Roney Correia Monteiro, às fls.326, reforça dizendo que:

[...] Como Vereador, tenho recebido constantes reclamações no que diz respeito à má transmissão da telefonia móvel, assim como da constante falta de energia elétrica. Não podemos falar de uma, sem citar a outra. Aqui, nós temos um problema até maior, pois quando falta energia, o sinal não funciona e, quando funciona, não conseguimos falar o que queremos, temos que resumir o assunto ao máximo possível, pois não sabemos a hora que vai cair a ligação, porque quando cai, para conseguirmos outra, é mais um ano. Há uma série de problemas no serviço de telefonia. Aqui, de fato, nós temos enfrentado esse problema e temos sofrido com isso. As vilas mais distantes, que não têm acesso ao sistema de telefonia móvel, só possuem linhas fixas, e também há esse problema de falha na comunicação [...].

Em sequência, a Senhora Vereadora Erisneide Silva Pereira Costa, às fls. 327, explicou que:

[...] O nosso sistema de telefonia móvel, em Rorainópolis, é muito precário. Ontem mesmo, eu passei por uma situação muito constrangedora, pois enquanto estavam velando o corpo de uma colega, Telma Rejane Moares Miranda, recebi a ligação do esposo dela pedindo para que nós

fizéssemos alguns ajustes para receber o corpo aqui, na cidade, e foi um desastre, porque o telefone não funcionava. Nós tivemos que sair procurando as pessoas, o padre, os amigos e, naquele momento, o telefone, que tanto necessitávamos não funcionou. É frustrante, porque hoje vivemos em um tempo de tecnologia e, querendo ou não, estamos adaptados a essas tecnologias. Então, precisamos que essa CPI, realmente aconteça, para surtir um efeito não apenas no nosso Município, mas em todo o nosso Estado. E vale ressaltar para vocês que, no último mês, os nossos ouvintes devem saber do que eu estou falando e até concordam, piorou muito a situação, sendo que já não funcionava como deveria funcionar, com qualidade. De acordo com o nosso Presidente da CPI, pagamos caro e muito caro, porque a grande maioria das pessoas usa o telefone pré-pago, mas, infelizmente, não temos o retorno que precisamos. Uma outra observação que gostaria de fazer é com referência à INTERNET, pois aqui, em Rorainópolis, como o Vereador João mencionou, funciona a terceirização da INTERNET. Há pessoas que têm uma antena, que compram esse trabalho e revendem para as famílias e, isso se torna muito caro. Por que não receberem esse serviço através da OI VELOX, ou seja, essa INTERNET através do telefone fixo em suas residências? Seria mais barato e com maior qualidade, e aumentaria o giga de capacidade, pois, às vezes, eles dispõem de um giga para cada telefone, que já não funciona muito bem. Outra observação é com referência às Vilas. Vamos criar uma alternativa para fazer com que o telefone fixo venha a funcionar, disponibilizando mais orelhões, buscando, nas vicinais, possibilidades de melhorar esse serviço. Acredito que esta CPI vai ser a primeira de muitas que virão para a melhoria do nosso Estado. Eu quero parabenizar os Deputados e dizer que, realmente, a descentralização do poder ocorre dessa forma [...].

Registra-se que a Senhora Amarijane Ferreira Cândia Ribeiro, Representante dos Agricultores, às fls. 329, expôs:

[...] Sou proprietária da Fazenda Rancho Maria, na BR-174, e representante dos agricultores deste município. Há quatro anos e oito meses, representantes da VIVO foram lá na minha propriedade, nos proporcionar uma visita, para nos mostrar onde instalariam a torre. Subiram até a montanha e verificaram que o sinal seria satisfatório a todos os nossos anseios. Agora, não sei se onde a torre está instalada beneficia alguém, mas creio que o beneficiado maior deveria ser a população, porque nós pagamos e exigimos nossos direitos. Gostaria que vocês olhassem para todos esses Deputados, pois estão preocupados com nossos anseios. Seria interessante que aqui estivessem outros Deputados, mas não estão. Nós, como agricultores, almejamos um futuro melhor. Enquanto a ONU está pesquisando insetos para a alimentação da população, nós, agricultores, estamos produzindo produtos que necessitam da tecnologia. Não podemos voltar a enxada, a lamparina, ao telégrafo, necessitamos de INTERNET de qualidade, de celulares, pois iremos nos conectar com o mundo através do celular. Teremos acesso até ao Japão. Aqui foi citada a Índia, um dos países mais populosos do mundo, cercado de montanhas. Lá há 100% de cobertura, porque as antenas são instaladas nas montanhas. Aqui, em Rorainópolis há dez anos tinha seis carros, daqui a uns dias terá seis mil carros. Será que a tecnologia não pode acompanhar essa evolução? Como agricultora, moradora vinda de Goiás, há dez anos lá era o futuro. Aqui, hoje é o futuro, e para que isso

aconteça, temos que ter tecnologia. Há necessidade de se colocar mais antenas nos topos mais elevados, porque isso seria uma solução, pois onde moramos, no vácuo da terra, ou seja, na passagem da serra, em alguns lugares pega muito ruim o celular, como aqui foi dito. O Marcílio Poeta, que foi até o nosso Prefeito à época, disse que deveria ser desviado, não iria prestar e disse aos técnicos que não iria prestar. Mas, disseram que não poderiam fazer nada. Eu não sei se isso está beneficiando alguém, eu só sei que a população, reunida, pode exigir os seus direitos. Será que neste caso não está sendo beneficiado um grupo político, ou um político? Temos que ver isso. Não quero aqui tachar ninguém, mas queremos exigir os nossos direitos. Sobre a questão da INTERNET, seria instalada uma torre na nossa Serra, para que o Martins Pereira, o 500, tivessem INTERNET via link, mas, até hoje, não foi instalada [...].

Várias perguntas foram realizadas na Audiência, expondo os problemas e dificuldades enfrentadas no Município. A população se manifestou, senão vejamos:

[...] A senhora Eliana Santos de Lima, também da Universidade Estadual de Roraima, diz acreditar que, conforme a sociedade muda, a tecnologia se renova, e a população aumenta. Então, deve haver uma ampliação dos serviços operacionais das operadoras, que proporcionam internet e também, uma análise estratégica e uma pesquisa de campo [...].

[...] Há uma reclamação objetiva da Senhora Elondenir Silva de Carvalho, Universidade Estadual de Roraima, que diz que nada funciona, nem mesmo o serviço de envio de um SMS, nem a internet em Rorainópolis. Senhor Presidente, aqui há reclamações sobre a internet, da Senhora Maria do Carmo da Silva, que diz: “Sou acadêmica do curso de administração, tenho filhos estudantes e necessitamos de uma internet de boa qualidade. Eu estou há um ano solicitando o serviço de internet banda larga e não consigo, pois o que a empresa de telefonia Oi informa é que não tem porta de entrada disponibilizada para o meu endereço. Então, por que os outros endereços têm e o meu não? O que está faltando para oferecerem o serviço adequadamente? Outra reclamação, foi quanto à questão dos correios, porque as faturas só chegam atrasadas e aí, se cobram juros, correções nas faturas, enquanto a culpa não é do consumidor, mas dos correios, que não entregam essas faturas em dia para que os consumidores paguem e não sejam sobressaltados com juros [...].

[...] Há também uma pergunta do senhor Edinaldo Gomes Pereira, Secretário de saúde do Município. Antes de vir para cá, eu conversei com ele, que me disse que é algo que penaliza toda população do nosso município a questão da internet, cujo o cabo de fibra ótica passa por nosso município. Há ainda uma grande deficiência de acesso aos programas relacionados à saúde, que agora são todos online, como por exemplo, cadastros, emissões, pré-natal, cartão do SUS, bolsa família e outros. Portanto, quero saber, depois dessa investigação e constatação, que medidas práticas imediatas serão tomadas? O Secretário me falou que, às vezes, fica na eminência de perder prazos quanto a convênios, a prestações de contas, envios de relatórios para o Ministério da Saúde, porque a internet não dá essa possibilidade de envio [...].

A segunda audiência pública realizou-se no dia 08 de junho do corrente ano, no Município de São João da Baliza, que envolveu o Município de Caroebe, São Luiz do Anauá, às fls. 365 a 379 e estiveram

presentes diversas autoridades. Foram arguidos vários fatores de suma relevância que implicam o descaso dos serviços de telefonia prestado no Município. O Senhor Vice-Prefeito do Município de São João da Baliza, Sebastião Raimundo Lopes, assoalhou sua opinião:

[...] Aqui em nosso município a telefonia, na verdade, é precária. Observando esta comitiva, vemos que não fomos eleitos para ficarmos sentados em nossos gabinetes, mas para também irmos, em todos os lugares, para sentir as necessidades e buscar solução para a melhoria de nosso povo. Hoje, a telefonia na área rural é péssima, temos cobertura apenas em torno de um quilômetro, a área rural depende do declive, e assim por diante, não tem mais sinal. Se a propriedade rural está fora do alcance, o dono da propriedade tem que colocar uma antena enorme para ter um sinal. Quando precisamos de serviços emergenciais, temos dificuldades em entrar em contato com a sede do nosso Município. Então, volto a dizer que a atitude de vocês é benéfica. Acompanho o trabalho de vocês nas emissoras de rádios e jornais. Fiquei muito feliz, quando soube que esta comissão viria aqui para tratar desses assuntos. Sei que os presentes apresentarão suas sugestões para as necessidades da região. Com certeza a comissão vai analisar, vai tentar encontrar providências. Uma das maiores deficiências neste Município atribui-se ao fato de termos apenas uma prestadora de serviços de telefonia, a OI, somente ela. Sou a favor da concorrência, porque quando há uma única opção, o serviço deixa a desejar. Agradeço de coração aos Senhores. Estamos aqui disponíveis para contribuir para o que for preciso, esperando que esse trabalho todo nos traga um bom resultado quanto à telefonia, a INTERNET, considerados meios de comunicação de extrema necessidade, um objeto de trabalho. A INTERNET é um objeto de trabalho [...].

Ademais, o Senhor Presidente da Câmara do Município de Caroebe, Vereador Claudinei Olimpio de Andrade, esteve presente na audiência e vislumbrou as dificuldades existentes naquele município (fl.67), vejamos:

[...] Estamos pagando por um serviço que não recebemos. Estivemos, eu e o Prefeito do Caroebe, com a diretoria da OI que nos pediu um prazo de 60 dias para que pudessem resolver a situação dessa região, do 500 para cá. Garantiram-nos que no prazo de 60 dias iriam resolver. Mas, devido à criação e ação desta CPI, é que eles começaram a tentar ajeitar, mas temos que denunciar as coisas erradas, não podemos nos omitir diante da cobrança de um serviço que não é oferecido [...].

Em continuidade, o Senhor Vereador do Município de São Luiz do Anauá, Lúcio Mário, descreveu que:

[...] É lamentável a situação em que se encontram os nossos Municípios. Creio que dos três Municípios da região, São Luiz do Anauá seja o pior. Às vezes, temos que tentar cerca de 30 vezes para conseguir uma ligação. Exemplo bem claro disso ocorreu ontem. O Deputado Erci tinha ligado por volta das sete horas, e por volta das dez horas chegou um torpedo da OI: me ligue. A testa um serviço de péssima qualidade. Nós temos que nos unir para dar apoio necessário a esta CPI para que ela possa nos trazer resultados positivos para nossos Municípios. Peço até desculpas, em nome da Câmara de Vereadores, quanto à telefonia. Necessitamos que vocês resolvam essa situação o mais rapidamente possível. Encontramos dificuldade em usar o telefone nesta região, é muito grande o transtorno. Temos um orelhão aqui na Vicinal I, mas não

conseguimos fazer uma ligação, o telefone só toca mas não completa a ligação. Queremos pedir que esta CPI tome providências em relação atual situação da telefonia, e que agilize o mais rápido possível. Nós vemos que há o uso de créditos de forma incorreta, gastando sem que a gente sequer tenha usado. Pedimos a todos colaborar no encaminhamento dessa questão, bem como solicitamos a presença de uma pessoa qualificada neste Município para receber as nossas reclamações, pois neste Município, não temos para quem reclamar sobre essas questões [...].

Iniciou-se o espaço disponibilizando a população para relatar os problemas enfrentados diariamente. Nesse sentido as fls. 371 a 373, narrou-se:

[...] O Senhor Clilton Silva Mestre – Acadêmico de Letras da UERR. Meu nome é Clilton Silva Mestre, sou Acadêmico de Letras, São João da Baliza. Eu sugiro melhoria de atendimento aos consumidores, pois um tempo atrás a gente pagava trinta centavos no minuto, agora são quarenta e cinco centavos, e não melhorou. Quando precisamos fazer uma ligação de urgência, não consegue. Temos que ter uma concorrente, como já falaram, senão a gente se acomoda, desde 2012 eles falam que vai chegar a internet banda larga, e até agora nunca chegou, inclusive, três meses atrás, veio um pessoal da OI, dizendo que, com 60 dias, no máximo, e até hoje, enquanto na Capital tem internet cinco megabytes e aqui não chega nenhum mega, e a gente paga por isso [...].

[...] A Senhorita Nayane Castro Mota – Acadêmica de Letras da UERR. Bom-dia a todos, meu nome é Nayane de Castro Mota, sou Acadêmica de Letras, moro aqui no Baliza. Tenho uma reclamação e uma defesa a fazer: A defesa é quanto às pessoas do município que não estão aqui. Realmente, a gente não sabia, mas, se estamos aqui presente é porque nós tínhamos aula no Campus, e ficamos sabendo no momento em que chegamos. Falaram que veio o relato para o Prefeito e Vereadores, enquanto a população em si não ficou sabendo disso, houve o anúncio na Rádio, conforme falaram, mas boa parte da população não tem acesso. Temos uma rádio comunitária que deveria ser usada pelo bem da sociedade, mas é usada mais como meio comercial. Essa é a reclamação que tinha a fazer. Meu ponto de vista sobre a concorrência, é que a concorrência contribui para a melhora, porque cada um quer mostrar melhor serviço. Em Rorainópolis, a Oi também foi instalada, como não teve sucesso, a população foi trocando pela VIVO, o sinal é melhor e oferece uma rede de acesso melhor. Então, o principal fator que estamos precisando, hoje, além da melhoria, é a concorrência. Outro ponto, nós como universitários não temos acesso à internet, e a forma de recorrer a isso, seria o uso da internet pelo celular. A universidade também não oferece internet nem as operadoras, a gente fica carente, além do prédio não oferecer estrutura que a gente precisa, não existe nenhuma ajuda extra da operadora [...].

[...] A Senhorita Nayane Castro Mota – Acadêmica de Letras da UERR. Bom-dia a todos, meu nome é Nayane de Castro Mota, sou Acadêmica de Letras, moro aqui no Baliza. Tenho uma reclamação e uma defesa a fazer: A defesa é quanto às pessoas do município que não estão aqui. Realmente, a gente não sabia, mas, se estamos aqui presentes, é porque nós tínhamos aula no Campus, e ficamos sabendo no momento em que chegamos. Falaram que veio

o relato para o Prefeito e Vereadores, enquanto a população em si não ficou sabendo disso, houve o anúncio na Rádio, conforme falaram, mas boa parte da população não tem acesso. Temos uma rádio comunitária que deveria ser usada pelo bem da sociedade, mas é usada mais como meio comercial. Essa é a reclamação que tinha a fazer. Meu ponto de vista sobre a concorrência, é que a concorrência contribui para a melhora, porque cada um quer mostrar melhor serviço. Em Rorainópolis, a Oi também foi instalada, como não teve sucesso, a população foi trocando pela VIVO, o sinal é melhor e oferece uma rede de acesso melhor. Então, o principal fator que estamos precisando, hoje, além da melhoria, é a concorrência. Outro ponto, nós como universitários não temos acesso à internet, e a forma de recorrer a isso, seria o uso da internet pelo celular. A universidade também não oferece internet nem as operadoras, a gente fica carente, além do prédio não oferecer estrutura que a gente precisa, não existe nenhuma ajuda extra da operadora [...].

[...] O Senhor Edvaldo Cardoso – Produtor Rural em São Luís do Anauá – Bom-dia a todos, a minha reclamação não é diferente a dos outros. É com relação à Oi que desenvolve um péssimo trabalho no nosso Município. Gostaríamos que tivesse um aparelho que funcionasse pelo menos em trinta quilômetros em linha reta, já resolvia o problema das vicinais. Imagine se estou a quarenta quilômetros numa vicinal, contando com as curvas, mas se eu tenho um aparelho que alcance trinta quilômetros em linha reta irá alcançar a minha moradia. Mas, o que acontece? Com a distância de dois quilômetros, o meu telefone não tem mais sinal. O pneu do meu transporte fura, não tenho como pedir socorro. Então, o que nós queremos é que melhorem o sinal da comunicação do nosso Município. Se for para ter uma operadora no Município que não funciona é melhor não ter, não está servindo a comunidade. Então, nós queremos uma coisa que funcione que servia a comunidade em geral. Agradeço muito a preocupação dos Senhores Deputados, pois estão fazendo um excelente trabalho. A população de São Luís, eu posso afirmar para vocês, não foi informada também da realização deste evento. Eu fui convidado pelo Vereador e estou aqui presente representando o nosso Município. Mas, não que no nosso Município haja um excelente trabalho da parte da operadora Oi, pelo contrário, temos um péssimo trabalho. Para conseguirmos uma ligação, temos que tentar dez, quinze vezes. Então, não é diferente de nenhum Município, todos nós da região sul estamos prejudicados por essa operadora. Então, nós esperamos que venham modificar esse serviço [...].

Em continuação, no dia 08 de junho de 2013, às fls.390 a 398, foi realizada a terceira audiência pública no Município de Caracará, que englobou os interesses do Município de Iracema, sendo prestigiada por diversas autoridades, que relataram os problemas constantes nos serviços das empresas telefônicas.

Após a abertura da audiência, tomou a palavra O Senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Caracará Júlio César, que disse:

[...] telefone chega a ficar 24 horas sem sistema; área de cobertura pequena, distância de dois a três quilômetros já não se consegue conversar; contas com valores exorbitantes. Então, como o Senhor pode ver temos muitos problemas aqui relacionados à telefonia celular, como o senhor mesmo citou, nós temos muitos problemas relacionado a telefones públicos no Baixo Rio Branco, não conseguimos falar com as pessoas nessas localidades, muitas

das vezes queremos deixar um recado para as pessoas, mas não conseguimos porque os orelhões na maioria das vezes estão mudos, e essa situação perdura por vários anos. Então, quero dizer a Vossas Excelências que o nosso Município tem muitos problemas, quer seja na rede fixa ou móvel, e nós questionamos o fato de se pagar tão caro sem receber um serviço de qualidade. Esse é o meu questionamento [...].

Desse modo, O Senhor Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Iracema Antônio Marcos Brito Nascimento explicou:

[...] Nosso Município não é diferente dos demais, onde foram realizadas audiências públicas. Há muitos problemas relacionados à telefonia móvel, temos também grade dificuldade em realizar uma ligação para Campos Novos, onde só existe orelhão, e temos dificuldades em realizar ligações, principalmente aos finais de semana. Temos problemas também com antenas rurais, que as pessoas compram mas muitas das vezes não conseguem fazer uma ligação. Outro problema é área de cobertura pequena, só para ter uma ideia do problema, saindo de Iracema, a menos de dois quilômetros já não se tem mais o sinal. Quero ressaltar um caso de favorecimento, o melhor ponto para se instalar uma torre foi dado para a VIVO, que até hoje não colocou para funcionar seu sistema na região. Ficamos vendo a torre, que já está para mais de 4 anos, sem vê-la funcionar, está a Oi também lá. Infelizmente, vemos duas empresas particulares que visam lucros, mas não prestam serviços de qualidade. Espero que as minhas colocações contribuam para o bom andamento da Comissão, que possa apurar todas as irregularidades da telefonia móvel dentro do nosso Estado [...].

Nesse sentindo, o Senhor Vereador da Câmara de Iracema Atevaldo Andrade de Oliveira ressaltou:

[...] A prestação de serviço do sistema de telefonia é precário demais, aqui, em Iracema, Campos Novos é um distrito com 4 mil habitantes, já existem pessoas que querem tirar o telefone fixo para colocar uma antena. Isso é uma falta de respeito com o consumidor, e o cidadão que é lesado deveria estar agora para reforçar a atitude dos Deputados que têm coragem de está correndo atrás desse benefício. Agradeço a presença das pessoas, que têm mais é que cobrar seus direitos. Então, temos que nos unir e reivindicarmos os nossos direitos, enquanto representantes do povo estamos aqui para isso, mas a população precisa falar o que está lhe incomodando, senão nós não vamos saber. Quero agradecer a presença da Maiara, uma jovem que teve que sair do Município de Iracema para vir a Caracará, deixando um espaço muito grande em Iracema. Deixo a sugestão para, quando houver outra ação dessas, avisar aos Vereadores faltosos para terem mais respeito com o povo que os elegeu. E eu tenho certeza que aqui não tem 1/5 dos eleitores de um Vereador, mesmo assim eles deveriam estar aqui para dar satisfação [...].

Ocorreu no dia 21 de junho de 2013, no Município de Bonfim, incluindo a participação do Município de Normandia, a quarta audiência pública da CPI da telefonia, às fls. 500 a 523, a qual reuniu diversas autoridades que suscitaram os problemas constantes naqueles municípios quanto aos serviços de telefonia prestados.

Inicialmente, a Senhora Prefeita Lisete Spies, do Município do Bonfim, relatou algumas dificuldades:

[...] não temos um telefone fixo para atender ao Conselho Tutelar, por determinação judicial, dentro da Prefeitura não temos um telefone fixo ainda, já pagamos, nosso Secretário de Finanças está presente, desde que ganhamos as eleições já fomos várias vezes a Oi, parcelamos as dívidas

e pagamos, solicitamos linha de telefones pois as secretarias têm necessidade, a Prefeitura tem necessidade e até o momento não temos um telefone fixo dentro da Prefeitura. Então, isso nos chateia, nos constrange, pois temos necessidade de utilizar desses serviços e para isso estamos usando nossos telefones pessoais, gastando do nosso bolso para fazer ligações que dizem respeito ao trabalho e aos problemas da Prefeitura. Já fizemos documento e ameaçamos procurar o PROCON, porque essa é uma situação muito séria, inclusive atingindo também às comunidades indígenas, estão aqui presentes os tuxauas que podem confirmar a situação dos telefones das comunidades indígenas. Semana passada estive no Manuá e o telefone não estava funcionando, ontem fui lá no Alto Arraia e o telefone só recebe ligação. Estive no São Francisco ontem também, convidando as pessoas para participar dessa audiência que é muito importante para nós, e o telefone também não estava funcionando. Realmente, essa audiência de hoje é muito importante pois, nosso Município está sem comunicação. Desde 2005, foram solicitados alguns orlhões para as comunidades do Apu, Marupá e outras cinco comunidades, dessas sete, somente três foram atendidas durante esses anos todos. Então, estamos no momento correto de tomarmos uma atitude e vocês estão de parabéns por esse trabalho e estamos aqui para apoiá-los para ver se juntos alcançamos nossos objetivos de melhorar o sistema de telefonia. Não é diferente também as dificuldades do telefone móvel, pois nossa antena é de pouco alcance, no máximo de três quilômetros, o telefone móvel pega melhor na Guiana do que no Brasil, por incrível que pareça, eu mesma fui vítima de cobranças indevidas de ligações internacionais que não fiz, em mais de trezentos reais, quando ameacei na TIM que iria para a justiça, imediatamente eles reduziram minha conta, mas, todas às vezes, tinha que ir lá, até que consegui efetuar o bloqueio internacional e até que enfim não estão mais cobrando as ligações internacionais. Enfim, acho que estamos aqui para apoiar e para ajudar a Assembleia no que for necessário, podem solicitar qualquer tipo de informação que nós lhes forneceremos, o Município do Bonfim está de portas abertas para esse tipo de atitudes, pois é nosso interesse também participar desses eventos, principalmente porque estamos na fronteira e temos muitas dificuldades em relação à segurança e a telefonia é primordial, deve andar junto com a segurança, pois temos hoje muitos assaltos, roubos e outros tipos de infrações que são atravessados para a Guiana e precisamos usar o telefone de forma emergencial, não conseguimos fazer contato com a Polícia Civil, nem com a Polícia Militar e muito menos com a Polícia Federal [...].

Nesse liame, O Senhor Vice Prefeito do Município do Bonfim Jonas Chagas declarou que:

[...] Quando se fala na telefonia em Bonfim é um problema. Aqui, para conseguirmos uma ligação no telefone móvel é muito difícil, se nós todos resolvermos ligar agora, só dois ou três conseguiram a ligação, o restante não consegue. Por várias vezes, tento falar com o Secretário Nazareno e não consigo, só quando ele está em Boa Vista, por que é muito difícil ligar dentro do Município. A cobertura da TIM é fraca, porque deveria dar cobertura em todo o Município e não somente na sede, e a cobertura mal dá conta da sede, quanto mais no Município todo. Neste momento agora aqui, não estou recebendo ligação, de vez em quando chegam algumas mensagens dizendo que alguém me ligou, então, a TIM está

precária e no Município só temos a TIM e temos que ver como podemos cobrar deles essa melhor cobertura, não só a questão da cobertura da sede do Município, mais também a cobertura para as vilas, para as comunidades indígenas. Quando a TIM veio para prestar o serviço no Bonfim, não significa que é só a sede, o Bonfim é muito extenso, engloba a Vila Vilena, Vila São Francisco, a comunidade do Maruá, Nova Esperança e todos necessitam de telefone móvel e o serviço da operadora está bastante precário. A gente que viaja para outros estados, anda às vezes no meio do mato e consegue fazer ligações, se ficar no prego no meio da estrada tem como pedir socorro, aqui não temos isso. Em relação aos telefones fixos, vou falar da Vila São Francisco lá tem seis orlhões fora alguns convencionais de residências e quando o dia fica nublado, eles não funcionam, é muito difícil conseguir uma ligação. Acho que telefone fixo lá funcionando é coisa rara, raramente funciona o da CER, então isso é muito difícil e quando esses telefones ficam sem sinal, passam de dois dias sem funcionar. O Bonfim é muito extenso e além de não ter telefonia móvel no interior não temos também o telefone fixo para dar assistência a população. Então, a situação do Bonfim é muito difícil, pois ficamos impossibilitados muitas vezes, de trabalhar dessa maneira. Nas comunidades indígenas, a situação é a mesma. Há pouco tempo, colocaram um telefone no Alto Arraia mais não funciona, colocaram um no Pium e tem ligar umas trintas vezes para conseguir uma ligação, falo isso por que tenho transporte na região e por várias vezes acontece alguma coisa com o transporte ou eles têm alguma necessidade para pedir socorro e eles têm que mandar mensagens através das pessoas que passam por lá, só assim é que ficamos sabendo, e isso atrasa o serviço e o socorro caso ocorra alguma eventualidade. Portanto, esse é um pedido, uma indignação para quem mora no interior do Bonfim, a telefonia no Município é muito precária. Vou deixar minha indignação para a OI e a TIM [...].

Dada a palavra ao Senhor Vice Presidente da Câmara do Bonfim – Zacarias, que disse:

[...] A gente não consegue fazer uma ligação, com certeza trabalhamos com mais de dois mil indígenas que precisam de atendimento durante todo o dia e a noite e não temos nenhuma comunicação para resolver esses problemas. É preciso que se traga uma solução rápida para isso. Vejo isso no Manuá, no Moscou, Alto Arraia, Pium, Jacamim, regiões onde esses telefones não funcionam, tem dias que só conseguimos receber ligações, tem dias que nem isso é possível. Já aconteceu de passarmos meses e meses sem telefone, com certeza nosso Deputado irá nos ajudar e falará por nós, dirá que realmente estamos precisando de ajuda, torcemos, para que lutem por nós, que não nos esqueçam, é esse o pedido das áreas indígenas, pois um dia vocês também podem precisar da gente. Aqui da sede do Município, para fazermos uma ligação para Boa Vista é muito difícil, tem dia que consegue, tem dia que não. Então esse é nosso apelo, de todos os municípios do Bonfim. Elegemos representantes para falar por nós, para dizer que precisamos de uma situação melhor nas nossas comunidades. Nosso pedido não é só para a telefonia, mas, também, para as estradas, se não tiver estradas, não temos saúde, se não tiver saúde não tem escola, pois precisamos da estrada para fazer o transporte das pessoas e já que os Deputados estão aqui, vamos reivindicar nossos direitos, o povo está nos cobrando e a gente tá cobrando dos Deputados, que irão

cobrar ao Governador, que vai cobrar ao Presidente. Esse é nosso trabalho. Com certeza fico feliz e grato pela iniciativa dos Deputados em trazer esse tipo de audiência para cá, para o povo saber que é nosso direito, que precisamos. Tem alguns Deputados que esquecem do povo que confiou neles e não é isso que estamos vendo hoje, pois vocês estão aqui, e é isso que a gente quer, que vocês venham colocar para o povo como funcionam as coisas [...].

A população expôs suas reivindicações e dificuldades pertinentes quanto aos serviços de telefonia prestados. Observa-se:

[...] O Senhor Francisco Pereira da Silva- O que tenho a dizer como usuário da única operadora de telefonia móvel do nosso Município que é bastante louvável a atitude da Assembleia Legislativa em estar proporcionando a toda a população do Estado de Roraima, pois, não é só o Bonfim que está sendo agraciado com este grande trabalho que os senhores estão prestando à comunidade e dizer que no nosso Município a operadora Tim tem trazido grandes prejuízos aos consumidores que dela dependem, prejuízos financeiros, constrangimentos, serviços que são colocados em nossos telefones sem a nossa autorização, antena que passa dias e dias sem sinais e a gente perdendo nossos créditos, causando transtornos a nossa população, levando alguns usuários a acionarem a operadora na justiça. É um direito do cidadão cansado e estressado, procurar seus direitos na justiça contra a operadora, pois, a operadora infelizmente não dá a resposta para nossos consumidores. Portanto, parabéns a Assembleia Legislativa por estar proporcionando a nós, as respostas que tanto pedimos à operadora. Quero dizer aos senhores que os trabalhos que vocês estão realizando com esta CPI, é como se diz no popular, “é cutucar onça com vara curta” e “bater em cobra grande”, sabe que o trabalho vai ser árduo, e espero que façam um trabalho seríssimo que venha a trazer de fato benefícios para nós, população do Estado de Roraima [...].

[...] O Senhor Oscar Bresh, Secretário de Administração do Município do Bonfim- O que temos a dizer, e temos observado que todos sabem, mas que eu ainda não vi comentar aqui nessa questão é sobre a falta de estrutura das operadoras em atender a comunidade. Estrutura de que forma que nós falamos? Por exemplo, a operadora TIM que é a única operadora de telefonia móvel que temos aqui, não tem uma única sala, uma representação onde a sociedade pode chegar e levar sua reclamação ou sua sugestão. A OI, que é a nossa operadora de telefonia fixa, também não tem nenhum lugar no Município que se possa assim dizer, um comércio, lá na esquina que seja, para se comprar os cartões e trazer para vender no Bonfim, nós não temos mais isso. Não adianta colocarmos telefones, orelhões se não tem como as pessoas comprarem os cartões de telefone. A maioria das pessoas do interior, quando ligam para qualquer outro lugar quando precisam, vão ter que fazer uma ligação a cobrar, porque não se acha cartões para vender, você pode procurar em todos os comércios aqui do Bonfim, e se não tiver um comerciante com bastante dinheiro sobrando para ir lá em Boa Vista comprar cartões à vista e chegando aqui, colocar cinco centavos em cima de um cartão para disponibilizar, a comunidade não tem esse serviço. Então, aproveitando essa situação, nós gostaríamos de criticar e ao mesmo tempo, trazer uma sugestão para que essas operadoras coloquem um lugar onde se possa reclamar dar sugestões e ao mesmo tempo ter o resultado daquilo que se procura [...].

[...] O Senhor Rhomer de Souza Lima, ex-prefeito do Município de Bonfim- no nosso Município porque temos uma dificuldade imensa na questão da comunicação, principalmente na telefonia móvel, a operadora TIM que é a responsável pelo Município, tem de certa forma prestado um serviço de forma precária que vem atendendo pouco a demanda, mas a situação de comunicação é muito ruim, tem dia que a gente pega um aparelho e vai para debaixo da torre e não tem sinal. Às vezes num dia só, entram 20, 30 mensagem de uma só vez. Então, são fatos que denotam a precariedade e deficiência do sistema operacional aqui, não sei se é por conta da capacidade dos equipamentos que não suprem a demanda existente, ou qual a fundamentação, já que está aqui a representante da empresa, talvez ela pudesse pelo menos deixar alguma informação para que a sociedade não ficasse tão aflita, porque em outros momentos já houve várias representações na Comarca contra a operadora em razão desses danos, desses prejuízos que vem causando. Só na minha família tem seis aparelhos desta operadora e para a gente se comunicar, é melhora saí daqui para Boa Vista, porque não dar para se comunicar. Infelizmente é um fato elementar, eu gostaria que a gente pudesse aqui dizer que temos um serviço de qualidade, mas eu acho que temos que melhorar realmente essa questão da potência para o atendimento pelo menos de forma satisfatória, porque hoje está atendendo de forma muito precária. Também na telefonia fixa, eu entendo que as comunidades também no interior, isso está preconizado na legislação da comunicação, que aonde tiver mais de 100 habitantes a operadora responsável do local, tem que acessar a telefonia para aquela população. Quando estava na gestão, solicitamos tanto da OI, quanto da EMBRATEL que fizesse a locação de um aparelho telefônico para que houvesse a comunicação nas comunidades indígenas e colônias mais distantes, isso foi em 2007, no ano passado colocaram na localidade do Jabuti, este ano no Pium e no Alto Arraia, mas ainda tem Jacamim, Marupá, Apú, Água Boa, Taboca, enfim, outras comunidades que ainda estão sem comunicação, e isso é muito importante porque essas regiões são muito inóspita, não tem acesso de transporte e ocorre o incidente de doença ou algo assim, pelo menos teria um canal de comunicação para que essas pessoas chamassem o socorro, e também para interagir com as atividades administrativas do município. Então, voltando a telefonia móvel, procuramos a representação da TIM em Boa Vista no sentido de requisitar aparelhos e linhas telefônicas para o município, eu passei uma semana ligando para “a”, “b”, “c”, para o alfabeto inteiro, passando de pessoas a pessoas e chegamos a conclusão de desistir por que não dava para trabalhar com aquela operadora. Então, veja bem o seguinte, a deficiência administrativa de uma operadora, porque se o cliente está buscando uma forma de poder contratar o serviço, está buscando uma forma de poder também contratar os serviços dela, você não consegue achar uma pessoa que resolva o problema, não seria uma linha não, seriam várias linhas que têm necessidade da administração pública, infelizmente voltamos novamente na administração em Boa Vista e nos encaminharam a outra pessoa que também não resolveu. Fomos três vezes, e aí desistimos. Isso é realmente uma situação que é necessária, e já que tem uma representante aqui, que ela leve essas reivindicações, e ao invés deles ficarem embromando, deveriam procurar o cliente para prestar seus serviços, à que tem pessoas interessadas e eu tenho certeza que muitas pessoas

aqui, ainda gostariam de ter uma linha, mas com essa situação, estão migrando para outras operadoras. Temos uma demanda aqui na região centro do município, que envolve a Vila São Francisco, Nova Esperança, comunidades indígenas, Pium, Moscou que tem uma demanda que daria pelo menos uns quinhentos usuários e se tivesse alguém da operadora interessada, ali é uma oportunidade muito boa de mercado, hoje já tem uma demanda dessa e com o serviço prestado lá, tenho certeza que duplicaria, porque hoje a comunicação é uma ferramenta necessária para o cidadão na área hoje que temos. Então, é necessário realmente que se haja uma preocupação e que as empresas prestadoras de serviços procurem olhar com melhores olhos seus clientes, porque é através dos seus clientes que elas sobrevivem, e agora, prestam maus serviços e querem cobrar taxas, e a gente fica ligando para um, pra outro, cai a ligação, você tem que repetir a ligação e isso é prejuízo para o usuário. Então, a prestadora tem que cuidar bem dos seus clientes, porque um bom negócio só é melhorado quando serve bem a sua clientela [...].

No Requerimento de nº 001/13 às fls. 543, foi solicitada a prorrogação de prazo dos trabalhos da Comissão e concedida pelo Plenário, em 05 de agosto de 2013, como esta amplamente aprovada às fls. 549 a 551.

Noutro giro, no dia 23 de agosto de 2013, às 10 horas, às fls. 597, foi realizado a quinta audiência pública no Município de Pacaraima acoplando o Município de Uiramutã. Várias autoridades estiveram presentes e reuniram-se para expor as dificuldades existentes nos Municípios (fls. 597 a 607) no que diz respeito aos serviços das empresas de telefones.

Ressalta-se que o Senhor Prefeito do Município de Pacaraima, Altemir Campos, frisou alguns problemas pertinentes ao Município, quais sejam (fl.599):

[...] Em Pacaraima, eu lhe garanto que não temos 50% de atendimento na telefonia, a situação está muito difícil, complicada. Considero essa iniciativa dos Senhores como o caminho certo para resolver o transtorno. Agradeço a presença de vocês para discutir a situação, e a iniciativa de trabalharem por todo o nosso Estado é a forma para colocar tudo para funcionar, pois, conforme o Presidente Paulo Camilo falou, é muito dinheiro que essas empresas cobram para prestar um mau serviço. A prefeitura conta também agora com uma empresa que está cobrando impostos que não são repassados para a prefeitura, eu creio que outros prefeitos estão trabalhando também em cima desses recursos. A prefeitura de Pacaraima foi a primeira do Estado que começou esse trabalho com uma empresa de Fortaleza que está fazendo esse levantamento, e já está repassando para a prefeitura os recursos que a empresa tem que devolver aos cofres públicos do município. Os Senhores estão nos dando uma ajuda muito grande diante da prestação do trabalho que é de péssima qualidade [...].

Não obstante, às fls. 600, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Pacaraima, Israel Lima da Silva, disse:

[...] foi através de requerimento de plenário que fiz a solicitação para que a CPI viesse aqui ouvir a nossa população. Eu tenho certeza que haverá espaço para vocês colocarem suas reivindicações para que possamos ter uma telefonia de qualidade no nosso Município.

Ao ser dada a palavra ao público, várias perguntas foram feitas na audiência pública, a população se manifestou com as seguintes indagações:

[...] O Professor e Coordenador Pedagógico (Luiz Alvino de Souza Neto). O meu questionamento é para fazermos uma reflexão sobre a telefonia móvel, principalmente no que tange à internet. Pacaraima

é um corredor do linhão de guri por onde passa a fibra ótica, enquanto nós municípios de Pacaraima estamos desprovidos do uso dessa tecnologia, mas com um diferencial, é que nos nossos dispositivos móveis pagamos a mesma taxa que se paga nos demais municípios do Brasil que dispõem da tecnologia 3G e 4G, entretanto não dispomos dessa tecnologia aqui. Por que o linhão que passa no nosso corredor, mas Pacaraima não tem banda larga por fibra ótica? As escolas públicas do nosso município são equipadas com sistema de banda larga, mas não se consegue conexão, mesmo utilizando antenas de satélite da OI, a gente não dispõe de conectividade. São recursos caríssimos, temos 4 ou 5 antenas. Embora o linhão passa aqui, a gente está numa situação geográfica desprovida em função de ser uma região de serra, por que a gente não dispõe dessa tecnologia? Na nossa maloca não chega o sinal da VIVO, nem da TIM, aqui temos um vereador representante da comunidade indígena, nossas comunidades são mal atendidas com o serviço da OI, temos apenas um orelhão público, esse serviço poderia muitas vezes salvar vidas porque a comunicação serve também para esse fim. Muitas vezes nas comunidades indígenas precisamos solicitar o deslocamento de uma unidade do SAMU, mas não se tem serviço de comunicação. Estamos no Noroeste do Estado de Roraima e não dispomos comunicação, quem está no Uiramutã, pior ainda. Não podemos mais aceitar o monopólio das empresas. O que corre na rádio pipoca do município é que a gente teve uma concessão da VIVO por isso que não temos outra operadora, agora temos outra operadora que também não nos serve. A exemplo de Leticia e Tabatinga, cidades próximas, onde alguns moradores conseguiram na justiça uma quebra de valores, porque quando se ligava de um lado da fronteira para o outro se pagava DDI, e a gente tem a mesma problemática. Dos três turnos da escola temos um total de 323 alunos venezuelanos ou brasileiros que residem em Santa Elena, e a gente precisa manter comunicação com o outro lado da fronteira, o pulso que a gente paga é DDI [...].

[...] O Carlos Leite de Araújo Alves é da instituição, da escola, faz não uma pergunta, mas um comentário, uma reclamação: “Não conseguimos fazer ligações de um estado para o outro. E sobre a INTERNET de aparelho móvel?” Enfim, ele reclama que não consegue fazer ligações de um Estado para outro, também a INTERNET não funciona bem; A Saron Almeida de Souza, que tem uma caligrafia muito bonita, parabéns. A pergunta é: a qual órgão podemos recorrer? Por que em Pacaraima a antena da VIVO não atende toda a população? Por que nas escolas não há banda larga? A Juliana Dionísio de Andrade, também aluna da Escola Cícero Vieira Neto, faz uma sugestão de melhoria nas ligações internacionais, pois quando liga diz que optamos por não realizar a chamada e não conseguimos ligar. A Sandy Cláudia pergunta: Por que em Pacaraima não temos INTERNET 3G, uma vez que aqui há uma população que utiliza a rede da VIVO? O Eliezer de Souza pergunta: por que as recargas para celular estão tão caras? Reclama do preço das recargas de celular. Senhor Presidente, uma sugestão da Ariely e Eduarda Ferreira, as duas apresentaram a mesma sugestão, que é colocar antenas telefônicas nas comunidades indígenas. Parabéns, elas se preocupam com as comunidades indígenas, pois são as que mais sofrem por não terem acesso algum à comunicação primordial. Também pedem para melhorar a telefonia fixa no município, que é precária. Pedem para melhorar o atendimento nas empresas telefônicas. Querem saber o que a CPI

tem feito de diferente sobre a telefonia nos nossos municípios [...].

A prorrogação de prazo dos trabalhos da Comissão foi solicitada via requerimento de nº 002/13 a fl. 621, e concedida pelo Plenário em 21 de agosto de 2013, amplamente aprovada, as fls. 597 a 607.

Por fim, a sexta e última audiência pública aconteceu no dia 08 de junho do corrente ano, no Município de Boa Vista, conglomerados os Municípios de Alto Alegre, Mucajai e Cantá às fls. 736 a 757, diversas autoridades estiveram presentes. Os Municípios acima citados elencaram muitos fatores que levam à má prestação dos serviços de telefonia na região.

Inicialmente os Deputados presentes na audiência pública discursaram, primeiramente, o Senhor Relator Flamarion Portela (fls. 738 e 739) observou:

[...] Quero apenas fazer algumas complementações. O Brasil, no ano de 2000, tinha 23 milhões de linhas de telefones celulares. Em 2002, nós já tínhamos 240 milhões de linhas de celulares. Em maio de 2013 deste ano, nós atingimos 265 milhões de linhas de celulares, enquanto a população brasileira, agora no mês de julho, foi projetada pelo IBGE em 201 milhões de habitantes. Portanto, nós temos um percentual elevadíssimo de linhas em relação à nossa população. E o que chama a atenção também, é que, nos últimos 10 anos, os investimentos aplicados no setor, correspondem somente a 63%. Enquanto a receita do sistema de telefonia móvel no Brasil teve um incremento de 257%, ou seja, há uma nítida defasagem entre aquilo que se fatura e aquilo que retorna para tornar o sistema mais eficiente, o serviço mais seguro e de qualidade para o usuário que paga toda a conta. Nós temos um dado que também chama a atenção. Desses 265 milhões de linhas, 82% desse universo são de telefones pré-pagos, utilizados por cidadãos que pagam o serviço à vista, e não sabem como é que vai usar, porque não há uma transparência. Ele não recebe nenhuma informação, até mesmo através do celular. Como aquele valor de 20 reais, de 30 reais que ele colocou, foi gasto? Já no serviço pós-pago, você recebe uma lista de ligações feitas, uma demonstração de como você gastou. 82% das linhas telefônicas são pré-pagas, mas o usuário não tem nenhum controle sobre a utilização. Isso é uma questão que nos deixa perplexos, porque tecnologia e condições eles têm para informar.

Outra coisa que nos chama a atenção é essa defasagem entre o faturamento e o retorno. O Japão, por exemplo, tem 400 linhas por torre, ou seja, cada torre, senhor Ademir Teles de Menezes, só cobre 400 telefones. Depois nós temos a Espanha, onde cada torre só cobre 460 telefones. Nos Estados Unidos, uma torre cobre cada mil linhas, o dobro dos dois países que citei anteriormente. No Brasil uma torre cobre cada 5 mil linhas. E aí, em nível nacional, as operadoras dizem que têm problemas com a Secretaria do Meio Ambiente, que procuraram a legislação municipal e não existe, procuraram fazer implantação de torres e encontraram dificuldades na legislação e na aprovação. Mas, não há um esforço para superar o problema, e a população fica pagando caro por isso. Nós, em Boa Vista ou em qualquer cidade brasileira, às vezes estamos falando no celular e, de repente, a ligação cai. É porque saímos da área de cobertura de uma torre e entramos em outra que não tem vaga, não tem nenhum canal aberto, por isso a ligação cai. Esse é realmente um comprometimento do serviço oferecido. Vocês se lembram da portabilidade? Apareceu para a sociedade brasileira como um direito, que isso era imprescindível ser realizado. Entendemos o direito de escolha, do cidadão. Se ele está na TIM, quer ir para a OI, ou se está na OI, quer ir para Claro, está na Claro e quer ir para a VIVO, tudo bem! Mas, sabem o que acontece, meus caros amigos? É aí

que está o grande nó, a portabilidade se transformou num grande faturamento para as operadoras, na mina de ouro das operadoras. Por quê? Porque quando você faz uma ligação achando que o telefone é da OI, ele é da TIM, porque o número, aparentemente, que está na nossa mente, pertenceria a OI, mas é da TIM. Você está fazendo equivocadamente uma ligação achando que está dentro de seu plano. Por isso que tem gente que diz que colocou 15 reais e o crédito acabou rapidinho! Claro, porque devido à portabilidade, você está ligando para um conhecido seu que acha que é usuário da tal empresa, só que ele fez a portabilidade e não é. Aí você diz, meus 15 reais sumiram em quatro ou cinco ligações [...].

Ademais, o Senhor Deputado Brito Bezerra (fl. 740) destacou a mensagem deixada a esta Casa, sob a presidência do Deputado Chico Guerra, “de que várias audiências públicas nós já fizemos aqui, já debatemos assuntos de grande importância para o nosso Estado, atendendo às reivindicações da sociedade...”. Disse ainda, às fls. 740 a 741:

[...] Esta Casa está de parabéns por tantas audiências públicas que já fizemos. E claro, entendo que não poderia ser diferente, por ser esta Casa do Povo. Hoje, estamos aqui com uma CPI aberta, em audiência pública, o que é mais um avanço nesta Casa. Essa é a primeira CPI aberta e esperamos que a próxima também, seja. Nós estamos atendendo ao pedido de pessoas que estão aqui acampadas há mais de 15 dias nesta Casa, solicitando a abertura de uma CPI, tal qual foi aberta a CPI da telefonia em nosso Estado. Esse é o nosso anseio. Mas, quero destacar aqui nossas viagens ao nosso interior. Viajamos por todo o interior do Estado, fomos a Rorainópolis, São Luiz do Anauá, São João da Baliza, visitamos o Bonfim. Enfim, ouvimos a população de nosso Estado. Doutor Ademir, Vossa Excelência, é o representante da Promotoria do Consumidor. Nós ouvimos relatos de pessoas que dizem ter perdido até vidas por falta de comunicação. Pessoas que tinham problemas graves de saúde, não tiveram como se comunicar com Boa Vista para que uma ambulância fosse deslocada até o município ou até uma vicinal. Pessoas perderam a vida porque não havia cobertura nessas redes de telefonia que cobrem o nosso Estado. Portanto, esse é um assunto de muita relevância, porque envolve a vida das pessoas. Mas, a meu ver, é muito simples de se resolver, não há mistério algum. Nós temos 44% de tributos em cima de uma conta de telefone. Isso é o cúmulo do absurdo. Vejam bem a voracidade que tem o Poder Público de arrecadar. Se fosse para devolver em benefício para o nosso povo, como seria bom 44% da arrecadação. Segundo o Coronel Chagas, esse tributo não é reinvestido. Então, para onde vai esse recurso? O Poder Público dá outro fim, quando seria necessário investir na melhoria da qualidade da telefonia móvel e fixa e na Internet do nosso país. Primeiro, temos que diminuir esses tributos. O Coronel Chagas falou que se diminuirmos 5% a cada ano, essa redução não vai sequer prejudicar os Estados no faturamento do bolo. Por quê? Porque a telefonia cresce mais de 5% ao ano. Portanto, é algo óbvio e lógico. Podemos fazer isso sem causar prejuízos aos Estados em relação aos investimentos? Podemos. E por que não se faz? Falta vontade política. Então, nós, políticos, representantes do povo temos que nos engajar nessa campanha e temos que diminuir os tributos que se inserem na conta da energia. Então, essa seria uma parte da solução. Qual seria a outra? Diminuir os lucros bilionários dessas empresas que trabalham no segmento de comunicação de nosso país para que, uma parte desses lucros, fosse investida também na melhoria da qualidade da telecomunicação. Por que o Brasil tem 5 mil antenas e os Estados Unidos só tem mil? O que vocês acham? Porque há políticos sérios lá que cobram e dizem:

Olha, aqui não! Aqui, se quiser ganhar dinheiro, tem que prestar um bom serviço. Em nosso país, ficam os políticos questionando: será que dá certo? Ai chega a empresa de telefonia e diz: dá, vamos trabalhar. E a campanha está se avizinando e o político deixa passar. Tudo é lei. O marco regulatório está mal feito (...)

O Senhor Promotor de Defesa do Consumidor e da Cidadania, Doutor Ademir Teles de Menezes, fez uso da palavra ainda às fls. 742 a 744, relatando os problemas existentes no Município de Boa Vista e o número exorbitante de processos tratando sobre os serviços prestados pelas telefonias:

[...] Eu gostaria de fazer uma observação inicial. Eu tenho aqui, na minha relação de composição da Mesa, a presença da VIVO, da CLARO, mas não tenho a presença da TIM e nem da OI. Eu não sei se essas empresas também foram convidadas, mas acredito que tenham sido. Não sei se eles têm algum representante aqui, no Plenário. Provavelmente, tenha alguns olheiros para levar informações sobre aquilo que foi tratado, porque eles não se fizeram presentes, o que, a meu ver, demonstra aquilo que eu tenho convívio no dia a dia, ou seja, descaso com esse país, com a população brasileira, com a população roraimense. É assim que essas empresas nos tratam, infelizmente. Eu fiz essa observação, porque os telefones da TIM, desde quarta-feira da semana passada, não completam a ligação. Ao invés de ser uma empresa de telefonia, ela se transformou numa empresa que te manda uma mensagem: Te ligo. Na TIM, se alguém ligar para você, a probabilidade hoje de conseguir completar a primeira ligação é muito pequena. Então, ela não é mais uma Companhia de telefonia, mas uma companhia de recadinho. Eu falo isso, porque sou cliente dela, e estou vivendo isso na pele, infelizmente. Parece que isso não é nada, Deputado Flamarion, mas lá na minha promotoria, ontem recebi uma reclamação de uma senhora, cujo marido brigou com ela, porque, segundo ele, a esposa passou a manhã com o telefone desligado. Até um simples conflito desses, essas empresas conseguem trazer para dentro da nossa família. Por quê? Porque ligamos e o telefone está desligado, ou seja, isso é tratar o consumidor como palhaço, como um nada. Nós, nos PROCONs e lá na promotoria, conversamos com esses consumidores e recebemos essa informação. São tantos os problemas de telefonia que a gente passaria talvez a tarde elencando esses problemas sobre o crédito pré-pago; Imagine o consumidor! Eu compro um serviço, mas a Companhia me diz que se você não usar em 9 dias, em 20 dias, perco o meu dinheiro. Mas que negócio louco é esse? Eu ajuizei uma ação contra a VIVO, em primeira instância, mas, para nossa infelicidade, o juiz julgou improcedente essa ação. E eu recorri. Agora, está no Tribunal de Justiça. Espero que o Tribunal de Justiça daqui copie a decisão do TRF, que agora declarou, em nível de justiça federal, por conta de uma ação do Ministério Público Federal, que o crédito pré-pago não pode ter prazo. O prazo é o consumidor utilizar. E vejam só, Senhores Deputados, autoridades aqui presentes, Senhores Vereadores, Vereadora Aline, cidadãos, os senhores me desculpem, mas eu vou usar um termo chulo aqui. Essa é a sacanagem que fazem com a gente, principalmente com as pessoas mais humildes, porque quanto menor o valor, menor o prazo de validade do crédito. Isso penaliza as pessoas mais pobres, mais carentes. Que coisa mais estúpida que esta nossa ANATEL deixa acontecer, Deputado Flamarion? Como eu disse quando eu fui inquirido aqui, porque essa legislação, feita a quatro mãos, da dupla interpretação, mas a favor de quem? De você consumidor? Não, a favor da empresa de telefonia. A portabilidade que o Deputado Flamarion falou

que virou uma mina para as empresas virou um problema para o cidadão, sabe por que Deputados? Porque além daquilo que o senhor colocou, hoje o cidadão faz a portabilidade e a empresa acha que pode exigir um prazo de fidelidade desse cidadão. Você mudou da TIM para a CLARO e, a CLARO quer que você fique um ano cliente dela. Eu estou com uma reclamação formal a esse respeito contra essa empresa. Onde está a minha liberdade de escolha? A minha liberdade constitucional de dizer não, quero mais, essa companhia vai para onde? Para o buraco? Quem são essas empresas para fazerem isso conosco? Mas, é isso que nós temos vivido no Brasil, eles pegam filé-mignon, mas na hora de compartilhar o osso, ninguém quer, Deputados. Conte na CPI e vou contar aqui, para a população, que em 2010 eu fui designado para trabalhar na eleição no Município de Caroebe. Estava uma equipe da Polícia Militar, outra da Polícia Civil trabalhando lá, e eu. E, como eu não era cliente da OI, comprei um chip da referida empresa para poder me comunicar com Boa Vista, inclusive, do ponto de vista profissional, para pedir mais apoio. Resultado? Nem eu, nem o Delegado Federal, nem os agentes conseguíamos falar. O telefone estava completamente mudo e fomos atrás de informação. E, obtivemos a informação de que existe telefonia celular em Caroebe, só que se tiverem mais de sete pessoas falando, não há mais porta de entrada para ligação, ou seja, se tiverem sete ligações em andamento, sente e espere que alguém desligue para, quem sabe, conseguir um contato seu. Sabe por que isso, Deputado Coronel Chagas? Porque as companhias assinaram um protocolo, na ANATEL, de interiorização da telefonia celular, só que este protocolo não diz qual a condição que essas companhias tinham que atender. Então, foram lá, colocaram uma torrezinha que só cobre sete ligações telefônicas e disseram para a ANATEL que interiorizaram e estão prestando serviço de telefonia móvel em Caroebe, em Rorainópolis, em Alto Alegre. E, a ANATEL não pode fazer nada, porque realmente lá existe um serviço de telefonia, embora não valha nada. São tantos os problemas, ligações que o cidadão não fez e vem na conta etc. Eu trouxe dois vídeos que retirei da internet e peço permissão para mostrá-los, em relação à telefonia brasileira. Vai ter alguns sons de pim, porque há palavrão e eu não podia trazer para esta Casa palavras de baixo calão. Mas por favor, entrem na internet e ouçam com os palavrões também, isso se a internet de vocês funciona [...].

Deste modo, a Senhora Edilene Nascimento da Costa, representante do PROCON de Boa Vista, relatou as reclamações feitas a este órgão, quanto às empresas que prestam serviços de telefonia:

[...] pois, como representante do PROCON em Boa Vista, sei que todos os dias no nosso órgão vivenciamos problemas, decorrentes de falhas nos serviços de telecomunicação. De forma que essas reclamações, hoje, representam 80% das reclamações feitas por nossos consumidores. E, prezando por uma boa atuação, em respeito ao Código de Defesa do Consumidor, queremos deixar registrado que os princípios básicos que a Lei defende, quando fala em prestação de boa qualidade de serviço, estão sendo totalmente desrespeitados. O que tenho a dizer, de forma específica, considerando nossa realidade local, é que a maioria das reclamações que nos chegam, trata-se de cobranças indevidas, onde o consumidor adere a um plano e, posteriormente, na sua fatura, é surpreendido por seguros que nunca aderiu e chegamos ao absurdo de termos cerca de dez ou mais consumidores que para fazer o cancelamento, que é um direito adquirido e pode ser feito através do SAC, levam mais de uma hora para serem atendidos. Isso quando conseguem atendimento. Na maioria

das vezes, esse cancelamento só é efetuado após o consumidor procurar o PROCON para fazer esse serviço, quando na verdade, nós sabemos que se ele quiser cancelar, essa empresa tem que, de forma imediata, realizar o cancelamento. Além desses casos, nós atendemos consumidores que, por falta de esclarecimentos, recebem ligações de operadoras fornecendo serviços aos quais os consumidores não estão interessados e, quando se negam a aceitar, quase sempre são surpreendidos na fatura seguinte com serviços que a empresa diz que eles aderiram, quando, na verdade, eles não compactuaram com isso. E, mais uma vez, o consumidor precisa ir ao órgão de proteção questionar tal cobrança. Quanto à má prestação de serviços, a demanda no PROCON é bem significativa. Isso é notório e de conhecimento de todos, pois todos têm celulares, usam a internet e sabem o quanto as operadoras deixam a desejar nesse assunto [...].

A Ordem dos advogados enviou seu representante, o Senhor Doutor Rawlins, Presidente da Comissão dos Direitos de Defesa do Consumidor, relatando várias providências que a Ordem está tomando no que tange aos serviços prestados pelas Empresas Telefônicas. Disse:

[...] Nós fizemos uma solicitação à Agência, via ofício, no entanto alegaram que o representante da ANATEL aqui, em Roraima, estaria doente. E, tivemos ainda o privilégio de termos um representante da Ordem dos Advogados do Brasil nesta reunião, fizemos vários questionamentos, no entanto, no final, não nos convenceram... Questionamos a atuação da ANATEL e, para a nossa surpresa, eles não sabiam informar se havia alguma fiscalização precisa em andamento, ou quantas já teriam sido feitas. Nós questionamos também a capacidade da antena, se eles tinham como identificar realmente se o número de usuários que estariam usando a telefonia móvel seria suficiente para a estrutura das operadoras comportarem e, dentre outros questionamentos, percebemos que a maioria das respostas eram evasivas. Em virtude disso, nós oficiamos à ANATEL, pedido para que nos enviasse um Relatório de fiscalização e de PADO, Procedimento Administrativo por Descumprimento Obrigacional, mas também não souberam nos informar. Eles responderam que neste momento não tinham uma resposta e enviaram o ofício para a ANATEL em Brasília, e nós continuamos aguardando essa resposta. Já com relação às operadoras, nós fizemos também uma reunião com todos os representantes e tivemos o privilégio de termos todos os representantes lá. Nós questionamos a qualidade do serviço e que enfrentavam entraves burocráticos na Secretaria Municipal de Gestão Ambiental com relação à liberação de antenas, também via ofício e, para nossa surpresa, a resposta do Secretário Municipal de Gestão Ambiental foi que desde o ano de 2011 para cá, não há nenhum registro de pedido de instalação de novas antenas. Eu estou falando tanto de antenas, porque embora não tenhamos o conhecimento técnico, fizemos uma pesquisa e podemos identificar o que o Coronel Chagas disse. Que para melhorar a qualidade dos serviços, precisam ampliar o número de antenas. Também quero ressaltar que houve uma CPI na Câmara Municipal de Porto Alegre, no dia 27 de junho, e o Presidente do Sindicato que representa as operadoras, Sindetelebrasil, o Senhor Eduardo Levir, falou o que todos nós pensamos que para melhorar o serviço é preciso aumentar o número de antenas. Essa regra é válida em qualquer lugar do mundo. Diante disso, o que nós concluímos? Que as empresas estão faturando muito, no entanto, não estão investindo em infraestrutura, em redes, que seria o correto para melhorar a qualidade do serviço. Questionamos se eles tinham um plano de serviço e eles se referiram a um plano nacional, só que nós queremos saber

da questão local, que eles identifiquem de forma precisa, o que foi investido, se essa capacidade atende o número de usuários roraimenses, mas essas informações nós não obtivemos [...].

Vários vereadores estiveram presentes, dentre eles o Senhor Presidente da Câmara de Vereadores do Município do Alto Alegre, Vereador Max Queiroz. Ele destacou os problemas constantes no município (fl. 749):

[...] As informações que temos é que houve um processo de licitação, ou um pregão, e que algumas operadoras ganharam esse processo.

Em Alto Alegre, quem opera o sinal de telefonia é a empresa Claro, e nós temos dificuldade de entregar os nossos requerimentos, as nossas indicações. Na condição de Presidente, ainda não consegui encontrar um representante dessa empresa em Boa Vista para entregar os Requerimentos e as indicações feitas pela Câmara Municipal do Alto Alegre. Estou feliz porque parece que aqui estão os representantes daquela empresa. A Câmara de Alto Alegre foi praticamente renovada, dos 9 Vereadores, 5 são de primeiro mandato. Nós temos muitos problemas no nosso Município, um deles é a qualidade da prestação de serviços de telefonia ao consumidor. Há semanas que passamos dias sem comunicação, por isso viemos aqui reivindicar a possibilidade, se o representante da CLARO estiver aqui neste momento, e pedir ajuda desta CPI e desta Casa, de instalação do serviço de internet e a expansão do sinal dos telefones no Município, porque quando nós saímos da sede, cerca de 6 a 8 km, nós não conseguimos mais nos comunicar. E por que não fazer a instalação e o sinal de internet no nosso Município? Porque lá está a Universidade Estadual de Roraima, onde muitos dos nossos pais de família estudam, então, é necessário o sinal de internet. A estrutura física da operadora CLARO é muito grande no nosso Estado. Lá, eles alugaram um terreno, colocaram uma torre muito grande, então na operadora CLARO tem condições sim de expandir o sinal de internet no nosso Município [...].

Em seguida, a palavra foi dada ao representante da Secretaria Municipal de Gestão Ambiental e Assuntos Indígenas, Senhor Maurício Pimentel de Andrade, que esclareceu sobre a utilização das antenas pelas empresas de telefônicas (fls. 750 a 752):

[...] junto à OAB, aos representantes das operadoras, acho que até ao Ministério Público, se não me engano, segundo depoimento que colhemos na CPI, que as operadoras estariam tendo dificuldades para instalação de antenas em razão de burocracia na Secretaria Municipal do Meio Ambiente, que é quem autoriza e quem libera a instalação de mais antenas. Então, a pergunta que faço é se, efetivamente, há algum requerimento ou pedido de alguma operadora junto à secretaria que o senhor você representa neste ato, que esteja tramitando e que até o momento não tenha sido autorizado, ou que esteja há mais de 30 dias tramitando na Secretaria do Meio Ambiente? O Senhor representante da Secretaria Municipal de Gestão Ambiental e Assuntos Indígenas, Senhor Maurício Pimentel de Andrade – Meu bom dia a todos. É com muita satisfação e alegria que cumprimento a Mesa Diretora desta CPI, os participantes da Plenária e todos os presentes. Respondendo a pergunta do Presidente, não há nenhuma solicitação ou reivindicação desde 2011, referente a licenciamento das antenas de telefonia. Se não há pedido de novos licenciamentos, é sinal que não há instalação de novas antenas no nosso município. E, quero parabenizar esta CPI porque muito antes do levante que nós vivemos no nosso país, como ponta pé inicial dos paulistas reivindicando o não aumento da tarifa de ônibus, onde todo o país demonstrou que sabe reivindicar, lutar

pelos nossos direitos, porque nós não nos escusamos a pagar os impostos, mas precisamos, enquanto nação, saber exigir a contra partida. E nesta Casa isso está sendo bem exemplificado com esta CPI, com a presença dos Vereadores também, que são os nossos guardiões, guardiões da sociedade. Não podemos esquecer a Secretaria do Meio Ambiente, que represento neste momento o Secretário do Meio Ambiente Municipal. O Meio Ambiente é uma questão que influi na vontade de todos nós. Observamos que, em relação à telefonia, quando vem um temporal, ou em época de chuva muito forte, algum problema acontece, porque, às vezes, não dá linha e não conseguimos ligar. Então, por mais tecnologia que exista, nós não podemos esquecer que essa questão ambiental influi [...].

Foi aberta a palavra o público, para fazer perguntas relacionados aos serviços prestados pelas Empresas Telefônicas (fls. 752 a 756), destaca-se:

[...] Senhor Solon, que está representando a Vila Esperança na região do Bonfim. Ele mora no bairro Caibé e pergunta: Por que o único orelhão que existe lá, para atender toda a comunidade, não faz ligação a cobrar sem o cartão telefônico, se há pessoas que não têm dinheiro nem para comprar pão, imagine para comprar um cartão telefônico, que custa seis reais? Para simplificar, isso é obrigação da OI. O Doutor Ademir relatou que se deslocou até o município de Caroebe, comprou um chip da empresa, mas não funcionava, porque se 10 pessoas estivessem ligando, 03 não conseguiam se comunicar. Aparentemente, perante a legislação e a agência reguladora, que é a ANATEL, a empresa está legal, porque instalou antena, vende muitas linhas, mas a estrutura instalada não dá suporte para que essas linhas estejam funcionando eficientemente. Do mesmo modo acontece com os orelhões, cuja manutenção é uma raridade. Recebemos essas demandas aqui, encaminhamos para a OI, pedimos, ligamos, cobramos, mas, infelizmente não há uma fiscalização eficiente, a exigência da legislação é fraca, não cobra aquilo que é direito da sociedade.

O Doutor Ademir Teles, Procurador de Defesa do Consumidor e Cidadania – Deputado Flamarion, os orelhões são chamados pela ANATEL de TUP – Telefone de Utilidade Pública. O que acontece? A OI, que detém a capilaridade da rede de telefonia fixa, é responsável pelos TUPs e deveria, segundo a legislação da ANATEL, instalar, disponibilizar e dar a manutenção nesses orelhões.

Nós, da promotoria, ajuizamos uma ação, fizemos um levantamento aqui na cidade de Boa Vista e verificamos, em todos os levantamentos que nós fizemos que 42% dos orelhões não funcionavam 18% não tinham o aparelho, ou seja, eles não dão manutenção. Então, ajuizamos uma ação, conseguimos na primeira instância uma condenação, a empresa foi condenada a prestar toda a manutenção e, salvo engano, a pagar uma indenização por danos morais coletivo de 200 mil reais. Não tenho certeza se foi esse o valor, mas eles, evidentemente, recorreram dessa decisão e isso está no tribunal de justiça para uma decisão em nível de segunda instância.

[...] Vamos para a pergunta do Senhor Jafé, que mora na Rua Sabiá, no Bairro Mecejana. A pergunta é sobre a quebra das cláusulas abusivas nos contratos de fornecedoras de serviço de banda larga que têm a obrigação de fornecer no mínimo 10% do que foi contratado e previsto pela ANATEL, e sobre o remapeamento de sinal para a telefonia móvel. O Doutor Ademir Teles, Procurador de Defesa do Consumidor e Cidadania – A prestação de serviço

dessas empresas é como se você fosse ao mercado e comprasse 10 quilos de batata, e o dono do mercado só tivesse a obrigação de entregar dois quilos. As empresas entregam apenas 20% do serviço que contratamos. Se lhe entregarem 2 megas de velocidade, você não entra na justiça, porque vai perder a ação e ainda vai ter que indenizar os advogados da empresa, pois ela está cumprindo uma determinação da ANATEL. A cláusula é absolutamente abusiva, mas é um abuso legalizado pela ANATEL. Por isso eu pedi lá, e peço mais uma vez, desculpa, em forma de desabafo, pois nós precisamos fiscalizar a ANATEL. Que lógica perversa é essa onde eu compro 10 quilos de batata e o comerciante me entrega, obrigatoriamente, somente dois? Agora, aqui, a prestação do serviço de telefonia funciona dessa forma. Então, Deputado, quem precisa mudar? O consumidor, que está coberto de razão, Jafé, mas nós não temos poder de mudar isso somente aqui, nem a justiça tem, a não ser que nós façamos em nível nacional. Todos os Ministérios Públicos que estão hoje discutindo esse tema, começaram a julgar a inconstitucionalidade dessas resoluções da ANATEL. Nós estamos começando a discutir, judicialmente, para ver se há uma possibilidade jurídica, porque, do contrário, o Jafé está certo, metem a mão no nosso bolso mesmo [...].

[...] senhor Reinaldo dos Santos, que mora no Bairro Raia do Sol. Ele, mais do que uma pergunta, traz uma informação sobre o que todos nós estamos vivenciando no dia a dia e, neste debate, mais proficuamente. A empresa OI cobra uma taxa muito cara e o consumidor não está satisfeito com o serviço oferecido, porque o sinal é muito ruim. O Doutor Ademir já disse, não procure outra empresa não, pois você vai cair na mesma esparrela, vai ser a mesma coisa. Infelizmente, é o sistema que tem que melhorar. Que tem que funcionar mais eficazmente. Agora, temos a pergunta da senhora Eliane Beijas: A CPI terá realmente poder para mudar algo em prol dos consumidores? Esta Casa vai nos defender? Vou dizer qual é o propósito da CPI. O propósito da CPI é exatamente esse, colher o depoimento da sociedade, dos representantes da sociedade, da sociedade organizada, para que possamos sintetizar os fatos através de um relatório, votar esse relatório e, de forma oficial, encaminhá-lo para a União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais que é a UNALE. Essa CPI, similar a nossa, já foi instalada, de acordo com a última reunião que nós tivemos em Brasília, em 16 Estados, com perspectiva de chegar a 18, e o propósito é que seja feita nas 27 Assembleias do Brasil. A partir daí, a UNALE vai sintetizar tudo isso e, como as Assembleias representam a população brasileira, nosso propósito vai ser também forçar o Congresso Nacional a investigar e a mudar essa legislação [...].

[...] a senhora Jordânia, que é uma funcionária da ALE e que faz um comentário: as ligações da VIVO estão muito ruins. Quando estamos em uma ligação, começa a cortar a nossa fala. Sem contar que, em relação às recargas, a VIVO rouba os nossos créditos. E, nesse fenômeno chamado portabilidade, o cidadão não recebe a informação, vê o um número do telefone e acha que está ligando para um número da VIVO, mas, na realidade, esse número, através da portabilidade, mudou para a TIM, para a OI e sai infinitamente mais caro do que ele está imaginando pagar, porque a portabilidade se transformou em uma verdadeira mina de ouro para as operadoras. Então, é isso que acontece. O que custa, pergunto eu, as operadoras informarem que você está ligando para um número de outra operadora? O sistema pode fazer isso, mas eles não fazem, pois é uma maneira de ganhar mais em cima da sociedade [...].

[...] A última pergunta é da senhora Raquel: muitas mais rigorosas devem ser aplicadas às empresas de telefonia que violem os direitos do consumidor, muitas altas e com rapidez na aplicação, assim fará com que melhorem o serviço? O Doutor Ademir acabou de falar sobre isso, pois se realmente o cidadão que é lesionado, como a pessoa que ele citou que foi ao supermercado e sofreu um constrangimento, buscar seu direito, e ganhar pelo dano moral que sofreu. Essa decisão não representa nada diante dos bilhões e bilhões de faturamento anual. Então, no momento em que essas multas se tornarem vultosas, como ele falou no valor de 100 mil, 200 mil, dependendo do dano, eles vão pensar duas vezes, porque nós já tivemos aqui a oitiva com o Doutor Ademir e também já tivemos a oitiva com o judiciário questionando isso. Há uma máxima que diz: “isso não é instrumento para enriquecer, mas também não pode ser um instrumento para desestimular o cidadão a buscar seus direitos na justiça, muito pelo contrário, isso tem que ser um instrumento para respeitar o direito da cidadania”. Então gente, o problema é complexo. Nós estamos poderosos. A partir da próxima semana nós vamos convocar as empresas. Em alguns vai dar dor de barriga, em outros, febre, mas com certeza, outros vão à justiça para que a Assembleia, enquanto CPI, não tenha que buscar a força o cara para depor na marra. Então, nós estamos enfrentando um sistema muito poderoso, mas com determinação e com coragem vamos buscar aquilo que é melhor para a sociedade, que é o respeito e a boa prestação de serviço, porque o cidadão paga e paga caro.

O Doutor Ademir Teles, Procurador de Defesa do Consumidor e Cidadania – Deputado, eu poderia só fazer uma complementação rápida em relação ao primeiro ponto que o senhor falou, sobre o sinal ruim da VIVO? Uma coisa que chama a atenção da gente aqui em Boa Vista e que precisa ser visto do ponto de vista técnico, e fica uma sugestão para a CPI, é ouvir, de repente, engenheiros sobre qual a razão do sinal piorar quando chove, já que estamos tratando de um sinal de rádio frequência. Se essas torres todas funcionam com sinal de frequência modulada, qual a razão para isso ficar ruim? Inclusive, qual a razão para a INTERNET se tornar mais lenta quando chove ou quando ameaça chover? Essa seria uma sugestão do ponto de vista, apenas técnico, ouvir alguém que realmente conheça do assunto. E, sobre o segundo ponto que o senhor comentou, Deputado, de começarmos a ouvir as empresas, não se surpreenda se chegar um batalhão de advogados vindos de outros Estados, porque isso não é incomum, aliás, é bastante comum, para exercer aquela pressão sobre Vossas Excelências. E, sei que aqui não tem homens covardes, vão enfrentá-los e vão fazer o trabalho que tem que ser feito [...].

Após serem relatados os problemas com as Empresas Telefônicas de todos os municípios do Estado de Roraima, foram diagnosticados os maiores transtornos enfrentados pela população, momento em que se iniciaram as oitivas das Empresas.

Nesta esteira, as fls. 779, no dia 11 de setembro do corrente ano, no Plenarinho desta Casa Legislativa, ocorreu reunião extraordinária, no qual designou-se as datas para a realização das oitivas de Empresas telefônicas que prestam serviços para o Estado.

Novamente foi solicitada a prorrogação de prazo dos trabalhos da Comissão, pedida via Requerimento de nº 055/13 a fl. 820, e concedida pelo Plenário, lido na sessão em 25 de setembro de 2013 as fls.827 a 831, em 26 de setembro de 2013, como consta amplamente aprovada nos autos.

Inicialmente, conforme fl. 792, foi convocada a Empresa de Telefonia OI, em nome do seu representante Senhora Francisca Vânia Martins Antonaccio, para que no dia 25 de setembro de 2013, no Plenarinho, prestasse esclarecimentos sobre os serviços. Conforme fls. 833 a 836, foram prestados os seguintes esclarecimentos:

[...] PERGUNTOU qual a função da depoente na empresa; RESPONDEU que é representante institucional da empresa, responsável por toda a região norte; PERGUNTADO qual o faturamento da telefonia OI em Roraima RESPONDEU que não tem como informar esses dados agora, podendo enviar posteriormente; PERGUNTADO Qual a avaliação da depoente faz sobre a ANATEL. RESPONDEU que: conhece o papel da ANATEL e como representante da Operadora OI, não tem nenhuma impressão particular sobre o trabalho da Agência e prefere não emitir opinião sobre a atuação da ANATEL, por entender que não lhe compete. PERGUNTADO se conhece que a legislação sobre a contratação de serviço de internet no tocante de entregar apenas 20% do total contratado e, ainda assim esta cumprindo a lei. RESPONDEU que como cidadã a expectativa é de receber o que foi contratado e quanto a empresa é cumprir o mínimo que foi contratado, pois o objetivo da empresa é de cumprir o mínimo para cima. PERGUNTADO quanto a Operadora pode entregar da contratação do serviço a cada consumidor. RESPONDEU que depende da localização do cidadão e depende da distância que o consumidor esta da estação central que presta o serviço, dessa forma quanto mais próximo da estação base, maior é a qualidade do serviço. Que a na telefonia tem outros fatores que não dependem da operadora, dependendo da proximidade do consumidor e aos mais distantes entregar do mínimo pra cima. PERGUNTADO qual é a média de entrega do serviço. RESPONDEU que a entrega da velocidade não depende apenas da operadora, pois a contratação passa por uma análise técnica que leva em consideração a localização do consumidor a rede disponível no local, dessa forma não pode determinar a média, porém garante que entrega no mínimo o percentual estabelecido na legislação. PERGUNTADO se na cobrança do serviço é cobrando apenas os 20% ou cobra o total. RESPONDEU que cobra o valor que está no contrato. PERGUNTADO quantos por cento de investimento foi realizado em banda larga para o estado de Roraima e do Amazonas, quando do empréstimo realizado junto ao Banco da Amazônia para ampliar a rede de fibra ótica;RESPONDEU QUE os investimentos não podem ser definidos por percentuais aos Estados, atendendo a região. PERGUNTADO qual a nacionalidade da OI. RESPONDEU que é brasileira com a participação da Portugal TELECON. PERGUNTADO quantos funcionários a OI tem no Estado de Roraima; RESPONDEU Que 329, sendo 35 diretos e 294 indiretos. Que os indiretos trabalham para empresas prestadoras de serviços; PERGUNTADO qual o número de reclamação por mês no Estado de Roraima; RESPONDEU que o serviço de atendimento ao cliente móvel, Call Center, registrou 730 atendimentos no mês de agosto sendo a resolatividade constante nos documentos que serão entregues a comissão; PERGUNTADO quem representa a empresa em Roraima. RESPONDEU que tem o Gerente de Operações em Roraima, Gerente de atendimento e o representante institucional, sendo três gerentes no total; PERGUNTADO quantas linha existem em Boa Vista e nos municípios. REONSDEU que, são 46233 clientes móveis no Estado, não existindo um registro por municípios. PERGUNTADO quantas torres a OI tem em Boa Vista; RESPONDEU que são 14 em Boa Vista, sendo 9 (nove) com tecnologia 2G e 5 com tecnologia 3G. QUE tem em seu poder vários dados que poderiam ser úteis ao trabalho da CPI e que poderá disponibilizá-los. PERGUNTADO qual é a dificuldade técnica para comunicar ao cliente quanto a portabilidade de qual a operadora pertence o telefone que ele está ligando; RESPONDEU que tem várias informações que gostaria de falar se tiver

oportunidade. que a portabilidade diz respeito a todas as operadoras e dessa forma não tem a resposta para a pergunta; PERGUNTADO o que esta sendo feito para ampliar a melhoria dos sinais [...].

Foram emitidos Editais de Convocação (fl. 796) convocando os membros da Comissão de Parlamentar de Inquérito (CPI), para participação da reunião extraordinária no dia 30 de setembro de 2013, às 15 horas, tendo como fito ouvir o depoimento do representante da Empresa Claro, Senhor Dylcio José Leal Porto, que, às fls. 873 a 875, sendo interrogado pelos membros da comissão, esclarecem os serviços prestados pela Empresa. Senão vejamos:

[...] PERGUNTADO qual a função do depoente na empresa; RESPONDEU que é Diretor Regional Norte sendo que o Sr. Rafael, presente neste recinto, responde por Roraima; PERGUNTADO qual a participação da empresa no mercado; REPONDEU que é de 6,2% sendo 29.351 cliente pré-pagos e 2.441 pós pagos PERGUNTADO qual o faturamento da telefonia CLARO em Roraima; RESPONDEU que não tem o faturamento por Estado, podendo enviar esses dados posteriormente; PERGUNTADO Qual a taxa de retorno em forma de investimento em Roraima. REPONDEU investimento de 1,5 milhões no ano de 2012 e Roraima; PERGUNTADO qual a visão do depoente quanto ao papel da ANATEL; RESPONDEU que a ANATEL é o órgão regulador e nosso desafio da operadora CLARO é cumprir a legislação. PERGUNTADO qual o número de reclamações de clientes juntos a empresa; REPONDEU que junto a ANATEL são em torno de 6 a 8 reclamações por mês, desde o início da operação da empresa em Roraima foram gerados 80 processos judiciais dos quais apenas 21 estão em aberto e no PROCON apenas 1 em aberto; PERGUNTADO qual o total de cliente em Roraima, bem como, qual o total de antenas no Estado; RESPONDEU que tem um total de 31.695 linhas, sendo um total de 15 ERB's ao todo e 12 torres em Boa Vista; PERGUNTADO como a empresa atende o cliente no Estado; RESPONDEU que tem uma loja CLARO em Boa Vista e 10 parceiros que atendem os clientes e buscam resolver as demandas existentes; PERGUNTADO quanto a questão de portabilidade se não haveria uma possibilidade de avisar o cliente para qual a operadora ele esta ligando. RESPONDEU que dentro da rede da empresa a ligação para os cliente pré pagos custa 0,21 centavos, independente do tempo de ligação, dessa forma a empresa busca baratear os serviços prestados [...].

Às fls. 794 dos autos do processo, verifica-se o ofício que convocou a Empresa VIVO, que foi representada pelo Senhor Enylson Flavio Martinez Camolesi (fls. 907 a 911) para que no dia 25 de outubro de 2013, às 15 horas, nesta Casa Legislativa, prestasse esclarecimentos e informações sobre os serviços fornecidos pela empresa:

[...] PERGUNTADO qual a função do depoente na empresa VIVO; RESPONDEU que é Diretor de Relações Institucionais e relações corporativas com sede em Brasília e São Paulo; PERGUNTADO quem representa a empresa em Roraima. RESPONDEU que é a Senhora Margarida, presente nesse recinto; PERGUNTADO qual a participação da VIVO no mercado de Telefonia Móvel em Roraima, e a Internet; REPONDEU que é de 65% do mercado; PERGUNTADO qual o faturamento da telefonia VIVO em Roraima RESPONDEU Não tem os dados de faturamento, porém informa que a empresa VIVO gerou 22 milhões em 2012 ICMS no Estado; PERGUNTADO Qual a taxa de retorno em forma de investimento para Roraima na melhorar do sistema e em valores absolutos. RESPONDEU taxa de retorno varia em torno de 4,8% do total investido. Que houve um investimento de 5 milhões em 2012 em infraestrutura e fará apresentação do

plano de investimento para o ano de 2013 e 2014 em Roraima; PERGUNTADO qual a avaliação do depoente quanto a fiscalização da ANATEL? se ela cumpre o seu papel; RESPONDEU que tem 25 ano de telecomunicação. Que a ANATEL atua fortemente na fiscalização, pois existem muitas aplicadas e as empresas são autuados, inclusive implantou um plano de melhoria de qualidade e a impressão do depoente e que a ANATEL cumpre o seu papel de fiscalização; PERGUNTADO qual a nacionalidade da Operadora VIVO; RESPONDEU que pertence ao grupo Telefônica da Espanha que é o acionista majoritário, com participação de empresa brasileira; PERGUNTADO Qual o número de funcionário que tem a empresa VIVO em Roraima? Existem terceirizados? Quantos? RESPONDEU que são 28 funcionários próprios e funcionários terceirizados. Que não sabe informa o número de terceirizados, porém, são 19 pontos de revenda e parceiros de manutenção; PERGUNTADO qual o número de reclamações que a empresa VIVO em Roraima recebe por mês; RESPONDEU que nos PROCON's foram 66 reclamações no mês de agosto e que os dados de janeiro até agosto serão repassados juntamente com outros já fornecidos a CPI na apresentação; PERGUNTADO quais os motivos de tantas reclamações no PROCON e no Call Center da empresa; RESPONDEU que no Call Center as reclamações maiores são relativas a contestação de contas e planos. Que a empresa tem um número de reclamações não resolvidas muito baixo. Que no mês de agosto todas as 66 reclamações foram resolvidas. QUE desconhece se há alguma reclamação contra a empresa na justiça que tenha passado do pelo PROCON, havendo demandas judiciais cujos clientes não procuraram resolver suas reclamações na empresa; PERGUNTADO por que continuam vendendo linhas diante da precariedade do sistema, não se poderia limitar o número de linhas; RESPONDEU que a empresa tem a maior cobertura no Estado, pois foi a empresa que mais investiu em Roraima e tem, em razão disso o maior número de clientes. Que haverá um investimento com instalação de novos sítios nos bairros Bela Vista, Caraná e vila Equador. QUE a empresa busca trazer as tecnologias de ponta. Que a venda esta em sintonia com a capacidade do sistema, sendo que a ANATEL fiscaliza esse indicador de metas estabelecido no plano de metas de melhorias da ANATEL. QUE na região ocorrem acidentes relacionados ao rompimento das linhas de fibras óticas. Que inexistente na região norte o Backbone, que é o canal de transmissão da região como outras regiões países, sendo hoje a comunicação feita por fibra ótica ou satélite. Que os maiores problemas são decorrentes da infraestrutura que ainda esta sendo construída e a deficiência da infraestrutura da energia elétrica. Que a queda de energia causa transtornos técnicos que não dependem dos equipamentos da empresa. PERGUNTADO quantas linhas existem na telefonia móvel da VIVO em Roraima?

RESPONDEU que são 339.699 mil linhas, sendo 305.213 mil de linhas pré-pagas e 34.486 de linhas pós-pagas no mês de julho. PERGUNTADO qual é o número de linhas por torres/antenas em Roraima RESPONDEU que a quantidade de cliente em Roraima dividida pelo número de antenas vai dar um numero grande, no entanto, esse número por si só não é determinante para definição da qualidade. QUE a tecnologia de ampliação da capacidade da antena pode ser potencializada, instalando equipamentos que fazem essa ampliação. Que a VIVO esta ampliando a sua capacidade nos 32 sítios existente e ampliando o número de torres. PERGUNTADO quanto a portabilidade, qual é a dificuldade da empresa,

porque não informa de qual a operadora pertence o telefone que o cliente está ligando RESPONDEU que a empresa reconhece que o custo de ligação fora da rede é alto. Que a dificuldade técnica é por não existir uma tecnologia de informação e encaminhamento de chamada. Que as empresa colocam algum dispositivo que passam essa informação como uma música ou um sinal. Que a solução dessa questão esta relacionada como a concorrência entre as empresa, dessa forma a solução é questão de tempo. PERGUNTADO no que diz respeito a cobertura a legislação prevê 80% da área urbana, no entanto, percebemos uma grande carência no setor e vivenciamos quedas de ligação, porque que isso acontece? RESPONDEU que em Boa vista a cobertura urbana é próximo de 100% que poderá passar os dados específicos posteriormente; PERGUNTADO em quais municípios a VIVO atua no Estado de Roraima; RESPONDEU que além de Boa Vista atua nos municípios de Caracarái, Cantá, Mucajái, Pacaraima, Rorainópolis e Uiramutã. Que não tem o planejamento para crescer a outros municípios em razão da falta de infraestrutura no Estado. Que o FUST (fundo de universalização das telecomunicações) não é usado para o objetivo que o fundo foi criado. Que o objetivo do fundo é viabilizar a implantação de telecomunicações em áreas e regiões onde a mesma não é viável economicamente (onde a receita não remunera o investimento). Que a VIVO arrecada mais de 500 milhões de reais por ano para esse fundo [...].

Nesse sentido, (fl 795 do processo), no dia 27 de outubro de 2013, às 15 horas, convocou-se a Empresa TIM para comparecer auditório Deputado Valério Magalhães (Plenarinho), representada neste ato pela Senhora Jaqueline Pina Barra, para que respondesse as duvidas pertinentes quanto ao serviço fornecidos pela Empresa ao Estado de Roraima (fls.921 a 924):

[...] PERGUNTADO em quais municípios a TIM atua em Roraima. RESPONDEU que atua em Boa Vista, Caracarái, Amajari, Bonfim, Mucajái, Normandia, Pacaraima e Rorainópolis. PERGUNTADO se a empresa TIM tem conhecimento da insatisfação dos usuários em razão de carência de cobertura; RESPONDEU que sim tem conhecimento que há 01 (uma) reclamação por mês. Que todas as reclamações pelos diversos canais de comunicação da empresa são solucionadas. PERGUNTADO se a empresa tem conhecimento da insatisfação de cliente em razão de quedas de ligação, cair sinal. RESPONDEU que a empresa não identificou reclamações nesse sentido. Que quanto a ausência de reclamações, acredita que se dê ao atendimento dos indicadores de qualidade da ANATEL, que determina como padrão de qualidade até 2% de queda de chamada, sendo que a TIM atinge o percentual de 0,52%, portanto, muito abaixo do padrão de qualidade indicado pela ANATEL. PERGUNTADO em quantas horas a empresa sana os problemas de interrupção dos serviços. RESPONDEU que depende da problemática. Que em caso de necessidade de deslocamento de uma equipe para o interior, em até 4 horas. Que tem uma equipe técnica em Boa Vista e no interior tem uma empresa prestadora de serviço situada em pontos estratégicos. PERGUNTADO se a empresa tem conhecimento que algum município em Roraima já ficou até mais de dez dias sem os serviços. RESPONDEU que tem conhecimento de 01 (um) caso em razão de queima de um equipamento causado por descarga elétrica por duas vezes no mesmo local. Que no caso específico houve a queima inclusive do equipamento de reserva, dessa forma houve a necessidade da aquisição do equipamento fora do Estado, bem como o seu transporte até o local, uma situação atípica ocorrida no município de Amajari. PERGUNTADO se a empresa tem um planejamento estratégico para fazer

frente aos problemas que se apresentam em Roraima a curto prazo. RESPONDEU que quanto a cobertura, a medição dos índices estão dentro das exigências da ANATEL e no ano de 2013 o investimento em dados. Que foi ampliado em torno de 5 mil elementos de qualidade em 3G em fase de conclusão até dezembro/2013. Que foi iniciada a implantação da rede 4G, com prazo de conclusão no primeiro trimestre de 2014. PERGUNTADO qual o valor em reais ate 2014 em Roraima. RESPONDEU que em 2013 foram 4,39 milhões que serão investidos até janeiro de 2014. Que para o ano de 2014 está em fase de planejamento. PERGUNTADO que na contratação de serviço de internet o cliente ao contratar, por exemplo, 2 Mega a empresa entrega o que foi contratado; RESPONDEU que na internet móvel o contrato se dá por volume de dados, sendo entregue a quantidade do que é contratado. PERGUNTADO referente às antenas existente em Roraima se não haveria a necessidade de um número maior de antenas ou com maior capacidade de alcance. RESPONDEU que em Roraima são 28 sites, sendo em Boa Vista 21 (todos com tecnologia dual 2G e 3G) e 7 no interior. Que a área urbana esta coberta dentro dos padrões de qualidade da ANATEL. PERGUNTADO se existe algum projeto de instalar a telefonia móvel no setor rural em Boa Vista e outros municípios em Roraima. RESPONDEU que no leilão do ano passado referente a implantação de 4G foi leiloado naquela ocasião a telefonia móvel celular rural e outra empresa foi quem venceu o leilão. PERGUNTADO quantas linhas de telefonia móvel da empresa existem em Roraima. RESPONDEU que são 100,467 mil linhas ativas. PERGUNTADO qual o faturamento da empresa em Roraima. RESPONDEU que o faturamento não é desmembrado por Estado, não tendo os valores para o Estado de Roraima [...].

Por fim, por meio do ofício (fl.791) foi convocada a ANATEL, entretanto a Procuradoria Geral Federal, através de um parecer, respondeu que a Autarquia em questão não poderia ser “convocada”, e sim convidada, além de não haver necessidade de prestar compromisso como testemunhas.

No dia 23 de setembro do corrente ano, às fls.814 a 817 dos autos, realizou-se uma reunião extraordinária, pois neste dia estava aprazada a oitiva ANATEL, que não compareceu justificando através de um e-mail lido em sessão, onde foi informado que o representante da mesma estava com problemas de saúde.

Tendo em vista a ausência da ANATEL, a Consultoria Judicial desta Casa Legislativa emitiu o parecer de nº 001/2013, arrazoadando que em momento algum ocorreu à juntada de qualquer atestado medico para justificar a falta de seu Representante, a Consultoria opinou ainda pela designação de nova data para a oitiva de testemunha.

Nesta esteira, o Presidente da CPI designou nova data para a Autarquia, através do ofício de fls.857 e 858 dos presentes autos.

No dia 28 de outubro de 2013, nesta Casa Legislativa, escutou-se a ANATEL, através do representante da região norte Senhor Fabrício Leopoldo Oliveira Katavazis Neves, que explanou sobre as dúvidas a respeito das empresas e seus serviços telefônicos fornecidos. Senão vejamos:

[...] PERGUNTADO quanto tempo desempenha a função de Gerente Regional responsável pelos Estados do Amazonas, Rondônia Acre e Roraima. RESPONDEU que desde novembro do ano de 2012. PERGUNTADO qual o papel do depoente na estrutura da ANATEL e qual o seu poder de decisão dentro no órgão vinculado a sua gerencia. RESPONDEU que em maio deste ano a ANATEL passou por uma reestruturação interna e nessa reestruturação, foi feita uma readaptação para melhor atender a sociedade, pois antigamente a estrutura da ANATEL era dividida por serviços e então havia uma superintendência para o serviço móvel, uma para serviço privado, uma para o serviço público, outra para comunicação em massa e agora foi realizada uma mudança que agora nós respondemos por processos. Então o processo de controle de obrigações, virou

uma superintendência, o processo de relação com o consumidor virou uma superintendência, o processo de fiscalização virou uma superintendência, então são 8 (oito) superintendências que atuam em cada área, em cada processo finalístico da ANATEL. Que estar ligado a Superintendência de Fiscalização. Que os limites de sua atuação como Gerente Regional de Fiscalização dos Estados do Amazonas Acre e Rondônia é administrar as demandas de Brasília sobre fiscalização. Que as fiscalizações são estabelecidas em dois planos: o Plano nacional de fiscalização e o plano anual de fiscalização. Que o conselho diretor da Agência Nacional de Telecomunicações define as prioridades de fiscalização para aquele ano ou período e, a partir daí, é feito uma plano operacional que diz quantas horas de fiscalização cada serviço de telecomunicações será despido, dentro desse plano operacional, desse plano de fiscalização é definido quantas horas de fiscalização serão gastas com telefonia móvel, quantas serão com telefonia fixa, quantas horas serão gasta com serviço de comunicação multimídia. Que basicamente é um executor e que dentro da estrutura, dentro das competências legais, o depoente dá suporte às atividades de fiscalização. Que, por exemplo, ao chegar um requerimento de qualquer órgão público solicitando uma fiscalização, o depoente faz o encaminhamento para Brasília dessa demanda para a superintendência responsável, que fará a análise e especificará uma atividade de fiscalização, se for o caso, e devolverá ao escritório regional (GR 11) responsável por toda a Amazônia Ocidental e, a partir daí, é disponibilizado todos os recursos necessários para a realização dessa atividade. PERGUNTADO qual o papel da ANATEL no sistema de telecomunicação e como atua efetivamente em relação às empresas, que são as prestadoras de serviço para a comunidade, quando as demandas de reclamações chegam ao órgão. RESPONDEU que o órgão tem uma ouvidoria que faz uma análise crítica em relação à atuação da Agência. Que o ouvidor é nomeado pelo presidente da república e é independente em relação à Agência e não é subordinado ao conselho diretor da ANATEL e participa de qualquer reunião do conselho diretor e tem acesso a qualquer documento interno da Agência. Que o ouvidor faz uma análise crítica anualmente é realizado um relatório das atividades da Agência como um todo e submete a ouvidoria que, inclusive, é enviado ao Congresso Nacional. Que esse ouvidor eventualmente atua nas reclamações dos usuários, mas atualmente quem cuida desse serviço é a Superintendência de Relações com o Usuário, que é voltada para a solução de problemas com o usuário e hoje tem a dr<sup>a</sup> Elisa. Que essa Superintendência tem um Call Center (133) onde qualquer cidadão pode ligar e a orientação é que o cidadão entre em contato primeiramente com o CallCenter da prestadora do serviço e essa prestadora de serviço vai dar um número de protocolo e buscar a solução do problema. Que caso esse problema não seja solucionado, com o número de protocolo fornecido, o cidadão pode reclamar diretamente no Call Center da ANATEL e a empresa tem um prazo de 5 dias para apresentar uma solução para o problema. PERGUNTADO se o depoente acha que a ANATEL cumpre o seu papel com eficiência. RESPONDEU que ANATEL tem as ferramentas para isso e exerce efetivamente a fiscalização, exerce o sancionamento e exerce o "inforseman" que é a busca para que a empresa cumpra as obrigações assumidas perante a ANATEL. Que temos várias ações, controlamos vários indicadores de qualidade, criamos a Superintendência de Relações com os Usuários para ter um contato mais próximo com o consumidor e entender a demanda da sociedade e tentar responder com cada vez mais eficiência. PERGUNTADO se ao

contratar 10 megas de internet fixa e a operadora entregar 2 megas dos 10 comprados ela estar dentro da legislação da ANATEL, por que a ANATEL não se esforça para construir uma solução mais eficiente para esse exemplo específico e, alongando ainda mais, da mesma forma na telefonia móvel qualquer cidade se ela cobrir 80% ela esta cumprindo a legislação, por que a ANATEL, enquanto agencia reguladora, não busca a eficiência do sistema no sentido de atender a contento o usuário. RESPONDEU que a ANATEL fez recentemente um trabalho nesse sentido de medição de qualidade da banda larga e tem acompanhado essa questão da qualidade de banda larga, telefonia fixa e telefonia móvel. Que está, junto com a sociedade, em processo de aprendizagem. Que o clamor social esta sendo internalizado na Agência, que está buscando meios mais efetivos de satisfazer os anseios sociais e melhorar a qualidade dos serviços, principalmente a qualidade percebida pelo usuário. PERGUNTADO quanto ao sentimento comum dentre as CPIs instaladas nos diversos Estados de que a Agência Nacional de Telecomunicações tem uma legislação frouxa, que é leniente, que estar mais a serviço das empresas que compõe o sistema do que a serviço da eficiência e do próprio consumidor se o depoente concorda com isso ou contesta RESPONDEU que não pode dar a sua opinião como cidadão já que representa a Agência. Que as ferramentas existem e são aplicadas, existindo diversas razões que levam a essa percepção que não se estar fazendo nada. Exemplo disso é que como é público e notório a ANATEL já aplicou milhares de processos administrativos contra as empresas. Que já aplicou multas bilionárias, pois, as multas já passaram a casa do bilhão. Que a Agência tem dificuldades, como todo órgão público, como toda administração pública em geral, com a burocracia, pois, que se instrui o processo administrativo, aplica a sanção, garantindo o direito de defesa que é constitucionalmente previsto, as concessionárias recorrem, utilizam de todos os meios legais e depois, ainda tem os prazos legais de cobrança. Que quando chegam à cobrança, as empresas, ainda tem o direito de recorrer judicialmente que é uma garantia constitucional. Que acha que muito da sensação de impunidade que se tem que a ANATEL não atua é com relação à própria dinâmica do setor. PERGUNTADO no que diz respeito à portabilidade, qual a dificuldade tecnológica das operadoras, coordenado pela ANATEL, em avisar o cidadão que ele está ligando para um telefone diferente da operadora que pertence a sua linha para que seus créditos não acabem rapidamente com essa ligação para outra operadora sem que ele saiba. RESPONDEU que tecnicamente não sabe informar. Que no geral todos esses padrões técnicos, a numeração é uma delas, são acordos internacionais e há uma convergência muito grande entre os organismos internacionais, pois que na telefonia você ao pegar um telefone tem que falar com qualquer lugar no mundo, então existem padrões muito rígidos de sinalização de rede, da parte de padronização de sinais e o depoente não sabe avaliar e não poderia dizer aqui e orienta que seja encaminhado para a ANATEL em Brasília um pedido de esclarecimento que a área competente poderia explicar tecnicamente porque sim ou não dessa possibilidade. Que não poderia dar essa resposta aqui. PERGUNTADO conforme foi informado no Japão nós temos 400 linhas por sites/torres, na Espanha nós temos 460 linhas por sites/torres, nos Estados Unidos nós temos 1.000 linhas por sites/torres e no Brasil nós temos 5.000 linhas por sites/torres, se nós estamos neste contexto dos acordos internacionais, por que essa desproporcionalidade de um equipamento que torna o sistema mais eficiente. RESPONDEU que a quantidade de assinantes por

torre não é um parâmetro técnico, é um índice de comparação, porque vai depender de vários fatores, inclusive o depoente não tem como avaliar, por exemplo, quando se fala de serviço móvel pessoal, pode-se estar falando de várias tecnologias, como uma tecnologia 2G, tecnologia 3G, uma tecnologia 4G, então tem o número de usuários que estão ligados a rede 2G, tem o número de usuários que acessam a rede 2G e a rede 3G e brevemente vão existir usuário na rede 4G e às vezes a Atena/torre é compartilhada, então é muito difícil falar em termos comparativos, mesmo porque são realidades que o depoente desconhece. Que, por ser técnico, escuta que no Japão, escuta que em outros lugares tem antenas, mas são questões diversas que interfere no número de antenas necessárias para o atendimento dentro de cada local, depende da tecnologia utilizada, que não sabe se nessas antenas estão contando só células ou se estão contando ERB's, que não sabe se a área que está sendo atendida é favorável ou não favorável para o atendimento, então existem uma série de coisas, de fatores que interferem no cálculo para se falar que uma antena atende tantos usuários, por exemplo. Que é muito difícil. Que existem critérios técnicos de qualidade, na verdade, temos indicadores de qualidade onde é verificado o nível de completamento de chamada, as conexões feitas, as perdas de rede, então esses critérios técnicos são acompanhados e não necessariamente a quantidade de usuários por torre, mas pelo número que o depoente viu, em Roraima esta abaixo dos 5 mil. Que também tem se ver o seguinte, é tão difícil de se avaliar que, por exemplo, temos uma característica do serviço móvel pessoal que quase 80% e as vezes mais de 80% dos telefones são pré-pagos e não necessariamente estão ativos na rede, só usam mais pra receber, claro que eles ocupam a rede em bem grande número, então o depoente não sabe em que medida simplesmente falar a quantidade de usuários por torre é um índice de eficiência ou não do serviço. PERGUNTADO quantos funcionários a ANATEL tem aqui no Estado de Roraima. RESPONDEU que em Roraima o quadro esta completo sendo 8 servidores sendo esse numero suficiente para as necessidade de fiscalização na região de Roraima. Que tem serviços terceirizados, agora o numero exato de contratados o depoente não sabe informa. Que são serviços de apoio a atividade de fiscalização, apoio a administração, copeiragem, motoristas. Que existem, mas não sabe dizer o numero hoje, mas que poderá encaminhar depois para a Comissão. PERGUNTADO se existe uma infraestrutura de mobilidade para atender esses 8 (oito) servidores que trabalham na fiscalização, se ela é suficiente para a eficiência do sistema para deslocar uma equipe para Pacaraima, por exemplo, e outra equipe para o Caroebe. RESPONDEU que sim sem problema nenhum. Que em Roraima, apesar da localização geográfica isolada, tem uma geografia bem favorável à fiscalização, sendo bem servida de estradas, diferentemente do Amazonas e do Acre onde agente depende dos rios para se deslocar e dos regimes de cheias e de vazantes, em Roraima, praticamente, todas as atividades de fiscalização podem ser realizadas por carro, praticamente em todo ano e em todo o Estado [...].

Registra-se que o representante da ANATEL, recusou-se assinar o termo de depoimento, (fls. 931 a 950), porém, respondeu a todas as perguntas feitas por essa Comissão.

Foi mais uma vez acatado o Requerimento de nº 071/13, da Comissão Parlamentar de Inquérito- CPI, de prorrogação de prazo por mais 30 (trinta) dias, vez que o Plenário aprovou por unanimidade, no dia 23/10/2013. As prorrogações de funcionamento da Comissão encontraram guarida jurídica nos termos do artigo 43, parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal- STF.

## 2 DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI). DA COMPETÊNCIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE RORAIMA NA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANOS AO CONSUMIDOR. DOS SERVIÇOS DE TELEFONIA. DELIMITAÇÃO DO TEMA

Primordialmente, necessário é tecer algumas considerações sobre Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Nesta esteira, impõe-se aduzir lições do Ministro do Supremo Tribunal Federal

Luis Roberto Barroso sobre o tema:

A Carta Constitucional de 1988 previu a existência de comissões permanentes e temporárias (art. 58). Dentre estas últimas situam-se as comissões parlamentares de inquérito, por via das quais o Legislativo exerce seus poderes investigatórios, difusamente contemplados ao longo do texto e referidos de modo expreso no inciso X do art. 49 (...)<sup>1</sup>

A Constituição Federal dispõe sobre CPI nos seguintes termos:

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

[...]

§ 3º - As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Por sua vez, a Constituição Estadual de Roraima, por regra de simetria tratou sobre o tema no § 2º do artigo 31 nos seguintes termos:

§ 2º - As comissões parlamentares de inquérito, observada a legislação, são específicas no que lhes couber; terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, serão criados a requerimento de 1/3 (um terço) dos membros da Assembleia Legislativa, e sua aprovação dependerá de deliberação do Plenário, para a apuração do fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público ou outra autoridade competente, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

<sup>1</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/revista/Rev\\_15/LuisRoberto.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_15/LuisRoberto.htm)

Por fim, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Roraima em seu Art. 45 e seus parágrafos, também dispõem sobre o tema.

Extrai-se dos fragmentos normativos acima descritos, que a CPI constitui verdadeiro instrumento investigatório legislativo, possuindo poderes amplos de investigação próprios das autoridades judiciais.

No entanto, como qualquer norma constitucional, a CPI possui limites de atuação, que na prática, está adstrita à própria competência constitucional da casa legislativa promovente, isto é, a regra de repartição das competências de cada ente federado.

A repartição constitucional de competências é princípio estabelecido pela CF/88 (art. 1º e 18), pois reflete um dos aspectos mais relevantes do pacto federativo, ao definir os limites da autonomia dos entes que integram a Federação brasileira.

Isso decorre claramente da interpretação sistemática da Constituição Federal. É a clássica lição de José Afonso da Silva, para quem:

[...] o princípio geral que norteia a repartição de competência entre as entidades componentes do Estado Federal é o da predominância do interesse, segundo a qual, caberão à União aquelas matérias e questões de predominante interesse geral, nacional, ao

passo que aos Estados tocarão as matérias e assuntos de predominante interesse regional, e aos Municípios concernem os assuntos de interesse local [...].<sup>2</sup>

Assim, inarredável concluir que os limites de atuação e de poderes de uma CPI está atrelada a competência constitucional material e legislativa do ente Federado a ela vinculado.

Este é o entendimento consolidado do E. Supremo Tribunal Federal, senão vejamos:

Podem ser objeto de investigação todos os assuntos que estejam na competência legislativa ou fiscalizatória do Congresso. Se os poderes da comissão parlamentar de inquérito são dimensionados pelos poderes da entidade matriz, os poderes desta delimitam a competência da comissão. Ela não terá poderes maiores do que os de sua matriz. De outro lado, o poder da comissão parlamentar de inquérito é coextensivo ao da Câmara dos Deputados, do Senado Federal o do Congresso Nacional. São amplos os poderes da comissão parlamentar de inquérito, pois são os necessários e úteis para o cabal desempenho de suas atribuições. Contudo, não são ilimitados. Toda autoridade, seja ela qual for, está sujeita à Constituição. O Poder Legislativo também e com ele as suas comissões. A comissão parlamentar de inquérito encontra na jurisdição constitucional do Congresso seus limites. (...) A comissão parlamentar de inquérito, destinada a investigar fatos relacionados com as atribuições congressuais, tem poderes imanescentes ao natural exercício de suas atribuições, como de colher depoimentos, ouvir indiciados, inquirir testemunhas, notificando-as a comparecer perante ela e a depor; a este poder corresponde o dever de, comparecendo a pessoa perante a comissão, prestar-lhe depoimento, não podendo calar a verdade. Comete crime a testemunha que o fizer. A Constituição, art. 58, § 3º, a Lei 1579, art. 4º, e a jurisprudência são nesse sentido. (...) A comissão parlamentar de inquérito se destina a apurar fatos relacionados como a administração, Constituição, art. 49, X, com a finalidade de conhecer situações que possam ou devam ser disciplinadas em lei, ou ainda para verificar os efeitos de determinada legislação, sua excelência, inocuidade ou nocividade. Não se destina a apurar crimes nem a puni-los, da competência dos Poderes Executivo e Judiciário; entretanto, se no curso de uma investigação, vem a deparar fato criminoso, dele dará ciência ao Ministério Público, para os fins de direito, como qualquer autoridade, e mesmo como qualquer do povo. Constituição, art. 58, § 3º, in fine. A comissão parlamentar de inquérito tem meios para o desempenho de suas atribuições e finalidades [...].<sup>3</sup>

Nesse compasso, fincado as balizas necessárias sobre CPI, passa-se a analisar a competência desta Casa Legislativa.

Observa-se das Resoluções 013 e 014/13 que a Comissão acima indicada tem por finalidade apurar, como fato determinado, **a responsabilidade por danos ao consumidor na prestação inadequada de serviços de telefonia** oferecidos pelas Operadoras que atuam no Estado de Roraima.

Neste mister, observa-se que o objeto a ser apurado pela Comissão é a responsabilidade por dano ao consumidor do Estado de Roraima.

Nos moldes da repartição de competência constitucional, tal matéria encontra-se prevista como competência legislativa concorrente, entre a União, Estados e Distrito Federal, *in verbis*:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

- I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;
- II - orçamento;
- III - juntas comerciais;
- IV - custas dos serviços forenses;

Brossardjulgamento: 07/04/1994.

- V - produção e consumo;
- VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;
- VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;
- VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;**

Nesse caminhar, não há que se olvidar da pertinência e legitimidade da atuação da CPI da telefonia no âmbito do Estado de Roraima, pois exercido nos limites do *mínus* constitucional conferido aos Estados da Federação.

É salutar asseverar que não pode a CPI estadual ingressar em temas que fogem ao interesse concorrente da União e Estado, isto é, responsabilidade por dano ao consumidor do Estado de Roraima, tais como matéria *interna corporis* da Autarquia Federal ou material de interesse exclusiva da União.

Como já explanado alhures, o que se deve perquirir é que os limites de atuação e de prerrogativas inerente à determinada Comissão Parlamentar de Inquérito está atrelada as competências constitucionais do ente federado vinculado, o que no caso em apreço está acobertado pela norma esculpida no inciso VIII do artigo 24 da Carta Magna.

Todas as regras constitucionais que tratam da questão da repartição de competências na Federação brasileira não podem ser lidas sem a sua compreensão sistemática e finalista, ou seja, tendo como pano de fundo a ideia de que o princípio que inspira a Lei Maior, no particular, é o da predominância do interesse.

### 3 CONSTATAÇÕES - PREMISSAS INICIAIS

Após vasta investigação realizada por esta CPI da telefonia em Roraima, constatou-se de forma cristalina a insatisfação dos consumidores roraimenses com os serviços prestados pelas empresas de telefonia com a consequente apuração de danos ao consumidor roraimense, isto é, constatou-se a violação do interesse coletivo dos consumidores do Estado de Roraima.

Tais conclusões foram alcança com base em diversos meios de provas colhidas durante os trabalhos e atividades realizados por esta CPI em todo o Estado de Roraima.

Destacam-se das provas colhidas em sede do presente Inquérito Parlamentar os depoimentos e informações colhidos durante as audiências públicas realizadas em diversos Municípios do Estado de Roraima, momento em que foram obtidos de forma direta a experiência e dificuldades que vivenciam os consumidores de todas as Regiões de Roraima.

Ademais, foram colhidas outras provas que substanciam as constatações desta relatoria, com obtenção de informações junto as seguintes Instituições:

- PROCON/Assembleia;
- Poder Judiciário;
- Ministério Público Estadual de Roraima;
- OAB/RR.

O que se viu foi que a má prestação de serviços das empresas de telefonia e a insatisfação da população em relação aos serviços prestados pelas empresas demonstram que os consumidores estão sendo lesados pelas empresas de modo a causar efetivos danos ao consumidor deste Estado.

Os problemas encontrados podem ser resumidos nos pontos abaixo alinhados:

#### 3.1 Problemas Detectados

- AUSÊNCIA DE COBERTURA NA CAPITAL E PRINCIPALMENTE NO INTERIOR
- QUEDAS FREQUENTES NAS LIGAÇÕES;
- COBRANÇAS INDEVIDAS;
- SERVIÇOS NÃO CONTRATADOS;
- ROMING INTERNACIONAL MUNICÍPIO DE BONFIM E PACARAÍMA.
- DIFICULDADE NA RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DO

<sup>3</sup> HC 71039 / RJ - Rio De Janeiro Habeas Corpus Relator (a): Min. Paulo

- RELACIONADOS A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO;  
AUSÊNCIA DE LOJAS FÍSICAS NO INTERIOR.  
DIFICULDADE DE OBTER LIGAÇÃO PARA OS CALL CENTERS.
- CUSTOS ELEVADOS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.

Dos problemas detectados, buscou-se apurar as suas origens de modo de sugerir as soluções que tanto anseiam a população roraimense.

Para tanto, buscou-se, de forma sensata e objetiva, traçar em linhas gerais os problemas detectados, os quais podem ser listadas da seguinte forma:

### 3.2 Origem dos Problemas

#### 3.2.1 Falta de Infraestrutura

- SOBRECARGA DAS ATUAIS ERB'S (NÚMERO DE ERB'S OBTIDAS JUNTO À ANATEL)
- AUMENTO DE NÚMERO DE LINHAS POR ERB'S
- FALTA DE NOVOS PEDIDOS DE INSTALAÇÃO DE ERB'S
- BAIXOS INVESTIMENTOS EM RELAÇÃO AOS LUCROS OBTIDOS.

#### 3.2.1 Falta de Informação ao Consumidor

- DE PRODUTOS E SERVIÇOS;
- FALTA DE INFORMAÇÃO DECORRENTE DA PORTABILIDADE;
- FALTA DE DETALHAMENTO MAIS CLARO SOBRE O CONSUMO DOS CRÉDITOS PRÉ-PAGOS.

Após a exposição das premissas iniciais das constatações desta Relatoria, passa-se a análise mais detidas dos pontos declinados acima.

### 3.3 Das Provas Colhidas

Considerando o papel desta Casa Legislativa de representação da população roraimense, funcionando como instituição catalisadora dos anseios da população deste Estado, esta CPI da telefonia buscou alcançar diretamente dos consumidores e dos representantes das Instituições regularmente constituídas na ordem jurídica brasileira, possíveis responsabilidades sobre a prestação inadequada dos serviços de telefonia.

Neste diapasão, destacam-se a provas colhidas em oitavas em diversas partes do

Estado de Roraima:

#### **RORAINÓPOLIS**

[...] Sou proprietária da Fazenda Rancho Maria, na BR-174, e representante dos agricultores deste município. Há quatro anos e oito meses, representantes da VIVO foram lá na minha propriedade, nos proporcionar uma visita, para nos mostrar onde instalariam a torre. Subiram até a montanha e verificaram que o sinal seria satisfatório a todos os nossos anseios. Agora, não sei se onde a torre está instalada beneficia alguém, mas creio que o beneficiado maior deveria ser a população, porque nós pagamos e exigimos nossos direitos. Gostaria que vocês olhassem para todos esses Deputados, pois estão preocupados com nossos anseios. Seria interessante que aqui estivessem outros Deputados, mas não estão. Nós, como agricultores, almejamos um futuro melhor. Enquanto a ONU está pesquisando insetos para a alimentação da população, nós, agricultores, estamos produzindo produtos que necessitam da tecnologia. Não podemos voltar a enxada, a lamparina, ao telégrafo, necessitamos de INTERNET de qualidade, de celulares, pois iremos nos conectar com o mundo através do celular. Teremos acesso até ao Japão. Aqui foi citada a Índia, um dos países mais populosos do mundo, cercado de montanhas. Lá há 100% de cobertura, porque as antenas são instaladas nas montanhas. Aqui, em Rorainópolis há dez anos tinha

seis carros, daqui a uns dias terá seis mil carros. Será que a tecnologia não pode acompanhar essa evolução? Como agricultora, moradora vinda de Goiás, há dez anos lá era o futuro. Aqui, hoje é o futuro, e para que isso aconteça, temos que ter tecnologia. Há necessidade de se colocar mais antenas nos topos mais elevados, porque isso seria uma solução, pois onde moramos, no vácuo da terra, ou seja, na passagem da serra, em alguns lugares pega muito ruim o celular, como aqui foi dito. O Marcílio Poeta, que foi até o nosso Prefeito à época, disse que deveria ser desviado, não iria prestar e disse aos técnicos que não iria prestar. Mas, disseram que não poderiam fazer nada. Eu não sei se isso está beneficiando alguém, eu só sei que a população, reunida, pode exigir os seus direitos. Será que neste caso não está sendo beneficiado um grupo político, ou um político? Temos que ver isso. Não quero aqui tachar ninguém, mas queremos exigir os nossos direitos. Sobre a questão da INTERNET, seria instalada uma torre na nossa Serra, para que o Martins Pereira, e o 500, tivessem INTERNET via link, mas, até hoje, não foi instalada [...] fl. 329.

#### **SÃO JOÃO DA BALIZA**

[...] O Senhor Clilton Silva Mestre – Acadêmico de Letras da UERR. Meu nome é Clilton Silva Mestre, sou Acadêmico de Letras, São João da Baliza. Eu sugiro melhoria de atendimento aos consumidores, pois um tempo atrás a gente pagava trinta centavos no minuto, agora são quarenta e cinco centavos, e não melhorou.

Quando precisamos fazer uma ligação de urgência, não consegue. Temos que ter uma concorrente, como já falaram, senão a gente se acomoda, desde 2012 eles falam que vai chegar a internet banda larga, e até agora nunca chegou, inclusive, três meses atrás, veio um pessoal da OI, dizendo que, com 60 dias, no máximo, e até hoje, enquanto na Capital tem internet cinco megabytes e aqui não chega nenhum mega, e a gente paga por isso [...] fls. 371 a 373.

[...] A Senhorita Nayane Castro Mota – Acadêmica de Letras da UERR. Bom-dia a todos, meu nome é Nayane de Castro Mota, sou Acadêmica de Letras, moro aqui no Baliza. Tenho uma reclamação e uma defesa a fazer: A defesa é quanto às pessoas do município que não estão aqui. Realmente, a gente não sabia, mas, se estamos aqui presentes, é porque nós tínhamos aula no Campus, e ficamos sabendo no momento em que chegamos. Falaram que veio o relato para o Prefeito e Vereadores, enquanto a população em si não ficou sabendo disso, houve o anúncio na Rádio, conforme falaram, mas boa parte da população não tem acesso. Temos uma rádio comunitária que deveria ser usada pelo bem da sociedade, mas é usada mais como meio comercial. Essa é a reclamação que tinha a fazer. Meu ponto de vista sobre a concorrência, é que a concorrência contribui para a melhora, porque cada um quer mostrar melhor serviço. Em Rorainópolis, a Oi também foi instalada, como não teve sucesso, a população foi trocando pela VIVO, o sinal é melhor e oferece uma rede de acesso melhor. Então, o principal fator que estamos precisando, hoje, além da melhoria, é a concorrência. Outro ponto, nós como universitários não temos acesso à internet, e a forma de recorrer a isso, seria o uso da internet pelo celular. A universidade também não oferece internet nem as operadoras, a gente fica carente, além do prédio não oferecer estrutura que a gente precisa, não existe nenhuma ajuda extra da operadora [...] fls. 371 a 373.

#### **BONFIM**

[...] Senhor Solon, que está representando a Vila Esperança na região do Bonfim. Ele mora no bairro Caimbé e pergunta: Por que o único orelhão que

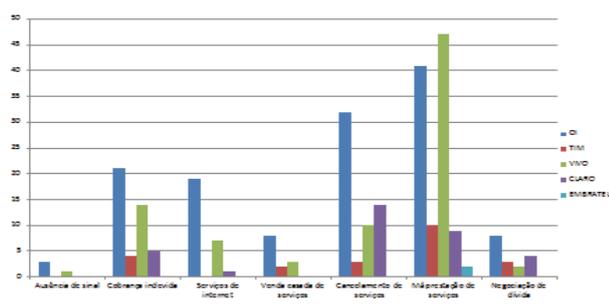
existe lá, para atender toda a comunidade, não faz ligação a cobrar sem o cartão telefônico, se há pessoas que não têm dinheiro nem para comprar pão, imagine para comprar um cartão telefônico, que custa 6 reais? Para simplificar, isso é obrigação da OI. O Doutor Ademir relatou que se deslocou até o município de Caroebe, comprou um chip da empresa, mas não funcionava, porque se 10 pessoas estivessem ligando, 03 não conseguiam se comunicar. Aparentemente, perante a legislação e a agência reguladora, que é a ANATEL, a empresa está legal, porque instalou antena, vende muitas linhas, mas a estrutura instalada não dá suporte para que essas linhas estejam funcionando eficientemente. Do mesmo modo acontece com os orelhões, cuja manutenção é uma raridade. Recebemos essas demandas aqui, encaminhamos para a OI, pedimos, ligamos, cobramos, mas, infelizmente não há uma fiscalização eficiente, a exigência da legislação é fraca, não cobra aquilo que é direito da sociedade (fls. 752 a 756).

[...] O Senhor Francisco Pereira da Silva- O que tenho a dizer como usuário da única operadora de telefonia móvel do nosso Município que é bastante louvável a atitude da Assembleia Legislativa em estar proporcionando a toda a população do Estado de Roraima, pois, não é só o Bonfim que está sendo agraciado com este grande trabalho que os senhores estão prestando à comunidade e dizer que no nosso Município a operadora Tim tem trazido grandes prejuízos aos consumidores que dela dependem, prejuízos financeiros, constrangimentos, serviços que são colocados em nossos telefones sem a nossa autorização, antena que passa dias e dias sem sinais e a gente perdendo nossos créditos, causando transtornos a nossa população, levando alguns usuários a acionarem a operadora na justiça. É um direito do cidadão cansado e estressado, procurar seus direitos na justiça contra a operadora, pois, a operadora infelizmente não dá a resposta para nossos consumidores. Portanto, parabéns a Assembleia Legislativa por estar proporcionando a nós, as respostas que tanto pedimos à operadora. Quero dizer aos senhores que os trabalhos que vocês estão realizando com esta CPI, é como se diz no popular, “é cutucar onça com vara curta” e “bater em cobra grande”, sabe que o trabalho vai ser árduo, e espero que façam um trabalho seríssimo que venha a trazer de fato benefícios para nós, população do Estado de Roraima [...] (fls. 752 a 756).

Ainda, com a finalidade de consubstanciar a formação da convicção desta Relatoria, verificou-se também o grau de insatisfação por outros meio de prova, dentro os quais as próprias informações oficiais de outras entidades.

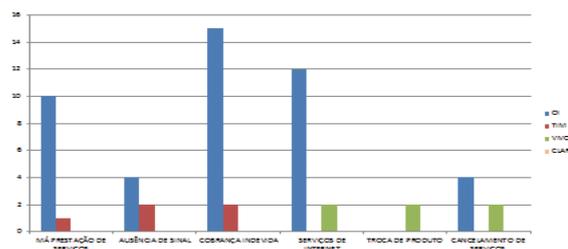
Neste aspecto, destacam-se os dados fornecidos pelo Procon/Assembleia<sup>4</sup>.

## ATENDIMENTO POR TELEFONE



<sup>4</sup> Fonte: ALE/RR

## NOTIFICAÇÕES EXPEDIDAS



Nessa linha bem esclareceu o Diretor do PROCON/ALE/RR, senhor Lindomar Coutinho:

[...] CPIs relacionadas a telefonia, disse QUE no PROCON ASSEMBLEIA dos registro relacionado a telefonia na ausência de sinal a OI lidera o “ranking” de reclamações, depois a VIVO. QUE nas cobranças indevidas a OI lidera novamente, a VIVO, a TIM e a CLARO. QUE no serviço de internet, basicamente a OI, a VIVO e a CLARO. QUE referente à venda casada de serviço tem a OI, a VIVO e a TIM. QUE no cancelamento de serviços tem a OI, a TIM, a VIVO e a CLARO. QUE a má prestação de serviço se enquadra nas ligações interrompidas, pois, uma resolução da ANATEL regulamentou que toda ligação interrompida entre 120 segundos, ou seja, dois minutos, a próxima chamada para o mesmo número, dentro desse tempo, não será cobrada. QUE na negociação de dívidas tem a OI, a TIM, a CLARO e a VIVO. QUE as notificações expedidas são aquelas em que o consumidor não consegue resolver o problema por telefone com a empresa, nesse caso é gerado um processo que é passado para a conciliação do PROCON, sendo feita uma notificação e encaminhada para que no prazo de 10 dias a prestadora de serviço compareça até o PROCON ASSEMBLEIA. QUE durante o prazo de 10 dias é realizado contato com a empresa objetivando verificar se houve o recebimento da notificação e se já existe uma proposta de conciliação que possibilite a resolução do problema sem a necessidade de realizar a audiência de conciliação. QUE o prazo de retorno ao consumidor é de 10 dias e por vezes não chega há cinco dias. QUE na má prestação de serviço, incluindo as ligações interrompidas, problemas no “Call Center”, recarga de celulares, cancelamento de serviço e faturas em atraso, a operadora OI é a mais reclamada, seguida de muito perto pela TIM. QUE nas cobranças indevidas tem a OI e a TIM. QUE no serviço de internet tem a VIVO e a OI. QUE na troca de produtos o problema se restringe, até o momento, a operadora VIVO. QUE no cancelamento de serviços tem a OI e VIVO. QUE o PROCON ASSEMBLEIA tem atuado, também, nos municípios do Estado por intermédio do programa **Assembleia Cidadã**, onde são administradas palestras sobre os direitos do consumidor e são apresentados pelos consumidores reclamações sobre telefonia e internet. QUE no município do Bonfim, por exemplo, houve a reclamação de que o sinal de telefonia na localidade sofria interferência do sinal do país vizinho, sendo cobrado na fatura a cobrança de tarifa internacional. QUE quanto a esse problema o PROCON ASSEMBLEIA entrou em contato como a gerente de relações institucionais da TIM e foi detectado, pela operadora, um problema técnico nas baterias e nas antenas daquele Município. QUE o problema foi sanado e não houve mais

reclamações sobre essa questão no Bonfim. QUE no sul do Estado existe uma carência enorme de sinal de internet. QUE a resposta ao problema do consumidor é rápida, pois as operadoras atendem ao chamado do PROCON ASSEMBLEIA e nos acordos firmados na conciliação a maioria dos problemas são sanados, chegando a 95% de solução do problema apresentado que é resolvido no próprio órgão. QUE desde a sua criação, pouco mais de um ano, o órgão realizou 2.085 atendimentos, emitidas 459 notificações e dessas 56 foram para operadoras de telefonia. QUE dentre os serviços que o órgão presta ao consumidor e que estão relacionados ao tema da CPI.

[...] PERGUNTOU qual é a empresa que é campeã em reclamação aqui no nosso PROCON. RESPONDEU QUE faria uma ênfase em todo o Brasil onde as campeãs são as telefônicas móveis e no Estado de Roraima tanto as telefônicas móveis quanto os empréstimos consignados aparecem em 1º lugar, estando estes um pouco acima das telefônicas em reclamação, atualmente. PERGUNTOU qual o grau de resolatividade dentre os atendimentos consolidados no órgão referente à rapidez, os resolvidos no órgão e os que resultaram em ações judiciais. RESPONDEU QUE o órgão recebe uma demanda significativa em relação à telefonia e que o retorno ao consumidor é imediato, pois, o prazo que o código estabelece é de 10 dias para notificação para as empresas comparecerem para conciliação e em razão da técnica empregada pelo PROCON ASSEMBEIA que, dentro desse prazo, entra em contato com as operadoras e busca uma solução antecipada para o problema e que, normalmente, ocorre esse acordo prévio e, caso não ocorra, na conciliação é resolvido o problema do consumidor. QUE não teve nem um caso, ainda, que tivesse a necessidade de encaminhar para o judiciário. QUE o consumidor ao procurar atendimento no órgão de defesa do consumidor já vem com a ideia de ter um ganho financeiro mediante danos morais, sendo que por vezes o nexo da causalidade não se refere ao dano moral, dessa forma tem sido realizado com sucesso um esclarecimento ao consumidor que por essa razão o problema apresentado não chega ao judiciário e o percentual de resolução do problema mediante acordo realizados no PROCON é de 95%. PERGUNTOU se há algum mecanismo de comunicação e acesso aos dados entre o nosso órgão e os demais órgãos de defesa do consumidor que atual no Estado. RESPONDEU QUE o PROCON ASSEMBLEIA realizou o treinamento dos funcionários que atuam no PROCON Municipal e que tem um contato muito próximo com a Drª Maria Helena, diretora daquele órgão, e está em constante comunicação com a mesma. QUE com relação ao DECON – Departamento de Defesa do Consumidor tem recebido parte da demanda relacionada à telefonia, daquele órgão, e, ainda referentes aos empréstimos consignados, pois que aquele órgão não tem um canal de comunicação como o que dispõe o PROCON ASSEMBLEIA. QUE desconhece os motivos desse fato, não sabendo dizer se é a falta de estrutura daquele órgão [...] (fls.249 a 251).

Também se destaca neste contexto os dados obtidos junto ao Poder Judiciário.

Do período de 01.01.2013 a 06.05.2013, foram distribuídos 525 processos contra as empresas de telefonia nos Juizados Especiais de Boa Vista, número este que representa o grau elevado da insatisfação do consumidor roraimense.<sup>5</sup>

É de se destacar ainda que em decorrência do elevado número de processos contra empresas de telefonia, a

coordenadoria dos Juizados Especiais promoveu uma semana específica de conciliação nos Juizados Especiais apenas com as empresas de telefonia, sendo que os resultados obtidos estão demonstrados no quadro abaixo:

#### RELATÓRIO DA SEMANA DE CONCILIAÇÃO DA TELEFONIA<sup>6</sup> Período 17.06.2013 a 21.06.2013.

**Juizados: 1º Juizado Especial Cível  
2º Juizado Especial Cível  
3º Juizado Especial Cível**

TOTAL DE AUDIÊNCIAS MARCADAS	237
TOTAL DE AUDIÊNCIAS REALIZADAS	214
Audiências realizadas com conciliação	105
Audiências realizadas sem conciliação	109
Audiências não realizadas por ausência da parte autora	24

Constatou-se assim, tal como o PROCON/ALE, que os consumidores lesados por falhas na prestação de serviços oferecidos pelas empresas de telefonia vem gradativamente buscando a tutela jurisdicional de sua pretensão, de modo a demonstrar por conseguinte, o alto grau de insatisfação do roraimense com as empresas de telefonia.

É de se destacar a atuação do judiciário no âmbito dos Juizados Especiais que vem atendendo os anseios dos jurisdicionados com a promoção com celeridade das resoluções das demandas levadas a estes Juizados, haja vista que o tempo médio apresentado pelo Dr. Rodrigo Furlan dos processos em tramite estão em consonância com os ditames processuais para resolução dos litígios levados ao Judiciário, considerando o elevado número de litígios levados ao Poder Judiciário.

Deve-se frisar ainda que a Ordem dos Advogados de Roraima por meio de sua Comissão Permanente do Consumidor, pediu junto ao Ministério Público Federal e Estadual abertura de inquérito civil público a fim de apurar a responsabilidade das operadoras de serviço público.<sup>7</sup>

Por sua vez, o Ministério Público Estadual assim depôs sobre o tema:

[...] QUE no caso de Roraima temos um problema relacionado com a posição geográfica por encontrarse no centro do globo e sofremos interferências, que eles chamam de “telúrica”, influencias eletromagnéticas que dificulta a telefonia móvel. QUE as telefônicas são verdadeiras campeãs em reclamação no Brasil inteiro. Nesse momento o depoente passou a mostrar gráficos e informações projetadas na tela existente no local. QUE o SINDEC é o Sistema de Informação Nacional da Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor que unifica as informações e 396 (trezentos e noventa e seis) órgãos do sistema em todo o país, dando dados estatísticos que revelam a importância dessa questão que esta sendo debatida. QUE nos dados SINDEC temos as 10 (dez) piores empresas do Brasil, a primeira delas e a OI, que é de telefonia; segundo Banco Itau; terceira a Nokia que não é empresa de telefonia mais tem relação com o nosso tema; Sony Ericson; TIM; LG; CLARO; Samsung; VIVO e Lojas Americanas. QUE das 10 piores contamos as quatro grandes operadoras, OI, TIM, CLARO e VIVO e contamos mais quatro de aparelhos de telefonia das dez, oito estão diretamente ligadas com a questão de telefonia móvel nesse país, disse, mostrando tabela de reclamação no ano de 2009/2010. QUE diante desses números talvez possamos fazer um questionamento se um oligopólio de quatro grandes empresas no setor tão importante quanto a telefonia foi um bom negócio para o Brasil, com a aprovação, inclusive, do Conselho de Defesa Econômica, do CADE. QUE a participação das reclamações no total em 2009, vamos verificar que com telefonia foram quase quarenta por cento do total das

reclamações dos consumidores, sendo 39,45% a telefonia, de cada cem reclamações registrada, fundamentadas pelo sistema, praticamente quarenta delas se referia à telecomunicação. QUE em 2010 mudou um pouco o quadro 32,26% do total de cada 100 reclamações 32 se referiram a telecomunicações, disse mostrando gráfico semelhante ao anterior. QUE de 1º de janeiro a 30 de junho de 2012 na compilação parcial do Ministério da Justiça que quase oitenta mil reclamações só foram de telefonia, nos temos ali (apontando gráfico) primeiro lugar telefonia celular; segundo lugar cartão de crédito; terceiro banco comercial; telefonia fixa; financeiras; aparelho celular de novo as empresas aparecem; TV por assinatura, no caso de algumas operadoras como a CLARO, ela também explora a TV por assinatura; energia elétrica; micro computador e produtos de informática e, por fim, Internet que também está presente com vinte mil reclamações em apenas seis meses. QUE esses números refletem o que está acontecendo a nível nacional, dessa forma, o problema enfrentado em Roraima é enfrentado em todo o país. QUE de 1º janeiro a 30 de junho a mais reclamada foi a CLARO, disse mostrando novo gráfico, depois, nós tivemos a VIVO, a TIM e a OI, em todo a Brasil. QUE em Roraima a que têm mais reclamações é a TIM, seguida da vivo, depois vem a OI e a CLARO. QUE no que

7 <http://www.oabrr.org.br/comiss%C3%A3o-de-defesa-do-consumidor/not%C3%ADcias/item/65-telefonia-m%C3%B3vel-oab-rr-protocola-pedido-de-abertura-de-inqu%C3%A9rito-c%C3%ADvil-p%C3%ABalico-junto-ao-mpf-rr.html>.

<http://www.oabrr.org.br/comiss%C3%A3o-de-defesa-do-consumidor/not%C3%ADcias/item/63-telefonia-m%C3%B3vel-oab-rr-protocola-pedido-de-abertura-de-inqu%C3%A9rito-civil-p%C3%ABalico-junto-ao-mprr.html> (acesso em 05.11.2013).

diz respeito aos temas das reclamações nesse período 1º de janeiro a 30 de junho de 2012, (mostrando novo gráfico) vamos ver que não foi a qualidade do serviço, a maior reclamação foi a cobrança indevida e abusiva e, ainda, dúvidas sobre cobrança, valor e reajuste. QUE a grande reclamação esta relacionada com cobrança de valores acima do que foi contratada pelo cliente, no segundo momento a maior reclamação é a relação contratual, dessa forma o cliente contrata um serviço e a empresa não presta o serviço ou presta um serviço diferente do contratado, onde a empresa faz uma alteração unilateral desses contratos, sendo essa a segunda maior reclamação. QUE a terceira maior reclamação é de serviço não fornecido e vícios de qualidade, por fim outros problemas, relacionados a garantias do aparelho entre outros. QUE para abordar o tema temos que conhecer a legislação da ANATEL e, o depoente vai abordar quatro temas referentes ao assunto. QUE a legislação da ANATEL, referente a COBERTURA as empresas por obrigação contratual devem cobrir no mínimo 80% (oitenta por cento) da área urbana, dessa forma se 20% da área urbana não for atendida pela empresa, ainda assim ela estará dentro das exigências da ANATEL, QUE várias razões são alegadas pelas empresa, sendo a primeira dela a existências de “sombras” que chamam de “handoff”, são pontos geográficos onde o sinal não é recebido ou é recebido mas, não tem força suficiente para conectar uma ligação, por conta de diversas questões, que fogem ao controle, tais como: área baixa, ondas eletromagnética concentrada, em fim uma séries de complicações

técnicas e da própria natureza. QUE a telefonia se utiliza de um sistema de frequência modulada, sendo a mesma de uma rádio FM, sendo que tem autorização para a transmissão de dados que é utilizada por todos nós, no entanto o sistema de transmissão é o mesmo que se ver em uma torre de rádio FM. QUE a onda eletromagnética de frequência modulada é diferente de uma AM, que é Amplitude Modulada. QUE a Frequência Modulada esta numa faixa bastante alta no campo das ondas eletromagnéticas e é mais rápida do que a AM. QUE a Amplitude Modulada é uma onda que bate e volta na ionosfera, ela atinge partes mais baixas, por essa razão que podemos sintoniza em AM uma rádio da Rússia, por exemplo, pois a AM por sua característica circula por todo o planeta, em quanto que com a FM não acontece isso, ela é uma onda que tem rapidez, sendo pequena não tem a mesma capacidade da AM, dessa forma em lugares mais profundo ou distante não podemos captar uma rádio FM ou a captamos com interferência. QUE as ERBs são Estação Radio Base que são essas antenas que trabalham FM dentro da frequência estabelecida pela ANATEL, dessa forma, temos dificuldades técnicas que trazem argumentos para não se exigir uma cobertura de 100%. QUE se, por exemplo, eu estiver no Distrito Industrial, que é uma área que tem bastante handoff ou sombra, não funciona, isso não que dizer, necessariamente ou obrigatoriamente, que a VIVO presta um mau serviço. Por quê? Porque se a VIVO cobrir 80% da área urbana ela está dentro do padrão exigido pela ANATEL, ela vai esta prestando, segundo a ANATEL, um bom serviço, mesmo que eu, usuário VIVO, não tenha conseguido me conectar dentro de uma área urbana. QUE em 2010 recebeu informação da VIVO que quatro bairros existem as “sombras”, sendo Nova Cidade, Distrito Industrial, Helio Campos e Paraviana. QUE quanto as Ligações Completas (novo slide) no dia a dia a ANATEL exige um mínimo de 95% (noventa e cinco por cento) das ligações devem se concretizar, ou seja, tem que ser completada, se 5% (cinco por cento) das ligações não se completarem o serviço atende ao padrão estabelecido pela ANATEL, e nós não podemos afirmar que essa empresa presta um mau serviço ao consumidor. Se por exemplo uma empresa tiver 150.000 clientes e que cada um deles faça apenas uma ligação por dia e se dessas 7.500 não se completarem, não se pode afirmar, segundo a ANATEL, que essa empresa presta um mau serviço a população. QUE no tocante a Ligações sem queda, essas ligações pipocaram pelo Brasil em relação à TIM, no plano infinit, onde ao ligar o usuário não paga pelo pulso mas, apenas pela ligação, a ANATEL exige mínimo de 98% (noventa e oito por cento) das ligações não podem deixar de ser completadas. QUE em razão das reclamações do plano infinit, no ano passado a ANATEL fez uma alteração na norma estipulando que se o cliente fizer uma nova ligação para o mesmo número de uma ligação que caiu em até cento e vinte segundos (dois minutos) a operadora não pode cobrar como uma nova ligação, essa regra já esta valendo. QUE, essa aqui, (mostrando novo slide), Senhores Deputados é a maior vergonha na legislação da ANATEL. Até novembro de 2013 no tocante a INTERNET se você contrata 10 megas de uma empresa, a empresa esta obrigada a te entregar 2megas, só vinte por cento. É como se você fosse ao supermercado e comprasse 10 quilos de batata e o supermercado está obrigado a lhe entregar só 2 quilos. QUE isso é regulamentado pela ANATEL, ou seja, a ANATEL assina embaixo que as empresas

podem lhe entregar um péssimo serviço de Internet que está tudo certo. QUE do total contratada a empresa é obrigada em entregar 20% da medição instantânea e 60% na média mensal. QUE a partir de novembro de 2013, vai melhorar (mostrando novo slide) 100% contratado, as empresas serão obrigadas a entregar 30%. QUE a partir de 2014 dos 100 eles vão entregar 40 de medição instantânea e 80 para medição média mensal. QUE depois dessa data não existem previsão da ANATEL para ver em qual data eles serão obrigados a entregar os 100%. QUE tudo isso demonstra que temos que rediscutir essa legislação a nível nacional, pois que o oligopólio formado pelas empresas de telefonia acabam tendo um poder de fogo e nos impõe os serviço que são oferecido. QUE a legislação de telefonia, bem como, as regras contratuais são extremamente benéfica as empresas e prejudiciais aos usuários. Na sequencia o Senhor Presidente, **Deputado Coronel Chagas**, agradeceu e elogiou as explicações e demonstração de profundo conhecimento da questão e passou a palavra para o **Deputado Erci de Moraes** QUE afirmou ter ficado estarecido com a moleza que a ANATEL esta dando para as operadoras. QUE é uma satisfação constatar que o Ministério Público, representado pelo depoente, está perfeitamente entrosado com o tema e outro fato é que o problema não é só em Roraima. QUE tem esperança que, ao final, essa CPI colha resultados satisfatórios e agradeceu a colaboração do depoente. Na sequencia o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Deputado Relator **Flamarion Portela**. QUE inicialmente elogiou o depoente que apenas com a sua fala inicial já prestou uma contribuição significativa para todos os Membros dessa Comissão e PERGUNTOU ao depoente quanto tempo o depoente esta a frente da Promotoria de Defesa do Consumidor e Cidadania. RESPONDEU QUE oficialmente desde julho de 2009 e de fato deste setembro de 2009. O **Deputado Flamarion Portela** PERGUNTOU se, estando à frente da Promotoria de Defesa do Consumidor por tanto tempo, o Depoente já conversou em algum momento com as empresas prestadoras de serviço de telefonia móvel e fixa. RESPONDEU que conversou diversas vezes. PERGUNTOU se, nessas ocasiões, as empresas já apresentaram algum plano de ação no sentido de melhorar o serviço, efetivamente. RESPONDEU QUE plano de ação detalhado, não. O que se ver, por exemplo, em uma oitiva que procedemos da TIM, no final do ano passado, apenas promessas sem números efetivos que serão investidos alguns milhões aqui no Estado. QUE tanto a TIM quanto a VIVO nessas oitivas fizeram promessas no tocante a novos investimentos. QUE considera importante para complementar o que poderia ser feito para melhorar. Primeiro o Aumento das capacidades das Estações Rádio Bases, pois que elas têm uma capacidade máxima de conexão de ligações, imaginemos que uma Estação Rádio Base aqui no centro tenha a capacidade de fazer mil ligações de uma única vez, a forma de melhoria seria de aumentar esse número de fazer ligações simultâneas. QUE a outra forma de melhoria seria trazer novas tecnologias, por exemplo, a TIM em Boa Vista em suas antenas tem a tecnologia 2G e 3G e tem 21 antenas na cidade, dessa forma a melhoria seria trazer novos equipamentos, trazer novos sistemas e aumentar a capacidade das ERBs. QUE, nós temos, segundo reclamou a VIVO, uma legislação municipal nova, do ano passado, que limitou a instalação de novas ERBs e sua expansão, com base na atuação da

Promotoria do Meio Ambiente que teria entrado na justiça contra as operadoras, ocasionado essa dificuldades. QUE a vivo alega que não participou da regulamentação que limitou a possibilidade de aumentar a capacidade das ERBs, bem como, a criação de novas ERBs, impossibilitando a melhoria do sistema. QUE precisamos verificar se de fato essas dificuldades legais são efetivas. O **Deputado Flamarion Portela** recordou que no dia de ontem o **Doutor Rawlins** ao prestar seu depoimento informou sobre as dificuldades da teriam as operadoras com a Secretaria de Gestão Ambiental do Município de Boa Vista, bem como, o depoente, confirma essa reclamação em Boa Vista, PERGUNTOU se ouviu reclamação das operadoras sobre dificuldade de expansão e melhorias dos serviços causadas pelas prefeituras do Interior do Estado. RESPONDEU QUE das empresas que procedeu a oitiva, nenhuma delas reclamou sobre esse problema. QUE, aproveitando a oportunidade, no interior o problema é a capacidade de transmissão da ERB. QUE em 2010 nas eleições pessoalmente quando em viagem ao Caroebe, onde atende a operadora OI, comprou um chip OI e não funcionava, pois, tentava falar com outros municípios próximos e não conseguiu completar as ligações e ao chegar à boa Vista, procurou se informar do problema e tomou conhecimento que a ERB do Caroebe tem a capacidade de efetivar apenas 15 (quinze) ligações simultâneas, dessa forma estando 15 ligações sendo feitas ninguém mais consegue conectar. QUE depois disso entendeu porque comprou um chip, colocou crédito e não funcionava o chip. QUE muitas empresas tem um plano junto a ANATEL de expansão e o que elas fazem é colocar uma ERB dessas que comportam apenas 15 ligações e chegam junto a ANATEL e dizem: cumpri o plano, em total desrespeito a sociedade [...] (fls. 181 a 188). (grifo nosso)

Desse modo, por todos os depoimentos e colheitas de informações obtidas, indubitável é a constatação do descaso da operados de telefonia com a população roraimense.

#### 4 DOS PROBLEMAS DETECTADOS

##### 4.1 Falta de Infraestrutura; Sobrecarga das Atuais ERBs; Aumento de Número de Linhas Por ERBs; Falta de Novos Pedidos de Instalação de ERBs; Falta de Investimento; Lucros Obtidos.

Dentre inúmeros problemas detectados pela CPI, destacam-se a falta de infraestrutura para atender a demanda dos consumidores, dentre elas a sobrecarga das ERBs. Segundo a ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicação, Estação Rádio Base – ERB é :

##### O que é Estação Rádio Base (ERB)?

*É a estação fixa do Serviço Móvel Especializado usada para radiocomunicação com estações móveis.*

Isto é, são as torres que servem de estação para a radiocomunicação com os aparelhos móveis.

Em Roraima há 511.326 mil linhas de telefonia móvel (SMP) e 100 ERBs

instaladas, conforme informa o site da Anatel do período de dezembro de 2012.

Por oportuno, é de se destacar que, segundo a Secretaria Municipal de Gestão Ambiental e Assuntos Indígenas, através de parecer técnico 1896/2013, foram expedidas 47 licenças de ERBs na Capital Boa Vista, concentrando quase que 50% das antenas na capital do Estado de Roraima.

Numa simples divisão aritmética conclui-se que em Roraima existem 5.113,26 linhas por ERBs instaladas.

8 <http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalPaginaEspecial.do?acao=&codItemCanal=1099&codigoVisao=Svisao.codigo&nomeVisao=Svisao.descricao&nomeCanal=Telefonia%20M%F3vel&nomeItemCanal=D%FAvidas%20freq%FCentes&codCanal=284> (acesso em 05.11.2013)

9 <http://sistemas.anatel.gov.br/stel/Consultas/SMP/ERBCoberturaConsolidadoUF/Tela.asp> (acesso em 05.11.2013).

Desta feita, conclui-se que em Roraima está dentro da média nacional, que é de

5.000 mil linhas, que está em descompasso com os números apresentados nos países desenvolvidos, assim vejamos:

**ESTADOS UNIDOS = 1.000**

**LINHAS POR ERBs**

**ESPANHA = 460**

**LINHAS POR ERBs**

**JAPÃO = 400**

**LINHAS POR ERBs**

Desta feita, indiscutível é que há uma sobrecarga sobre as ERBs instaladas no Estado de Roraima, ou seja, há falta de ERBs por linha habilitada, o que causa congestionamento, muitas vezes causando queda de ligação e impossibilidade de realização de chamadas.

É de se destacar ainda que a ausência de antenas suficientes nos Municípios de Bonfim e Pacaraima, que são municípios limítrofes com a fronteira com a Guiana e Venezuela, respectivamente, faz com que as aparelhos de SMP daquelas localidades constantemente entre na rede dos países vizinhos como se estivessem em *roaming internacional*, o que causa cobranças exacerbadas e indevidas.

Esta é a realidade de outras fronteiras do Brasil, como se demonstra nas decisões a seguir colecionadas:

*RESPONSABILIDADE CIVIL. TELEFONIA MÓVEL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. COBRANÇA DE "ROAMING INTERNACIONAL". CIDADE DE FRONTEIRA COM O URUGUAI. INTERFERÊNCIA DE SINAL. COBRANÇA EQUIVOCADA. RÉ QUE NÃO COMPROVA A CONTRATAÇÃO DO "ROAMING". REPETIÇÃO EMDOBRODO INDEBITO. MAU ATENDIMENTO VIA CALL CENTER. PRETENSÃO RESISTIDA. DIVERSAS TENTATIVAS DE SOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DESATENDIDAS. DANOS MORAIS OCORRENTES. CARÁTER PUNITIVO/ PEDAGÓGICO. ASTREINTE. COMINAÇÃO ADEQUADA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. RI. Terceira Turma. Processo n°: 71003328424. Comarca de Porto Alegre.*

Por outro lado, foi constatado, conforme depoimentos da população do interior do Estado, supracitados, que a situação é agravada no interior do Estado, pois, nos municípios visitados, houve grande manifestação quando à ausência de cobertura, dificuldade em realizar ligações, entre outros problemas relatados.

Nesse sentir, cabe destacar ainda que desde 2011 não há qualquer novo pedido de instalação de novas torres para aumentar a capacidade e a estrutura para melhor atender a população de Roraima.

Esta é o teor do depoimento do representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente:

[...] junto à OAB, aos representantes das operadoras, acho que até ao Ministério Público, se não me engano, segundo depoimento que colhemos na CPI, que as operadoras estariam tendo dificuldades para instalação de antenas em razão de burocracia na Secretaria Municipal do Meio Ambiente, que é quem autoriza e quem libera a instalação de mais antenas. Então, a pergunta que faço é se, efetivamente, há algum requerimento ou pedido de alguma operadora junto à secretaria que o senhor você representa neste ato, que esteja tramitando e que até o momento não tenha sido autorizado, ou que esteja há mais de 30 dias tramitando na Secretaria do Meio Ambiente?

O Senhor representante da Secretaria Municipal de

Gestão Ambiental e Assuntos Indígenas, Senhor Maurício Pimentel de Andrade – Meu bom dia a todos. É com muita satisfação e alegria que cumprimento a Mesa Diretora desta CPI, os participantes da Plenária e todos os presentes. Respondendo a pergunta do Presidente, não há nenhuma solicitação ou reivindicação desde 2011, referente a licenciamento das antenas de telefonia. Se não há pedido de novos licenciamentos, é sinal que não há instalação de novas antenas no nosso município. E, quero parabenizar esta CPI porque muito antes do levante que nós vivemos no nosso país, como ponta pé inicial dos paulistas reivindicando o não aumento da tarifa de ônibus, onde todo o país demonstrou que sabe reivindicar, lutar pelos nossos direitos, porque nós não nos escusamos a pagar os impostos, mas precisamos, enquanto nação, saber exigir a contra partida. E nesta Casa isso está sendo bem exemplificado com esta CPI, com a presença dos Vereadores também, que são os nossos guardiões, guardiões da sociedade. Não podemos esquecer a Secretaria do Meio Ambiente, a qual, represento neste momento o Secretário do Meio Ambiente Municipal. O Meio Ambiente é uma questão que influi na vontade de todos nós. Observamos que, em relação à telefonia, quando vem um temporal, ou em época de chuva muito forte, algum problema acontece, porque, às vezes, não dá linha e não conseguimos ligar. Então, por mais tecnologia que exista, nós não podemos esquecer que essa questão ambiental influi [...].

Desta feita, está amplamente demonstrado o descaso das operadoras com o consumidor Roraimense, que deixam de investir na infraestrutura tendo como consequência a má prestação de serviço.

É de se destacar que os lucros das operadoras vêm obtendo, em detrimento ao retorno de investimento.

Neste ponto, impõe se destacar que não foram obtidos por esta CPI dados precisos da arrecadação das operados no Estado de Roraima e a taxa de retorno de investimento.

Não obstante a isto, se constatou que os lucros das empresas continuam aumentado a cada dia, com a habilitação de novas linhas com a mesma estrutura de dois anos atrás.

Cabe destacar os lucros obtidos pelas operadoras em âmbito nacional<sup>10</sup>:

#### Receita Líquida do Celular

RS Milhões	1T12	2T12	3T12	4T12	1T13	2T13	3T13	ΔTrim	ΔAno
Vivo	5.106	5.128	5.341	5.823	5.636	5.540	-	-	-
TIM	4.468	4.547	4.722	5.026	4.711	4.944	5.083	2,8%	7,6%
Oi	2.016	2.160	2.197	2.372	2.254	2.150	-	-	-
Claro	3.255	3.137	3.095	3.273	3.148	3.210	-	-	-

**Nota:** Receitas da Vivo não inclui receitas de interconexão da Vivo Fixo, ao contrário das demais operadoras.

Receita da Claro não inclui longa distância e a soma da receita líquida de serviços e de aparelhos apresentam diferenças em relação à receita líquida total.

#### Receita Líquida de Serviços

RS Milhões	1T12	2T12	3T12	4T12	1T13	2T13	3T13
Vivo	4.924	4.960	5.078	5.474	5.271	5.219	-
TIM	3.734	3.706	3.873	4.116	3.891	3.877	4.035
Oi	1.995	1.982	2.019	2.170	2.102	2.001	-
Claro	3.057	2.914	2.904	2.995	2.936	2.939	-

**Receita Líquida de Aparelhos**

RS Milhões	1T12	2T12	3T12	4T12	1T13	2T13	3T13
Vivo	181	169	263	349	366	321	-
TIM	453	563	622	706	624	879	876
Oi	22	178	177	202	152	149	-
Claro	194	223	192	272	211	267	-

<sup>10</sup> <http://www.teleco.com.br/opcelular1.asp> (acesso 01.11.2013).

No que tange ao plano de investimento no Estado de Roraima para os próximos anos, nenhuma empresa apresentou planilha específica ao Estado de Roraima, e todos informaram que ainda não havia concluído o planejamento para ano de 2014.

[...] PERGUNTADO em quais municípios a TIM atua em Roraima. RESPONDEU que atua em Boa Vista, Caracará, Amajari, Bonfim, Mucajá, Normandia, Pacaraima e Rorainópolis. PERGUNTADO se a empresa TIM tem conhecimento da insatisfação dos usuários em razão de carência de cobertura; RESPONDEU que sim tem conhecimento que há 01 (uma) reclamação por mês. Que todas as reclamações pelos diversos canais de comunicação da empresa são solucionadas. PERGUNTADO se a empresa tem conhecimento da insatisfação de cliente em razão de quedas de ligação, cair sinal. RESPONDEU que a empresa não identificou reclamações nesse sentido. Que quanto a ausência de reclamações, acredita que se dê ao atendimento dos indicadores de qualidade da ANATEL, que determina como padrão de qualidade até 2% de queda de chamada, sendo que a TIM atinge o percentual de 0,52%, portanto, muito abaixo do padrão de qualidade indicado pela ANATEL. PERGUNTADO em quantas horas a empresa sana os problemas de interrupção dos serviços. RESPONDEU que depende da problemática. Que em caso de necessidade de deslocamento de uma equipe para o interior, em até 4 horas. Que tem uma equipe técnica em Boa Vista e no interior tem uma empresa prestadora de serviço situada em pontos estratégicos. PERGUNTADO se a empresa tem conhecimento que algum município em Roraima já ficou até mais de dez dias sem os serviços. RESPONDEU que tem conhecimento de 01 (um) caso em razão de queima de um equipamento causado por descarga elétrica por duas vezes no mesmo local. Que no caso específico houve a queima inclusive do equipamento de reserva, dessa forma houve a necessidade da aquisição do equipamento fora do Estado, bem como o seu transporte até o local, uma situação atípica ocorrida no município de Amajari. PERGUNTADO se a empresa tem um planejamento estratégico para fazer frente aos problemas que se apresentam em Roraima, em curto prazo. RESPONDEU que quanto a cobertura, a medição dos índices está dentro das exigências da ANATEL e no ano de 2013 o investimento em dados. Que foi ampliado em torno de 5 mil elementos de qualidade em 3G em fase de conclusão até dezembro/2013. Que foi iniciada a implantação da rede 4G, com prazo de conclusão no primeiro trimestre de 2014. **PERGUNTADO qual o valor em reais até 2014 em Roraima. RESPONDEU que em 2013 foram 4.39 milhões que serão investidos até janeiro de 2014. Que para o ano de 2014 esta em fase de planejamento.** PERGUNTADO que na contratação de serviço de internet o cliente ao contratar, por exemplo, 2 mega a empresa entrega o que foi contratado; RESPONDEU que na internet móvel o contrato se dá por volume de dados, sendo entregue a quantidade do que é contratado. PERGUNTADO referente às antenas existente em Roraima se não haveria a necessidade de um número maior de antenas ou com maior capacidade de alcance. RESPONDEU que em Roraima são 28 sites, sendo em Boa Vista 21 (todos com tecnologia dual 2G e 3G) e 7 no interior. Que a área urbana esta coberta dentro dos padrões de qualidade da ANATEL. PERGUNTADO se existe algum projeto de instalar a telefonia móvel no setor rural em Boa Vista e outros municípios em Roraima. RESPONDEU que no leilão do ano passado referente a implantação de 4G foi leiloadado naquela ocasião a telefonia móvel celular rural e outra empresa foi quem venceu o leilão. PERGUNTADO quantas linhas de telefonia móvel da empresa existem em Roraima. RESPONDEU que são 100,467 mil linha ativas. **PERGUNTADO qual o faturamento da empresa em Roraima. RESPONDEU que o faturamento não é desmembrado por Estado, não tendo os valores para o Estado de Roraima L...L** (fls. 921 a 924) grifo nosso.

**4.2 Falta de Informação Adequada ao Consumidor. Ausência de**
**Lojas das Operadoras no Interior do Estado; Dificuldade para Obter Informações e Reclamação Junto à Operadora**

O direito à informação adequada, clara e precisa sobre o produto colocado no mercado ou do serviço oferecido, suas características, qualidades e riscos, dentre outros, constituem direito básico e princípio fundamental do consumidor.

Esta é ilação que se extrai das regras inseridas no Código de Defesa do Consumidor, senão vejamos:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...]

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

Art. 36. A publicidade deve ser veiculada de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal.

Parágrafo único. O fornecedor, na publicidade de seus produtos ou serviços, manterá, em seu poder, para informação dos legítimos interessados, os dados fáticos, técnicos e científicos que dão sustentação à mensagem.

Tal constatação já foi devidamente apreciada por um dos Jornais de maior circulação no nosso País<sup>11</sup>.

**Telefonia fixa: falta informação ao consumidor do Estado de S. Paulo**

Sem informação suficiente para escolher o plano mais adequado de telefonia fixa, os consumidores correm o risco de pagar até 72% a mais por mês, de uma operadora para outra, fazendo o mesmo número de ligações.

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) analisou planos básicos de quatro empresas, que juntas detêm quase 90% do mercado, e concluiu que os clientes são induzidos a contratar pacotes mais caros por falta de conhecimento.

Com o resultado da pesquisa, o instituto notificou a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) pedindo mais fiscalização e padronização na cobrança tarifária. O levantamento do Idec foi feito com o objetivo de avaliar a qualidade das informações prestadas pelas operadoras sobre preços, valor de franquia e detalhes de cada plano.

<sup>11</sup> <http://blogs.estadao.com.br/advogado-de-defesa/telefonia-fixa-falta-informacao-ao-consumidor/> (acesso 29.10.2013).

“Inicialmente, esperávamos conseguir todos os dados nos sites, mas foi impossível”, diz a advogada Estela Guerrini, responsável pela pesquisa. “Quando os números estavam disponíveis, eram incompletos ou confusos.”

Sem saber as condições e os valores de tarifa de cada plano, fica difícil comparar operadoras para escolher a mais barata. Os produtos oferecidos pelas empresas de telefonia fixa se tornam mais ou menos vantajosos de acordo com o perfil de cada cliente.

Por isso, antes de começar a via-crúcis atrás de valores é preciso definir os gastos mensais com telefonia e tempo consumido com ligações para celular, DDD e local. De forma geral, segundo o Idec, os planos mais interessantes são os que oferecem franquia livre – quando o valor da chamada é debitado da assinatura mínima mensal. Durante as audiências públicas realizadas, restou evidente a inadequação dos serviços diante da completa ausência de informações ao consumidor do Interior do Estado principalmente.

Nesta linha segue depoimento de autoridade municipal de Bonfim/RR.

[...] O Senhor Oscar Bresh, Secretário de Administração do Município do Bonfim- O que temos a dizer, e temos observado que todos sabem, mas que eu ainda não vi comentar aqui

nessa questão, é sobre a falta de estrutura das operadoras em atender a comunidade. Estrutura de que forma que nós falamos? Por exemplo, a operadora TIM que é a única operadora de telefonia móvel que temos aqui, não tem uma única sala, uma representação onde a sociedade pode chegar e levar sua reclamação ou sua sugestão. A OI, que é a nossa operadora de telefonia fixa, também não tem nenhum lugar no Município que se possa assim dizer, um comércio, lá na esquina que seja, para se comprar os cartões e trazer para vender no Bonfim, nós não temos mais isso. Não adianta colocarmos telefones, orelhões se não tem como as pessoas comprarem os cartões de telefone. A maioria das pessoas do interior, quando ligam para qualquer outro lugar quando precisam, vai ter que fazer uma ligação a cobrar, porque não se acha cartões para vender, você pode procurar em todos os comércios aqui do Bonfim, e se não tiver um comerciante com bastante dinheiro sobrando para ir lá em Boa Vista comprar cartões à vista e chegando aqui, colocar cinco centavos em cima de um cartão para disponibilizar, a comunidade não tem esse serviço. Então, aproveitando essa situação, nós gostaríamos de criticar e ao mesmo tempo, trazer uma sugestão para que essas operadoras coloquem um lugar onde se possa reclamar, dar sugestões e ao mesmo tempo ter o resultado daquilo que se procura [...].

O que se vê é o total desalento da população das regiões do interior do Estado de Roraima, pois diariamente é desrespeitada, pela completa ausência de informação, o que viola flagrantemente os seus direitos de informações esculpidas no Código de Defesa do Consumidor.

Os consumidores deixam de ter informações precisas dos produtos e serviços ofertados, o que causa cobranças de serviços não contratados ou mesmo não informados adequadamente.

É de se destacar ainda o direito de informação diante da portabilidade, conforme explica o ora Relator às fls. 738 e 739.

[...]

Desses 265 milhões de linhas, 82% desse universo são de telefones pré-pagos, utilizados por cidadãos que pagam o serviço à vista, e não sabem como é que vai usar, porque não há uma transparência. Ele não recebe nenhuma informação, até mesmo através do celular. Como aquele valor de 20 reais, de 30 reais que ele colocou, foi gasto? Já no serviço pós-pago, você recebe uma lista de ligações feitas, uma demonstração de como você gastou. 82% das linhas telefônicas são pré-pagas, mas o usuário não tem nenhum controle sobre a utilização. Isso é uma questão que nos deixa perplexos, porque tecnologia e condições eles têm para informar [...].

Vocês se lembram da portabilidade? Apareceu para a sociedade brasileira como um direito, que isso era imprescindível ser realizado. Entendemos o direito de escolha, do cidadão. Se ele está na TIM, quer ir para a OI, ou se está na OI, quer ir para Claro, está na Claro, e quer ir para a VIVO, tudo bem! Mas, sabem o que acontece, meus caros amigos? É aí que está o grande nó, a portabilidade se transformou num grande faturamento para as operadoras, na mina de ouro das operadoras. Por quê? Porque quando você faz uma ligação achando que o telefone é da OI, ele é da TIM, porque o número, aparentemente, que está na nossa mente, pertenceria a OI, mas é da TIM. Você está fazendo equivocadamente uma ligação achando que está dentro de seu plano. Por isso que tem gente que diz que colocou 15 reais e o crédito acabou rapidinho! Claro, porque devido à portabilidade, você está ligando para um conhecido seu que acha que é usuário da tal empresa, só que ele fez a portabilidade e não é. Aí você diz, meus 15 reais sumiram em quatro ou cinco ligações(...)

Destá feita, restou constatado a violação ao direito de informação ao consumidor roraimense.

#### 4.3 Da Ausência de Fiscalização Efetiva da Anatel no Estado de Roraima

AANATEL é Autarquia especial criada pela Lei Geral de Telecomunicações (Lei 9.472, de 16 de julho de 1997). A Agência é administrativamente independente, financeiramente autônoma e não se subordina hierarquicamente a nenhum órgão de governo.

Dentre as diversas atribuições que lhe são conferidas, está expedir normas e padrões a serem cumpridos pelas prestadoras de serviços de telecomunicações quanto aos equipamentos que utilizarem e **reprimir infrações dos direitos dos usuários**.

No entanto, não obstante ao seu mister legal, a Anatel em Roraima não está exercendo sua função de fiscalização de forma adequada, o que vem prejudicado os consumidores.

Neste contexto, cabe relembrar integralmente o depoimento prestado pelo Representante Regional da Anatel:

[...] PERGUNTADO quanto tempo desempenha a função de Gerente Regional responsável pelos Estados do Amazonas, Rondônia Acre e Roraima. RESPONDEU que desde novembro do ano de 2012. PERGUNTADO qual o papel do depoente na estrutura da ANATEL e qual o seu poder de decisão dentro no órgão vinculado a sua gerencia. RESPONDEU que em maio deste ano a ANATEL passou por uma reestruturação interna e nessa reestruturação, foi feita uma readaptação para melhor atender a sociedade, pois antigamente a estrutura da ANATEL era dividida por serviços e então havia uma superintendência para o serviço móvel, uma para serviço privado, uma para o serviço público, outra para comunicação em massa e agora foi realizada uma mudança que agora nós respondemos por processos.

Então o processo de controle de obrigações, virou uma superintendência, o processo de relação com o consumidor virou uma superintendência, o processo de fiscalização virou uma superintendência, então são 8 (oito) superintendências que atuam em cada área, em cada processo finalístico da ANATEL. Que estar ligado a Superintendência de Fiscalização. Que os limites de sua atuação como Gerente Regional de Fiscalização dos Estados do Amazonas Acre e Rondônia é administrar as demandas de Brasília sobre fiscalização. Que as fiscalizações são estabelecidas em dois planos: o Plano nacional de fiscalização e o plano anual de fiscalização. Que o conselho diretor da Agência Nacional de Telecomunicações define as prioridades de fiscalização para aquele ano ou período e, a partir daí, é feito um plano operacional que diz quantas horas de fiscalização cada serviço de telecomunicações será despendido, dentro desse plano operacional, desse plano de fiscalização é definido quantas horas de fiscalização serão gastas com telefonia móvel, quantas serão com telefonia fixa, quantas horas serão gasta com serviço de comunicação multimídia. Que basicamente é um executor e que dentro da estrutura, dentro das competências legais, o depoente dá suporte às atividades de fiscalização. Que, por exemplo, ao chegar um requerimento de qualquer órgão público solicitando uma fiscalização, o depoente faz o encaminhamento para Brasília dessa demanda para a superintendência responsável, que fará a análise e especificará uma atividade de fiscalização, se for o caso, e devolverá ao escritório regional (GR 11) responsável por toda a Amazônia Ocidental e, a partir daí, é disponibilizado todos os recursos necessários para a realização dessa atividade. PERGUNTADO qual o papel da ANATEL no sistema de telecomunicação e como atua efetivamente em relação às empresas, que são as prestadoras de serviço para a comunidade, quando as demandas de reclamações chegam ao órgão. RESPONDEU

que o órgão tem uma ouvidoria que faz uma análise crítica em relação à atuação da Agência. Que o ouvidor é nomeado pelo presidente da república e é independente em relação à Agência e não é subordinado ao conselho diretor da ANATEL e participa de qualquer reunião do conselho diretor e tem acesso a qualquer documento interno da Agência. Que o ouvidor faz uma análise crítica anualmente é realizado um relatório das atividades da Agência como um todo e submete a ouvidoria que, inclusive, é enviado ao Congresso Nacional. Que esse ouvidor eventualmente atua nas reclamações dos usuários, mas atualmente quem cuida desse serviço é a Superintendência de Relações com o Usuário, que é voltada para a solução de problemas com o usuário e hoje tem a dr<sup>a</sup> Elisa. Que essa Superintendência tem um Call Center (133) onde qualquer cidadão pode ligar e a orientação é que o cidadão entre em contato primeiramente com o Call Center da prestadora do serviço e essa prestadora de serviço vai dar um número de protocolo e buscar a solução do problema. Que caso esse problema não seja solucionado, com o número de protocolo fornecido, o cidadão pode reclamar diretamente no Call Center da ANATEL e a empresa tem um prazo de 5 dias para apresentar uma solução para o problema. PERGUNTADO se o depoente acha que a ANATEL cumpre o seu papel com eficiência. RESPONDEU que ANATEL tem as ferramentas para isso e exerce efetivamente a fiscalização, exerce o sancionamento e exerce o “inforseman” que é a busca para que a empresa cumpra as obrigações assumidas perante a ANATEL. Que temos várias ações, controlamos vários indicadores de qualidade, criamos a Superintendência de Relações com os Usuários para ter um contato mais próximo com o consumidor e entender a demanda da sociedade e tentar responder com cada vez mais eficiência. PERGUNTADO se ao contratar 10 megas de internet fixa e a operadora entregar 2 megas dos 10 comprados ela estar dentro da legislação da ANATEL, por que a ANATEL não se esforça para construir uma solução mais eficiente para esse exemplo específico e, alongando ainda mais, da mesma forma na telefonia móvel qualquer cidade se ela cobrir 80% ela esta cumprindo a legislação, por que a ANATEL, enquanto agência reguladora, não busca a efficientização do sistema no sentido de atender a contento o usuário. RESPONDEU que a ANATEL fez recentemente um trabalho nesse sentido de medição de qualidade da banda larga e tem acompanhado essa questão da qualidade de banda larga, telefonia fixa e telefonia móvel. Que está, junto com a sociedade, em processo de aprendizagem. Que o clamor social esta sendo internalizado na Agência, que está buscando meios mais efetivos de satisfazer os anseios sociais e melhorar a qualidade dos serviços, principalmente a qualidade percebida pelo usuário. PERGUNTADO quanto ao sentimento comum dentre as CPI,s instaladas nos diversos Estados de que a Agência Nacional de Telecomunicações tem uma legislação frouxa, que é leniente, que estar mais a serviço das empresas que compõe o sistema do que a serviço da eficiência e do próprio consumidor se o depoente concorda com isso ou contesta RESPONDEU que não pode dar a sua opinião como cidadão já que representa a Agência. Que as ferramentas existem e são aplicadas, existindo diversas razões que levam a essa percepção que não se estar fazendo nada. Exemplo disso é que como é público e notório a ANATEL já aplicou milhares de processos administrativos contra as empresas. Que já aplicou multas bilionárias, pois, as multas já passaram a casa do bilhão. Que a Agência tem dificuldades, como todo órgão público, como toda administração pública

em geral, com a burocracia, pois, que se instrui o processo administrativo, aplica a sanção, garantindo o direito de defesa que é constitucionalmente previsto, as concessionárias recorrem, utilizam de todos os meios legais e depois, ainda tem os prazos legais de cobrança. Que quando chegam à cobrança, as empresas, ainda tem o direito de recorrer judicialmente que é uma garantia constitucional. Que acha que muito da sensação de impunidade que se tem que a ANATEL não atua é com relação à própria dinâmica do setor. PERGUNTADO no que diz respeito à portabilidade, qual a dificuldade tecnológica das operadoras, coordenado pela ANATEL, em avisar o cidadão que ele está ligando para um telefone diferente da operadora que pertence a sua linha para que seus créditos não acabem rapidamente com essa ligação para outra operadora sem que ele saiba. RESPONDEU que tecnicamente não sabe informar. Que no geral todos esses padrões técnicos, a numeração é uma delas, são acordos internacionais e há uma convergência muito grande entre os organismos internacionais, pois que na telefonia você ao pegar um telefone tem que falar com qualquer lugar no mundo, então existem padrões muito rígidos de sinalização de rede, da parte de padronização de sinais e o depoente não sabe avaliar e não poderia dizer aqui e orienta que seja encaminhado para a ANATEL em Brasília um pedido de esclarecimento que a área competente poderia explicar tecnicamente porque sim ou não dessa possibilidade. Que não poderia dar essa resposta aqui. PERGUNTADO conforme foi informado no Japão nós temos 400 linhas por sites/torres, na Espanha nós temos 460 linhas por sites/torres, nos Estados Unidos nós temos 1.000 linhas por sites/torres e no Brasil nós temos 5.000 linhas por sites/torres, se nós estamos neste contexto dos acordos internacionais, por que essa desproporcionalidade de um equipamento que torna o sistema mais eficiente. RESPONDEU que a quantidade de assinantes por torre não é um parâmetro técnico, é um índice de comparação, porque vai depender de vários fatores, inclusive o depoente não tem como avaliar, por exemplo, quando se fala de serviço móvel pessoal, pode-se estar falando de várias tecnologias, como uma tecnologia 2G, tecnologia 3G, uma tecnologia 4G, então tem o número de usuários que estão ligados a rede 2G, tem o numero de usuários que acessam a rede 2G e a rede 3G e brevemente vão existir usuário na rede 4G e às vezes a Antena/torre é compartilhada, então é muito difícil falar em termos comparativos, mesmo porque são realidades que o depoente desconhece. Que, por ser técnico, escuta que no Japão, escuta que em outros lugares tem antenas, mas são questões diversas que interfere no número de antenas necessárias para o atendimento dentro de cada local, depende da tecnologia utilizada, que não sabe se nessas antenas estão contando só células ou se estão contando ERB's, que não sabe se a área que está sendo atendida é favorável ou não favorável para o atendimento, então existem uma série de coisas, de fatores que interferem no cálculo para se falar que uma antena atende tantos usuários, por exemplo. Que é muito difícil. Que existem critérios técnicos de qualidade, na verdade, temos indicadores de qualidade onde é verificado o nível de completamente de chamada, as conexões feitas, as perdas de rede, então esses critérios técnicos são acompanhados e não necessariamente a quantidade de usuários por torre, mas pelo número que o depoente viu, em Roraima esta abaixo dos 5 mil. Que também tem se ver o seguinte, é tão difícil de se avaliar que, por exemplo, temos uma característica do serviço móvel pessoal que quase 80% e as vezes mais de 80% dos telefones são pré-pagos e não

necessariamente estão ativos na rede, só usam mais pra receber, claro que eles ocupam a rede em bem grande número, então o depoente não sabe em que medida simplesmente falar a quantidade de usuários por torre é um índice de eficiência ou não do serviço. PERGUNTADO quantos funcionários a ANATEL tem aqui no Estado de Roraima. RESPONDEU que em Roraima o quadro esta completo sendo 8 servidores sendo esse numero suficiente para as necessidade de fiscalização na região de Roraima. Que tem serviços terceirizados, agora o numero exato de contratados o depoente não sabe informa. Que são serviços de apoio a atividade de fiscalização, apoio a administração, copeiragem, motoristas. Que existem, mas não sabe dizer o numero hoje, mas que poderá encaminhar depois para a Comissão. PERGUNTADO se existe uma infraestrutura de mobilidade para atender esses 8 (oito) servidores que trabalham na fiscalização, se ela é suficiente para a eficiência do sistema para deslocar uma equipe para Pacaraima, por exemplo, e outra equipe para o Caroebe. RESPONDEU que sim sem problema nenhum. Que em Roraima, apesar da localização geográfica isolada, tem uma geografia bem favorável à fiscalização, sendo bem servida de estradas, diferentemente do Amazonas e do Acre onde agente depende dos rios para se deslocar e dos regimes de cheias e de vazantes, em Roraima, praticamente, todas as atividades de fiscalização podem ser realizadas por carro, praticamente em todo ano e em todo o Estado [...] fls. 931 a 950.

O que se extrai do depoimento prestado pelo representante da Anatel é o completo desconhecimento da realidade vivida pela população roraimense.

É possível, observar em seu depoimento que não especificou qualquer fiscalização realizada pela agência neste Estado. Observou-se ainda que o representante da Anatel não apontou qualquer problema detectado junto às empresas de telefonia em Roraima, limitou-se a informar que a Anatel cumpre seu papel fiscalizador, com indicadores de qualidades.

No entanto, tais ferramentas apresentadas, as quais estão inseridas no site da entidade, estão dispostas de maneira genérica e não especificam as regiões apontadas, o que, por si só, mostra as falhas no seu fito fiscalizatório.

Outro dado importante é que, segundo ele, o número de funcionários era suficiente para atender a demanda no Estado Roraimense.

Todavia, os resultados dos trabalhos desenvolvidos não foram apresentados, revelando o completo descaso da Anatel com os consumidores do Estado de Roraima.

#### **4.4 Da Instabilidade do Sistema Elétrico no Estado de Roraima, Da Diminuição da Vida Útil dos Equipamentos**

Dentre outros problemas detectados, destaca-se também que no Estado de Roraima há instabilidade constante na rede de transmissão de energia de modo a ocasionar frequentes interrupções no fornecimento elétrico, diminuindo a vida útil dos equipamentos ou até mesmo danificando-os de forma definitiva.

Esta constatação conata de forma expressa no depoimento do Representante da VIVO Senhor Enylson Flavio Martinez Camolesi, às fls. 907 a 911.

Que a venda esta em sintonia com a capacidade do sistema, sendo que a ANATEL fiscaliza esse indicador de metas estabelecido no plano de metas de melhorias da ANATEL. QUE na região ocorrem acidentes relacionados ao rompimento das linhas de fibras óticas. Que inexiste na região norte o Backbone, que é o canal de transmissão da região como outras regiões países, sendo hoje a comunicação feita por fibra ótica ou satélite. Que os maiores problemas são decorrentes da infraestrutura que ainda esta sendo construída e a deficiência da infraestrutura da energia elétrica. Que a queda de energia causa transtornos técnicos que não dependem dos equipamentos da empresa.

Assim, é de conhecimento notório de toda a população do Estado de Roraima, a instabilidade do sistema elétrico, que vem causando graves prejuízos à sociedade roraimense e, por consequência, às empresas de telefonia.

#### **5 DAS CONCLUSÕES**

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito, de cunho eminentemente investigativo, buscou aprofundar o conhecimento naquilo que constitui o seu objeto central – a responsabilidade por danos ao consumidor na prestação inadequada de serviços de telefonia. Para tal, dividiu sua atuação em duas vertentes: a colheita de depoimentos da população, de autoridades e representantes das empresas, bem como a coleta de documentos oficiais para traçar a situação atual da telefonia em Roraima.

Não há dúvidas, como já era o sentimento, desde o início dos trabalhos, que existe sim inadequação na prestação de serviço de telefonia de modo a causar danos a coletividade. No entanto, no decorrer dos trabalhos, restou mais que comprovado a má prestação de serviço, e os percalços que atravessam a população de Roraima.

Foram detectados diversos problemas, dentre os quais a sobrecarga das ERB's instaladas perante o número de linhas ativas, falha nas informações prestadas ao consumidor pela ausência de lojas das empresas de telefonia no interior, dificuldade de obter uma ligação aos *call centers*, ausência de fiscalização adequada da Anatel das empresas de telefonia e instabilidade no sistema elétrico de Roraima.

#### **6 DAS SUGESTÕES DE CARÁTER GERAL**

1. SUGERIR A LIMITAÇÃO OU A SUSTAÇÃO TEMPORÁRIA DA COMERCIALIZAÇÃO DE NOVAS LINHAS DE TELEFONIA SMP, ENQUANTO NÃO HOUEVER A EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA E A CAPACIDADE DE ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR RORAIMENSE;
2. SUGERIR A TODOS OS MUNICIPIOS DE RORAIMA A CRIAÇÃO DE LEGISLAÇÃO UNIFORME QUE PERMITA A INSTALAÇÃO DE NOVAS ANTENAS SEM BUROCRACIA;
3. RECOMENDAR À EMPRESA ELETRONORTE ENERGIA E COMPANHIA ELETRICA DE RORAIMA QUE POSSA FORNECER E GARANTIR ESTABILIDADE NA REDE DE TRANSMISSÃO ELÉTRICA, CONSIDERANDO AS CONSTANTES QUEDAS DE ENERGIA QUE PREJUDICAM A VIDA ÚTIL DOS EQUIPAMENTOS DAS OPERADORAS;
4. AMPLIAR A REDE DE ATENDIMENTO DAS EMPRESAS DE TELEFONIA NO INTERIOR DO ESTADO DE RORAIMA, POSSIBILITANDO AOS CONSUMIDORES DESSAS LOCALIDADES ACESSO A INFORMAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS, BEM COMO FACILITAR A RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DOS CONSUMIDORES.
5. MELHORAR O ACESSO DOS CONSUMIDORES DO INTERIOR DO ESTADO DE RORAIMA AOS *CALL CENTERS*.
6. SUGERIR À ANATEL A ADEQUADA FISCALIZAÇÃO DAS EMPRESAS DE TELEFONIA E A DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS REGIONALIZADOS ÀS AUTORIDADES LOCAIS E A POPULAÇÃO EM GERAL.
7. REMETER O PRESENTE RELATÓRIO FINAL À MESA DIRETORA DA CASA A FIM DE ENCAMINHAR AS CONSTATAÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO RORAIMA E UNIÃO NACIONAL DOS LEGISLADORES E LEGISLATIVO ESTADUAIS (UNALE), COM O FITO DE SUBSIDIAR EVENTUAIS INQUÉRITOS CÍVIS INSTALADOS E EVENTUAIS AÇÕES JUDICIAIS OU ADMINISTRATIVAS PROCEDIDAS PELAS MESMAS.

Deputado Flamarion Portela  
 Relator da CPI da Telefonia